

Avante!

Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário • ISSN 0870-1865 • 19 de Janeiro de 1995 • Preço: 150\$00 (IVA Incluído) • N.º 1102 • Director: Carlos Brito

Governo promove concentração monopolista

O ASSALTO DOS VELHOS SENHORES

Nota da Comissão Política

Pág. 5

Carlos Carvalho na Marinha Grande saúda trabalhadores portugueses



Centenas de marinhenses no comício de homenagem ao 18 de Janeiro e aos trabalhadores da Marinha Grande

Centrais

APOIAR O PCP
 reforçar a CDU nas Eleições
 uma alternativa com os trabalhadores

150
 mil contos para o Partido

PCP 

CAMPANHA NACIONAL DE FUNDOS

Pág. 7

OPA ou não OPA

• Artigo de Octávio Teixeira

Pág. 18

SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE A FESTA

 21 de Janeiro de 1995
 Clube Recreativo da Cruz de Puro Seixal

Foz Côa Alagar ou mostrar?

• Pedro Tadeu

Págs. 20 e 21

Confiante dinâmica partidária

PCP vive uma confiante dinâmica partidária.

Traduzem-na com particular vivacidade as múltiplas iniciativas do «Debate com o País», a aplicação das orientações saídas da Conferência Nacional, de 26 de Novembro, o profundo envolvimento na luta dos trabalhadores, a actividade do Grupo Parlamentar, a pronta resposta da sua direcção à crise político-institucional e a todas as grandes questões que se colocam ao nosso povo e ao nosso país.

Quem acompanhe a actividade política apenas pelos grandes meios de comunicação social ou se limite a fazer fé no que por eles é dito, não pode ter uma ideia, ainda que muito pálida, desta intensíssima actividade do PCP, nem formar uma opinião minimamente consistente sobre aquilo que os comunistas fazem e a forma como intervêm.

Os exemplos de silenciamento ou até mesmo de ocultação tocam, por vezes, as raíças do absurdo. É isso mesmo que se está a passar em relação ao «Debate com o País», em que importantíssimas iniciativas pela temática, a qualidade e o pluralismo dos intervenientes e as numerosas assistências, têm sido absolutamente silenciadas pelas televisões, as rádios e os jornais diários.

Os critérios sobre o que é e o que não é notícia desaparecem quando se trata do PCP. São iniciativas sobre a candente questão da alternativa política com a participação de notáveis independentes; são debates sobre ciência e investigação científica com a participação de grandes figuras do meio, comunistas e notoriamente não comunistas; são discussões sobre a temática mais actual no domínio da cultura com a intervenção de reconhecidos especialistas; são colóquios sobre as questões sociais mais urgentes, como a segurança social, com uma forte carga denunciadora - é isso tudo, mas é tudo promovido pelo PCP, logo convém silenciar para que o país não perceba a seriedade e a abertura com que os comunistas aprofundam os problemas nacionais e procuram resposta para eles.

Em matéria de ocultação, é digno de uma antologia da perversidade o que foi feito para sonegar a participação e o envolvimento do PCP no apoio solidário à luta dos vidreiros da Manu-

ela Pereira Roldão, da Marinha Grande, incluindo a sonogação da imagem de alguns dos seus destacados dirigentes presentes nos acontecimentos e até a sonogação da imagem do Coordenador da CGTP, Carvalho da Silva, que foi o principal orador da grande manifestação mas não apareceu em nenhuma das televisões.

Os grandes meios de comunicação social inculcam a ideia que só existe aquilo que é dado por eles. Esta é hoje uma das formas mais sofisticadas de perversão da consciência social. Reagir contra ela é, pois, uma das tarefas primeiras no trabalho de esclarecimento e consciencialização.

Quem acompanhe a actividade política apenas pelos grandes meios de comunicação social ou se limite a fazer fé no que por eles é dito, não pode ter uma ideia, ainda que muito pálida, desta intensíssima actividade do PCP, nem formar uma opinião minimamente consistente sobre aquilo que os comunistas fazem e a forma como intervêm.

É a esta tarefa que o «Avante!» se dedica por inteiro, num esforço que será tanto mais eficaz quanto mais larga for a sua difusão e audiência.

O mais revoltante é que os mesmos meios de comunicação, que se destacam no silenciamento e na ocultação da actividade e da intervenção do PCP, permitem-se comentar com todo o descaramento que «o PCP tem estado muito apagado».

Foi o que fez, por exemplo, o «Expresso» ao apresentar o seu balanço sobre o ano de 1994.

Este até se permitiu acrescentar, no balanço ao PCP, que transmitia a impressão «de estar a tornar-se um partido de agitadores.»

Só isto... Da parte de um semanário que ignora, da forma mais discriminatória, as posições políticas de fundo dos comunistas e que acabara de fazê-lo em relação às propostas aprovadas pelo Comité Central do PCP, de 12 e 13 de Dezembro, posteriormente apresen-

tadas ao Presidente da República, visando a clarificação da situação, como resposta da crise político-institucional, então em fase aguda.

Trata-se, no caso deste semanário, de malvadez informativa especialmente requintada e que compreende também o uso da censura em relação a colaboradores regulares, quando, em matéria de posições do PCP, contrariam a mistificação mantida pela linha editorial.

Esta linha do «PCP apagado» visa legitimar todos os «apagamentos» que diária e semanalmente contra ele são cometidos, mas, mais do que isso, visa lançar a descrença nas massas e operar sobre o próprio Partido.

Daí que não seja de mais chamar permanentemente a atenção para as realizações e acções partidárias e encontrar as melhores formas de divulgá-las e valorizá-las perante o país. Elas constituem por si só a melhor resposta à tese do «apagado».

O PCP não carece, como outros partidos, de artificiais injeções de confiança dadas através de sondagens e expedientes semelhantes. A sua própria dinâmica partidária é a um tempo uma manifestação e uma razão de confiança.

Os comunistas podem assim não só manter mas tomar medidas para desenvolver e dinamizar ainda mais a dinâmica partidária, como foi analisado e decidido pela Comissão Política, na sua última reunião, e consta da respectiva Nota apresentada à comunicação social.

Reveste a este propósito uma grande importância, a interpelação ao Governo do Grupo Parlamentar do PCP, agendada para o próximo dia 25 de Janeiro, sobre a gravíssima situação económica e social do País e o seu reflexo no funcionamento das instituições.

Percebe-se, ao mesmo tempo, que o grande comício da Marinha Grande, do passado dia 17, marca o arranque para uma série de outros comícios e realizações partidárias de massas que culminarão com os comícios de Lisboa, de 3 de Março, e do Porto, de 12 de Março, estes no quadro das comemorações do aniversário do Partido.

Entretanto, prosseguirá o «Debate com o País», o reforço da organização partidária entre os trabalhadores, de acordo com as conclusões da Conferência Nacional, e o envolvimento solidário e dinamizador da luta de massas.

O PCP não pára!

2



Grande comício com Carlos Carvalhas na Marinha Grande

RESUMO

11 Quarta-feira

A população de Sesimbra homenageia os pescadores que naufragaram com o Menino de Deus ■ No seminário «Os direitos da pessoa e a comunicação social», Mário Soares defende a liberdade total da imprensa ■ A Inspeção-Geral das Actividades Económicas confirma que está a ocorrer uma operação de combate ao azeite falsificado ■ O Procurador da República junto ao Tribunal de Alcaçava pede uma pena de prisão de nove anos para o ex-presidente da Câmara da Nazaré ■ A Fretilin afirma que se vive um ambiente de alta tensão em Timor-Leste ■ Na Rússia, os deputados da Duma discutem a questão da Tchetchénia. Boris Ieltsin assume o comando do exército ■ Em Washington, Bill Clinton encontra-se com o primeiro-ministro japonês.

12 Quinta-feira

A lei do SIS é confirmada na AR ■ A Câmara de Loures faz o balanço da gestão autárquica e foca como principais preocupações a saúde e a segurança ■ É divulgado que os investigadores do Ministério Público encarregues do inquérito sobre Duarte Lima pediram a declaração de rendimentos do deputado ao Tribunal Constitucional ■ Eduardo Catroga autoriza a OPA do BCP sobre o BPA ■ O conselho de ministros aprova o general Aleixo Benito Corbal para chefe do Estado-Maior da Força Aérea ■ O exército brasileiro volta às favelas do Rio de Janeiro ■ Um avião colombiano explode perto de Cartagena.

13 Sexta-feira

Os vidreiros da Manuel Pereira Roldão recebem os salários em atraso ■ O Ministério das Finanças autoriza a operação de aquisição de 50 por cento do banco Totta e Açores por António Champalimaund ■ Um incêndio num prédio de Vila Nova de Gaia provoca a morte de quatro pessoas ■ Em Itália, Lamberto Dini é convidado pelo presidente Oscar Scalfaro a formar um novo Governo ■ Ali Alatas afirma que qualquer timorense exilado pode participar no encontro alargado entre timorenses de todas as sensibilidades ■ O Parlamento russo exige o fim das operações militares na Tchetchénia ■ Os EUA anunciam uma ajuda suplementar ao México ■ A FIS e uma grande parte da oposição argelina assinam, em Roma, um «Contrato Nacional» ■ O Conselho de Segurança da ONU decide renovar o regime suavizado de sanções a Belgrado e o embargo total ao Iraque.

14 Sábado

A população de S. João da Talha, Loures, debate a instalação de uma incineradora naquela freguesia ■ É revelado que a Procuradoria Geral da República abriu um processo de inquérito à Soprocil, empresa responsável pelas obras na residência particular de Cavaco Silva, a fim de apurar uma eventual fuga fiscal no pagamen-

to dos trabalhos ■ Eduardo Catroga desmente a intenção de afastar Costa Lima da Presidência da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários ■ Ocorrem confrontos na Cisjordânia entre colonos judeus e soldados israelitas contra palestinos ■ As forças russas lançam uma ofensiva maciça contra o palácio presidencial tchetcheno ■ Uma colisão de comboios no Bangladesh causa mais de cem mortos e mais de quinhentos feridos.

15 Domingo

Carlos Carvalhas desloca-se a Évora para o «Encontro de Quadros do Alentejo» e apresenta dois planos para suprimir as carências da região ■ O Ministério do Ambiente chumba parcialmente a variante à EN 10, projectada para ligar o futuro nó da Portela com Santa Iria da Azoia ■ D. Ximenes Belo defende o direito à autodeterminação do povo timorense, num encontro com o arcebispo de Maputo ■ Representantes do Exército Zapatista e do Governo mexicano retomam os encontros que tinham sido interrompidos em Junho de 1994 ■ Sauditas e lemenitas concentram tropas e armas junto à fronteira comum ■ O Banco Interamericano de Desenvolvimento anuncia um programa para melhorar a economia mexicana ■ Joe Slovo é enterrado, depois de um elogio fúnebre num estádio com mais de 30 mil pessoas, em que participou Nelson Mandela.

16 Segunda-feira

Carlos Carvalhas visita o bairro de Alfama, em Lisboa, e apresenta um programa de reabilitação de bairros históricos ■ A CGTP classifica as movimentações financeiras na banca como «processos financeiros despidos» ■ O Governo sul-africano inicia uma reunião em que debate as prioridades orçamentais ■ A Força Itália divulga que Silvio Berlusconi pretende impôr nomes para o novo executivo italiano ■ As tropas russas intensificam os bombardeamentos sobre Grozny ■ Em Lisboa, o ministro dos Negócios Estrangeiros francês apresenta o programa da presidência francesa na UE.

17 Terça-feira

Carlos Carvalhas participa num comício de homenagem ao 18 de Janeiro e à luta dos trabalhadores, na Marinha Grande ■ Os mineiros do Pejão manifestam-se junto à Assembleia da República ■ Morre em Coimbra, com 87 anos de idade, o escritor, romancista e poeta Miguel Torga ■ O Ministério das Finanças revela que o Estado já recuperou 260 milhões de contos das dívidas ao fisco e à Segurança Social ■ O primeiro-ministro demissionário de Itália, Silvio Berlusconi, e os seus aliados, anunciam que vão votar contra o Governo de Lamberto Dini ■ O Secretário de Estado dos EUA, Warren Christopher, encontra-se em Genebra com o chefe da diplomacia russa ■ Violento sismo no Japão provoca cerca de três mil mortos e desaparecidos e destrói milhares de edifícios.

Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português
Rua Socio Pereira Gomes
1699 Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO:
Rua Socio Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX.
Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex 18390
Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO:
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis — 90,
7.ª A, 1100 Lisboa.
Capital social: 15 000 000\$000. CRC matriculada: 47058.
NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO:
DISTRIBUIÇÃO ADE's
Editorial «Avante!» — Av. Almirante Reis, 90, 7.ª A,
1100 Lisboa
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11
Fax: 815 34 95

Alterações de remessa:
Até às 17 horas de cada sexta-feira.
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL
DELTA PRESS

Delegação Lisboa:
Tapada Nova
Capa Rota — Linhó — 2710 Sintra
Telef. (01) 924 04 47

Delegação Norte:
Zona Industrial da Maia
Sector IX
Rua B Lt. 227 — 4470 Maia
Telef. (02) 941 76 70

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7.ª A, 1100 Lisboa
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90, 7.ª A, 1100 Lisboa
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

Composição e impressão
Heska Portuguesa, SA
R. Elias Garcia, 27
Venda Nova — 2700 Amadora
Depósito legal nº 205/85

TABELA DE ASSINATURAS*

PORTUGAL (Continente e Regiões Autónomas)

50 números: 6 750\$00

25 números: 3 487\$50

ESPAÑA

50 números: 13 300\$00

EUROPA

50 números: 24 750\$00

GUINÉ-BISSAU, S. TOMÉ E PRÍNCIPE E MACAU

50 números: 26 650\$00

EXTRA-EUROPA

50 números: 39 950\$00

* IVA e portes incluídos

Nome _____ Telef. _____
Morada _____
Código Postal _____
Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.

Os trunfos e a batota

Nos últimos dias (sabe-se lá porquê), António Guterres e a Direcção do PS têm sentido necessidade de se referir publicamente à simpatia que lhes merece a eventual candidatura de Jorge Sampaio a Belém.

É uma nota de actualidade que, considerando o silêncio anterior, só por si merecia registo.

Merece-o mais ainda por duas ordens de razões políticas que dão que pensar.

A primeira, é a própria razão invocada para a simpatia e eventual apoio do PS à «eventual disponibilidade de Jorge Sampaio»: a de ser «um trunfo para o PS».

A fórmula foi dita e repetida dias depois, o que mostra não ser uma expressão ocasional, pouco feliz, mas tratar-se de uma directriz ponderada.

Repare-se que não se refere, ao contrário do que seria de esperar, o perfil do eventual candidato e a importância da sua disponibilidade para o país e o regime democrático.

Nada disso. A disponibilidade do Presidente da Câmara Municipal de Lisboa é apresentada, pelos seus correligionários

mais responsáveis, antes de tudo e utilitariamente, como «um trunfo» partidário.

Seja qual for a posição que se tenha ou venha a ter em relação à eventual candidatura de Jorge Sampaio, quem não se sentirá chocado com este utilitarismo tão sectário e tão inadequado ao alto cargo do Estado que está em causa e à abrangência que qualquer candidatura a ele dirigida terá a aspiração de alcançar?

Não será isto uma apressada apropriação instrumentalizadora? Para mais, é a própria direcção do PS que esclarece que «só tomará decisões nesta matéria (entenda-se as presidenciais) no segundo semestre do ano».

A segunda razão que confere uma especial actualidade a estas afirmações da direcção do PS em relação a uma eventual candidatura de Jorge Sampaio é que elas representam, apesar de tudo, o abandono do figurino rígido que Guterres desenhara para a «escolha do candidato do PS» às presidenciais, implicando «primárias», «convenção», «apresentação», etc.

Parece que tudo isso já foi posto de lado por irrealista e deslocado e é o próprio

Guterres que reconhece que não haverá «um candidato do PS», mas um candidato surgido, apoiado e apresentado fora das instâncias partidárias que o PS apoiará.

Agora o que é muito feio e susceptível de criar imensas dificuldades ao candidato que admite apoiar é querer transformá-lo num «trunfo do PS».

Muito pior irá o país se, a par da política do «tabu», temos agora também a política do «trunfo».

Nós já suspeitávamos, e aqui o temos dito por diversas vezes, que os chamados «estados gerais», mais do que encontrar respostas políticas para os problemas do país, procuravam arregimentar e instrumentalizar nomes para fingir um apoio inexistente. O surgimento do «debate com o país» do PCP, forçou o PS a fazer um trabalho um pouco mais sério. Mas a essência do projecto inicial mantém-se: é a política dos trunfos.

Como é que se pode clamar por participação e transparência quando se concebe a política como um jogo e se começa por fazer batota?

■ Carlos Brito

Porteiro: precisa-se

Cavaco sai? Cavaco fica? Cavaco não sai nem fica? E se sai, sai onde para onde? E se fica, para onde é que não vai? E se não sai nem fica, onde é que não sai e onde é que não fica?

As interrogações têm vindo a suceder-se e sobre elas e sobre a injustiça que despedaçou o coração da comunicação social e pôs o povo lusitano em estado de choque, já o «Avante!» aqui deu conta.

Mas se é verdade que a verdade começa a vir à tona da água — como adiante veremos — também é verdade que as angústias, existenciais e outras, alastram epidemicamente. Olhe-se para os partidos e veja-se os dramas intestinos que os atormentam: um PP envergonhado de ter sido CDS, um CDS vermelho, salvo seja, de raiva de ser PP e um CDS/PP que ameaça apor-se um originalíssimo PP que o transformará na maior sigla partidária da Europa e não só; um PSD cheio de tentações fratricidas recalçadas, um PPD esperando impaciente a hora da vingança e um PPD/PSD que alimenta a sua actividade partidária com lautos almoços distritais; um PS vivendo o drama de querer ser, simultaneamente, igual e diferente do PSD, apetrechado com tantas opiniões quantas as necessárias para agradar a toda a gente em todas as ocasiões mas percorrido por tanta variedade de linhas que se debate com o angustiante dilema de continuar a ser partido ou passar a denominar-se retrosaria (sobre o PCP não há nada a dizer visto que o PCP ou não existe ou existe mas está inactivo, segundo as duas versões da informada comunicação social, aliás, cheia de razão porque, como há quem saiba, no último ano o PCP levou por diante apenas uns escassos milhares de iniciativas as quais, mesmo sendo mais do que a soma das iniciativas de todos os outros partidos, não existiram — porque não foram noticiadas na comunicação social).

Mas voltando à matéria do primeiro: Cavaco, que exilou o seu próprio discurso colocando-o com residência fixa no Pulo do Lobo, limitou-se a apoiar o cotovelo sobre o tejadilho do carro e a sorrir aquele sorriso mudo, carregado de profunda inteligência, de inovadoras táticas, de ribombantes estratégias. Ou seja e respondendo a todas as dúvidas: Cavaco quer ficar e quer ficar ainda mais do que já está. Porque Cavaco há só um: o único, o legítimo, o insubstituível.

Tenho para mim — e creio que não estou sozinho nesta matéria — que Cavaco faria bem em não ficar. Em sair. Em ir.

A meu ver, o ainda Primeiro-Ministro prestaria um notável serviço ao País se fosse. Mais: esse serviço seria mesmo patriótico se Cavaco levasse consigo a política de direita e a enterrasse no jardim da vivenda Mariani, tão fundo que ninguém, nem o garganeiro Guterres, lhe pudesse deitar a mão. Mas Cavaco quer ficar...

Aqui chegado, e não sei a que propósito, veio-me à memória um poema de Brecht:

«A propósito da notícia da doença de um poderoso estadista»

«Se este homem insubstituível franze o sobrolho dois reinos periclitam.

Se este homem insubstituível morre

O Mundo inteiro aflige-se como a mãe sem leite para o filho

Se este homem insubstituível ressuscitasse ao oitavo dia

Não acharia em todo o império uma vaga de porteiro»

■ José Casanova

Guterres 3

Duas telenovelas políticas continuam a desenrolar-se, pesadamente, perante o olhar do País.

Em relação à primeira, que retrata um primeiro-ministro em dificuldades que para sair delas se meteu num imbróglio, com um «tabu» à mistura, está quase tudo dito e o final adivinhado. Quanto à segunda, Guterres e a posição do PS face à crise, quanto mais o protagonista se desmultiplica em lances circulares, mais as pessoas se vão convencendo que a história não tem fim e sobretudo que não está bem contada.

Guterres «reclama» a antecipação das legislativas para Junho, quando sabe que sem dis-

solução da AR isso não é constitucionalmente possível, e quando ainda por cima faz depender a «proposta» da concordância (obviamente impossível) do próprio PSD.

Ao mesmo tempo, não perde nenhuma oportunidade para sublinhar que o poder de dissolução da Assembleia da República pertence ao Presidente da República, e que «tem todas as razões para confiar nele», e para recordar que «contribuiu para a sua eleição». Quanto à posição do PS em relação a uma matéria de tal importância, fecha-se em copas, nada adianta publicamente. O Presidente que vá com a candeia à frente...

O último número da Acção Socialista, semanário do PS, à tradicional linha do «discursiva e fuge», acrescenta porém uma afirmação particularmente reveladora.

A manchete é dramática: «Um país adiado!» As afirmações são fortes logo na primeira página: o PSD «provocou irresponsavelmente o Presidente da República... coloca o interesse partidário acima dos interesses do País... demonstra que o destino da nossa economia não lhe diz respeito». As conclusões são nítidas. «É urgente encontrar a solução. Não para o PSD, mas para o País. E essa passa por eleições antecipadas.»

Entretanto, quase escondido na terceira página, um outro tipo de crítica ao PSD, acompanhado por uma reveladora verdade, salta à vista: «Para o líder do PS, António Guterres, o PSD, provocando de forma intolerável o Presidente da República, está a dar-lhe «todos os argumentos para dissolver o Parlamento». Uma solução com a qual o PS não concorda...» (sublinhado nosso).

Será o jesuitismo a «forma nova de fazer política» de que o Secretário-Geral do PS tanto se reclama?

■ Edgar Correia

TCHETCHÉNIA a tragédia

Tragédia na Tchetchénia - e não só. Na Tchetchénia, depois do fracasso em Novembro da acção armada da «oposição» teleguiada, Ielstine resolve em 11 de Dezembro lançar abertamente ao ataque 40.000 tropas, centenas de tanques, poderosa aviação, para «restaurar a lei e a ordem» e desarmar os «bandos de criminosos». O seu ministro da Defesa, Gratchov anuncia ser uma fácil operação a resolver com «um batalhão de tropas especiais em duas horas». Mas são derrotados. Porque a questão era outra: os soldados russos sem incentivo e reticentes, e os oficiais hostis à aventura e ao carácter da missão, defrontam-se com todo um povo decidido a não se submeter ao novo czar do Kremlin. A segunda vaga da ofensiva lançada a 7 de Janeiro, com o massacre impiedoso mesmo da população civil, ainda nem sequer conseguiu controlar Grosni e será incapaz de dominar, depois, uma guerrilha conduzida a partir dos contrafortes montanhosos do Cáucaso. Gratchov agora já fala de «uma verdadeira guerra, que pode durar anos». Futuro incerto. Mas o que é certo, para já, são muitos milhares de mortos, dum e doutro lado, destruições terríveis, uma tragédia na Tchetchénia.

Enão só aí. Arrisca-se a incendiar todo o Cáucaso. Mas sobretudo agudiza todos os problemas nacionais da imensa Federação Russa - que tem uma centena de povos espalhados por 89 «sujeitos» administrativos (repúblicas, regiões, distritos autónomos). Desde o desmantelamento da URSS acentuaram-se fortes tendências centrífugas, de Kaliningrado a Vladivostok. Este tipo de situações não se resolve à bomba: o sangue a correr faz recuar a razão e fragiliza os laços e interesses comuns. Por isso também a tragédia tchetchena inquieta e suscita generalizada condenação na Rússia. Só o fascista Jirinovski, o nazi Barkachov e alguns «democratas» que tais, o apoiam abertamente. A vergonha desmoralizante que recai sobre as Forças Armadas soma-se o repúdio pela senda fratricida encetada por Ielstine.

O que está por detrás desta criminosa aventura? Quem afinal manda na Rússia? O nevoeiro é por de mais denso: «Ninguém sabe o que de facto se passa no Kremlin» (Time, 7 de Janeiro). As «explicações» avançadas como causas acabam por nada explicar seguramente, incluindo a referência ao petróleo e ao traçado do novo oleoduto. As versões sobre os mandantes, *idem*. Certo, certo, é que Ielstine sempre foi tanto boss como marionete de interesses inconfessáveis internos e externos. Não do povo russo, muito menos soviético. As mafias são muitas, entrecruzam-se, e os seus meandros permanecem na sombra. Entretanto, é Ielstine e seus cúmplices (agora uns, logo outros) quem decide e executa *in loco* o trabalho sujo.

O posicionamento internacional «ocidental», começando por um melífluo fechar de olhos («assunto interno») e já tarde passado a tímidas advertências («nada de excessos»), integra mais uma vertente da ambiguidade de toda esta questão. Mas convém fixar que Clinton deu o seu aval a Ielstine, o qual estaria «a fazer justamente o melhor que pode» e quanto «mais rápido melhor». E que o porta-voz do Departamento de Estado assimilou a guerra na Tchetchénia «a um episódio da nossa própria história (...) quando tivemos de lidar com um governo secessionista...». Ielstine émulos de Lincoln, guerra na Tchetchénia similar à guerra da secessão da América, 1994 o mesmo que 1860... As potências da UE também não clarificam nem condenam o fundo da questão.

Algo está saindo furado em tudo isto. Ielstine pode ter esgotado os seus cartuchos. Não será no ar que o *The Economist* (7 de Janeiro) sobre o retrato de Ielstine escreve «O homem errado para a Rússia» e sentença no final da sua análise: «O papel do Sr. Ielstine na transição da Rússia para a democracia está a acabar». Pobre «democracia», desastrosa «transição». O pior é que, na falta de substituto que se avanteja desde já, o mesmo órgão conservador da alta finança internacional adia a sucessão para as eleições de Junho de 1996. Eleições contudo que os comunistas russos reclamam sejam antecipadas, tendo recolhido já para tal mais de 2 milhões de assinaturas. Os cálculos podem (oxalá) sair furados ao imperialismo.

■ Carlos Aboim Inglês

Carvalhas no Alentejo

«Verdadeira alternativa passa pelo reforço do PCP»

Promovido pelo organismo Inter-Regional do Alentejo do PCP realizou-se no passado domingo um importante Encontro de Quadros da Região Alentejana, que abordaram a análise da situação política na região e no País. Na mesa, além do organismo, estavam os camaradas Carlos Luís Figueira, Luís Sá e José Soeiro, da Comissão Política e Carlos Carvalhas, secretário-geral do PCP.

Referindo-se à contínua degradação da situação no Alentejo, o secretário-geral do PCP considerou que «a seca, o aumento do desemprego em que mais de 70% dos desempregados não têm qualquer subsídio, o abandono, desertificação e envelhecimento da região mostram que o Alentejo necessita de um "Plano de emergência" e de um "Plano integrado de desenvolvimento", com uma forte componente agrícola, que contemple a estrutura, a posse e o uso da terra, a agro-indústria e a irrigação, as pequenas e as grandes barragens. E é de salientar que desde o último anúncio eleitoralista sobre o Alqueva já se passaram dois anos. Agora dizem que o empreendimento vai arrancar em Setembro — um mês antes das eleições se estas não forem antecipadas!»

Sobre a actualidade política nacional, Carvalhas afirmou que «o País necessita de uma nova política, de uma política de esquerda, uma política que promova o desenvolvimento, o crescimento e o emprego; Portugal está na cauda da Europa em relação à chamada retoma económica. E, em vez da promoção da produção, do investimento e do emprego assistimos sim à promoção das actividades especulativas e parasitárias. Vemos, por exemplo, a mobilização de milhões para a posse de riquíssimo património público, com as OPA's; milhões que são desviados do investimento, que não criam nem um posto de trabalho, nem qualquer aumento da produção nem qualquer valor acrescentado. É a entrega de alavancas fundamentais da economia por-

tuguesa aos interesses egoístas privados e a reconstrução do capitalismo monopolista com a subordinação do poder político ao poder económico. São as privatizações ao desbarato, do património público, a metro e a feitiço, em negociatas escandalosas no interesse dos clientes e clientelas do PSD. Olhe-se por exemplo para o caso do Totta que foi vendido por 80 e tal milhões e agora comprado aos espanhóis por 150 milhões (o que com os lucros, significa que estes tiveram assim um lucro de mais de 100%). Um escândalo!», disse o dirigente comunista.

Chamando a atenção para a posição do PS, Carvalhas salientou que aquele partido «não só tem fechado os olhos aos escândalos das privatizações, como agora se apressou a apoiar as últimas operações especulativas. E isto de um partido que dizia na Assembleia da República: "O PS nunca permitirá a reconstrução dos velhos grupos económicos, cada um com o seu banco, a sua companhia de seguros e o seu jornal..."»

«O País precisa de uma verdadeira alternativa e não apenas de uma alternativa com a mudança de caras, de clientelas, de taxas e mordomias, mantendo no essencial a mesma política.

«O PCP, assume as suas responsabilidades e apresenta-se como o grande Partido da esquerda, que quer uma política de esquerda para o país, o Partido da alternativa, com quem o povo pode contar e cujo reforço é fundamental para uma verdadeira mudança de rumo.»

Mais adiante, sublinhando que «a política do PSD está hoje mais desmascarada e o seu governo

mais isolado e desacreditado», Carvalhas concluiu a necessidade de «derrotar o PSD com ou sem Cavaco, derrotar a política de direita e forjar uma verdadeira alternativa, o que passa pelo reforço do PCP e da CDU.

«É necessário que as esperanças não sejam desiludidas, que se defenda a produção nacional, a industrialização, a agricultura e as pescas, que se ponha o acento tónico no desenvolvimento com dimensão social em que o

emprego e a melhoria do nível e qualidade de vida das populações estejam nos objectivos prioritários», defendeu o secretário-geral acrescentando:

«A política de concentração da riqueza e das clientelas tem criado o caldo de cultura da corrupção atingindo altas figuras da Administração Pública e do poder político e que no outro pólo tem afastado milhares e milhares de famílias de um nível de vida digno, do acesso à habitação, à



saúde e do bem-estar (...). Não podemos continuar a assistir de braços cruzados à ruína da agricultura, à liquidação de importantes sectores industriais, às falências e à contínua substituição da produção nacional pela estrangeira e à posse pelas multinacionais de alavancas fundamentais da

economia portuguesa e dos segmentos mais rentáveis do mercado (...). Não podemos continuar a assistir de braços cruzados ao aumento do desemprego, do trabalho precário, à liquidação dos direitos dos trabalhadores, aos salários em atraso e à expansão das bolsas de pobreza.»

Arrancar o Alentejo da crise

O Encontro, que contou com a presença de 220 quadros dos distritos de Beja, Évora, Portalegre e dos quatro concelhos do Sul de Setúbal, aprovou um documento, do qual publicamos alguns excertos.

A situação no Alentejo continua a degradar-se.

O número de desempregados continua a ultrapassar os 40 mil, mais de 18,5% da população activa, a maioria dos quais (76%) sem receber sequer o subsídio de desemprego, o que, para além dos dramas sociais que provoca, constitui um importante estrangulamento à vida económica da região. São 40 mil salários que deixaram de circular mensalmente e que, a existirem, como sucedia com a Reforma Agrária, representariam no mínimo mais 2 milhões de contos por mês o que naturalmente teria um importante e positivo impacto na economia da região, sobretudo ao nível do comércio e da construção civil.

Os grandes projectos estruturantes, com destaque para Alqueva e outras importantes barragens, continuam a marcar passo, com estudos e mais estudos. Esta política é a responsável pelas consequências da seca que periodicamente assola o Alentejo e de que o ano em curso, quarto consecutivo, é, de novo, testemunho preocupante desta grave situação.

Os escassos fundos disponibilizados para o Alentejo através do Programa Operacional do Alentejo estão a ser desviados para financiar projectos que deviam sê-lo através dos programas sectoriais e do Orçamento do Estado, o que penaliza duplamente a região.

Prossegue a emigração e a desertificação da Região com relevo para a saída de milhares de trabalhadores e a não fixação de quadros.

Prossegue assim, pela acção deste Governo, a política de discriminação do Alentejo face a outras regiões aprofundando-se cada vez mais as graves assimetrias já existentes, com consequências graves na já débil estrutura produtiva com dificuldades e falência de pequenas e médias empresas.

A questão da concentração da terra, sua posse e uso, que a própria CCRA reconhece como «a questão-chave dos problemas estruturais do Alentejo» (1% das explorações ocupam 80% da superfície agrícola útil da região) não tem qualquer perspectiva de solução com este governo e esta política. A recente decisão do governo de premiar os grandes agrários com pelo menos mais 60 milhões de contos de indemnizações, a que há que acrescentar mais de 45 milhões de contos já anteriormente transferidos para os agrários em bens e frutos pendentes das cooperativas e apoios especiais negociados na reforma da PAC, constitui mais uma afronta inqualificável aos trabalhadores desempregados e aos verdadeiros agricultores e visa muito mais financiar o parasitismo das clientelas laranja, através do saque dos dinheiros públicos, do que respeitar o princípio constitucional de liquidar o latifúndio.

A criação e instituição das regiões administrativas está manifestamente posta de lado pela maioria do PSD na Assembleia da República o que constitui uma afronta inaceitável à Constituição da República e põe a claro toda a hipocrisia e mentira do PSD e de Cavaco Silva quando fizeram da regionalização uma bandeira em vésperas de eleições.

A realidade do Alentejo, pondo a nu toda a demagogia cavaquista do discurso de sucesso e a tão propalada retoma económica, não deixa margem para dúvidas quanto à jus-

teza da reclamação do PCP de demissão urgente do Governo Cavaco/PSD, de dissolução da Assembleia da República e promoção de eleições antecipadas com um governo isento que dê ao povo português a oportunidade de julgar nas urnas a política em curso e a possibilidade de escolher um novo rumo para a vida do País.

O Encontro desafia o Partido Socialista a abandonar o discurso oco com que pretende afirmar-se como oposição, e que não passa de uma forma habilidosa de dar a mão ao governo Cavaco Silva e à sua dócil maioria na Assembleia da República, e a reivindicar de forma clara e explícita a demissão do governo, a dissolução da Assembleia da República e eleições antecipadas, a exemplo do que tem vindo a fazer o Partido Comunista Português.

(...) Na verdade enquanto o PSD e o PS se apresentam sem qualquer projecto coerente para o Alentejo, limitando-se a criticar e condenar as iniciativas concretas que visam responder aos gravíssimos problemas que o Alentejo enfrenta, o PCP é o único Partido que, para além de apoiar e de se empenhar activamente no sentido de garantir o êxito das acções que visem arrancar o Alentejo da crise em que está mergulhado, tem um projecto coerente e global capaz de garantir esse objectivo. (...)

Os quadros presentes salientaram ainda os processos em curso em torno da regionalização e do desenvolvimento do Alentejo, com destaque para as iniciativas promovidas pelo Movimento Alentejo pela Regionalização (MARD) e saudaram a decisão das Regiões de turismo de Évora e Planície Dourada, e da Comissão Municipal de Turismo de Odemira pela sua iniciativa de avançar para a criação da Região de Turismo do Alentejo.

DORLEI prepara seminário sobre a Festa

Com a participação dos camaradas Gil, Vítor Santos e Jorge Pires, do secretariado da Festa do «Avante!» realizou-se no passado dia 9, na Marinha Grande, uma reunião de quadros e activistas da Festa no distrito de Leiria, inserida na preparação do Seminário Nacional que terá lugar no próximo sábado, no Seixal.

Durante o debate, vários camaradas chamaram a atenção para questões de segurança, equipamento de apoio e condições de higiene para os camaradas que asseguram durante três dias o funcionamento da Festa. Apontando a necessidade de fazer alterações que tenham em conta a evolução verificada na sociedade e a experiência de 18 anos de Festa, a reunião sublinhou a necessidade de aproveitar melhor esta grande realização do Partido para veicular a nossa mensagem e alargar a influência política juntos dos milhares de pessoas, militantes e simpatizantes, que anualmente visitam a Festa.

Juventude em debate

As questões da juventude foram o tema de duas iniciativas promovidas pela DORBraga no passado sábado. Uma teve lugar em Famalicão, na Casa da Cultura, sob a designação «Nova Geração. Que problemas? Que soluções?» e contou com a participação de Manuel Barbosa da Silva, membro da Assembleia Municipal e do deputado comunista António Filipe, que também esteve em Barcelos no debate «Juventude. Problemas e perspectivas», que decorreu na Biblioteca Municipal.

Emprego em Santo Tirso

Por iniciativa da Comissão Concelhia de Santo Tirso, decorreu no passado sábado, um debate sobre o tema «Que política de desenvolvimento e Emprego», que contou com a presença de Jerónimo de Sousa, da Comissão Política e do eurodeputado comunista, Honório Novo. Foram abordados os problemas laborais existentes no concelho, onde se regista um aumento preocupante

de desemprego, com particular incidência no têxtil e vestuário, metalurgia e metalomecânica, químico e transportes.

Ministro visita Quimiparque

Comentando a vista do ministro Mira Amaral à Quimiparque, a Concelhia do PCP alerta para a anunciada venda do parque industrial a uma empresa de capital público designada Partest.

Segundo os comunistas, o Governo prepara-se desta forma para se auto-insentir do pagamento da respectiva sisa lesando a população do Barreiro em largas centenas milhares de contos.

A concelhia repudia por outro lado as afirmações do ministro que se vangloriou com a criação de 3 mil postos de trabalho nas 300 empresas que constituem hoje o parque industrial da Quimiparque. Como sublinha o PCP, Mira Amaral «não disse que a reestruturação da Quimigal nos últimos 15 anos destruiu 8 mil postos de trabalho, conduziu ao encerramento de várias fábricas e sectores importantes da economia nacional e que com a privatização da Quimigal novos despedimentos se perspectivam».

Nota da Comissão Política

Para dar expressão ao descontentamento
PCP interpela Governo

Reunida na passada segunda-feira, a Comissão Política do Comité Central do PCP debateu aspectos essenciais da situação política nacional e da acção do PCP, destacando as principais conclusões no documento que publicamos de seguida, que foi apresentado anteontem em conferência de imprensa

1. A Comissão Política do PCP sublinha o carácter determinante da luta dos trabalhadores num quadro social profundamente marcado pelo aumento do desemprego, pelas ameaças pendentes sobre milhares de postos de trabalho efectivos, pelas tentativas de ataque e de desvalorização da contratação colectiva, pela inaceitável omissão do Governo quanto à redução do horário de trabalho para as 40 horas e por uma política de imposição da redução dos salários reais que é não só socialmente injusta mas também contrária à ampliação do mercado interno e à recuperação económica.

A luta dos trabalhadores da Manuel Pereira Roldão em defesa dos seus postos de trabalho, dos salários e da viabilização da empresa, aliada ao grande movimento de solidariedade que gerou, constitui um magnífico e relevante exemplo de que vale a pena lutar.

O desenvolvimento das acções de protesto e de luta dos mineiros do Pejão, que hoje se deslocam a Lisboa numa importante acção que o PCP saúda, é uma corajosa demonstração da recusa do fatalismo e dos factos consumados a que o Governo e o grande patronato querem conduzir os trabalhadores.

A resposta dos trabalhadores da Portugal Telecom, a exigência do pagamento dos salários em atraso e da viabilização da empresa reivindicados pelos trabalhadores da Torralta, a acção reivindicativa dos trabalhadores dos transportes, da administração pública, da construção, mármore e madeiras, da metalurgia e indústria naval, da EDP e da Fisipe alicerçam as condições para o êxito da Jornada de Luta de 26 de Janeiro decidida pelo Plenário Nacional de Sindicatos da CGTP-IN.

A Comissão Política do PCP apela aos militantes comunistas para que nas empresas e sectores se empenhem generosamente nesta luta unificadora pelo direito à contratação, em defesa dos salários, do emprego e dos seus direitos.

2. Saudando os seus promotores, a Comissão Política do PCP destaca também a importância e significado do Aleria pela Regionalização e o Desenvolvimento do Alentejo que o Movimento Alentejo Regionalização e Desenvolvimento promove no próximo dia 25, entre as 16 e as 18 horas, em todo o Alentejo, e que tem como objectivos fundamentais chamar a atenção dos órgãos de soberania e da opinião pública para a necessidade e urgência da criação e instituição das Regiões Administrativas (previstas na Constituição mas deliberadamente sabotadas pelo Governo e pela maioria parlamentar do PSD) e para a premente necessidade de alterar a política que tem sido seguida em relação ao Alentejo e que tem conduzido à desertificação, ao envelhecimento, à estagnação económica e ao desemprego em massa que ultrapassa já os 18,5% da população activa numa região que representa um terço do território nacional.

3. A Comissão Política do PCP, exprimindo uma indignação e inquietação que é certamente partilhada por amplos sectores de opinião democrática, renova as advertências do PCP sobre as perigosas consequências do processo, agora em curso acelerado, de concentração monopolista e de assalto pelos velhos senhores e velhos grupos económicos do tempo do fascismo a posições cruciais na economia nacional e designadamente no sistema financeiro.

A Comissão Política salienta que esta situação e os seus chocantes desenvolvimentos são inseparáveis do processo de esbulho e saque do património público que têm constituído as privatizações e de uma política

que, através das decisões do Governo, transformou o Estado num agente e num instrumento da restauração do poder do grande capital.

A Comissão Política chama ainda a atenção para que os vultuosos recursos financeiros que alguns grupos se propõem mobilizar (embora, como é sabido, não falem casos de aquisição de posições, não com capitais próprios, mas com capitais de bancos nacionalizados, dos próprios bancos a adquirir ou a contar com os seus futuros lucros) mostram que afinal há dinheiro em Portugal, só que é consumido na espiral da «economia de casino» e dirigido para meras operações de transferência e mudança de propriedade, em completo divórcio de

nalmente definidos, acentuam sim o processo de crescente governamentalização das Forças Armadas, põem em causa o seu apartidarismo e concretizam um processo de ruptura com a legislação actual em dois aspectos fundamentais:

– a alteração da fórmula em vigor de nomeação das chefias, em que se substitui o regime de uma lista proposta pelas Forças Armadas, escolhida na base de critérios técnico-funcionais, por uma escolha governamental em que naturalmente prevalecem critérios político-partidários;

– as chefias militares perdem para o Ministério da Defesa Nacional a competência de uma série de nomeações designadamente, comandantes operacionais, directores de Academias e Institutos Superiores, etc.

5. A Comissão Política salienta a oportunidade e importância da **interpelação ao Governo** que, por iniciativa do Grupo Parlamentar do PCP, se realizará no próximo dia 25 centrada sobre a gravíssima situação social e económica a que a política do Governo conduziu o país e a conseqüente crise política e os seus reflexos no funcionamento das instituições.

Com esta iniciativa parlamentar, em que o Secretário-geral do PCP fará a intervenção de abertura, o PCP propõe-se dar expressão nas instituições ao amplo descontentamento popular com a política do Governo do PSD, confrontá-lo com as suas pesadas e indifereçáveis responsabilidades no preciso momento em que desenvolve múltiplas manobras para se furtar à devida prestação de contas, e reafirmar a exigência de medidas de clarificação política que, poupando o país a um maior apodrecimento e degradação da situação e poupando os portugueses a mais extensos sacrifícios e dificuldades, dêem com urgência a palavra ao povo português.

A interpelação do PCP ao Governo testemunhará seguramente a firmeza, combatividade e determinação de um partido profundamente identi-

ficado com as inquietações mas também com as aspirações que percorrem a sociedade portuguesa, de um partido solidamente empenhado em defender os interesses populares agredidos pela política do Governo e em contribuir para uma nova política, para uma política de esquerda e para uma alternativa democrática.

6. Tendo debatido diversos aspectos relativos ao andamento, desenvolvimento e dinamização da actividade partidária, a Comissão Política salienta o prosseguimento, com assinalável êxito, do **“Debate com o País para uma nova política”** abrangendo a realização por todo o país de um vasto e diversificado conjunto de iniciativas de reflexão sobre os problemas nacionais, que tem suscitado um grande interesse e participação, permitindo um valioso diálogo designadamente com numerosos democratas independentes em torno da nova política necessária para o progresso do país, ao serviço de todos os portugueses.

A par da concretização de dezenas de novas iniciativas previstas no quadro do «Debate com o País» e da realização de acções de contacto directo com a população, a Comissão Política anuncia ainda a **realização em Fevereiro, em vários distritos, de um conjunto de comícios especialmente centrados sobre os problemas sociais mais prementes**, a que se seguirão as múltiplas iniciativas que assinalarão o **74º aniversário do PCP** (com destaque para os comícios de Lisboa, em 3 de Março, e do Porto, em 12 de Março), dando novo impulso a uma audaciosa e confiante afirmação pública do PCP como o partido da alternativa, o partido de uma nova política, o grande partido da esquerda.



Vitor Dias apresentou, na terça-feira, as conclusões da Comissão Política

objectivos de aumento da produção, de criação de riqueza e de postos de trabalho e de desenvolvimento regional e nacional.

O PCP considera ser seu estrito dever reafirmar que o processo de reconstituição das oligarquias financeiras manifestamente dominado pelos Mellos, Champalimaud e outros terá como corolário lógico novos desequilíbrios e desigualdades na correlação de forças no plano social, favorecerá acrescidas ofensivas no sentido do reforço da exploração dos trabalhadores e da liquidação dos seus direitos e conduzirá a formas ainda mais ostensivas e nefastas de condicionamento e subordinação do poder político ao poder económico.

O PCP salienta que nada nem ninguém poderão apagar a evidência de que o PS, sendo, como é, cúmplice activo e consciente deste processo de concentração monopolista e de reconstituição do poder de grupos económicos que foram apoiados destacados da ditadura fascista, terá de assumir as correspondentes responsabilidades pelas suas consequências.

4. Tendo lamentavelmente passado quase despercebida a recente aprovação pela Assembleia da República, com o voto contra do PCP, de alterações à Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas em matéria de nomeação das chefias militares, a Comissão Política sublinha a sua especial gravidade e o significado político de o PS se ter associado ao PSD na aprovação de normas que ofendem claramente a autonomia relativa da instituição militar.

O PCP salienta que as alterações introduzidas, longe de se situarem no quadro do princípio inquestionável de que a definição das opções da política de defesa nacional é da responsabilidade os órgãos de soberania nos termos constitucio-

Êxito do debate em Coimbra sobre «Cultura e Mercado»

Integrado no ciclo «Debate com o País para uma Nova Política» organizado pelo PCP, realizou-se na passada sexta-feira, em Coimbra, na Casa da Cultura Municipal, um colóquio subordinado ao tema «Cultura e Mercado».

Promovido pela Direcção da Organização Regional de Coimbra, estiveram na mesa, além dos três membros da Comissão Organizadora – Manuela Cruzeiro, António Pedro Pita e Vítor Serrão –, os camaradas Ruben de Carvalho, do Comité Central e do Conselho Nacional, Manuel Gusmão, do Comité Central, e José Barata-Moura.

Com uma assistência que atingiu quase as duas centenas de pessoas encheu completamente a sala e participou animadamente no debate com mais de uma dezena de intervenções, o colóquio rodeou-se de particular interesse, constituindo, no parecer dos camaradas da organização, uma das melhores iniciativas do vasto programa elaborado pela DORC para o «Debate com o País».

Embora, à semelhança dos outros encontros desta iniciativa que se têm realizado por todo o País, o colóquio não se destinasse a extrair conclusões, mas acima de tudo a uma ampla troca de ideias entre os participantes, uma pelo menos foi unânime: tratou-se do assunto e levantaram-se questões que chegariam para preencher mais uma dezena de debates e revelou-se o evidente interesse e importância do tema em questão.

Logo de início, nas intervenções dos participantes na mesa com as quais abriu o encontro, se verificou não apenas a variedade de ângulos de abordagem, como mesmo alguma diversidade de pontos de vista, tanto quanto confluência em relação a aspectos significativos.

No essencial, estas intervenções – para além de uma comum preocupação de definição conceptual do tema e dos próprios termos utilizados (concepções de cultura e arte, a própria ligação entre ambas, definir se se deveria privilegiar na discussão a questão do ângulo do criador de cultura e arte ou do seu consumo e divulgação, o enquadramento histórico do conjunto de problemas em discussão, etc.), acabaram a definir-se duas grandes linhas: por um lado, a importância histórica do aparecimento do mercado nesta área, essencialmente como factor de socialização da cultura e da arte e sua divulgação e, por outro lado, os perigos criados pelas próprias condicionantes que a evolução do mercado tende a introduzir, seja no espaço de criação e intervenção dos criadores de cultura e seu papel na transformação e evolução das sociedades, seja nos padrões de gosto e consumo cultural dos públicos.

Particular atenção mereceria ainda, quer nas intervenções iniciais quer nas que se seguiram por parte da assistência, as alterações introduzidas no binómio cultura-mercado pelas mutações tecnológicas contemporâneas conducentes ao surgimento de expressões culturais de carácter massivo e industrial (imprensa, cinema, televisão, disco, etc.) e a situação actual no mundo ocidental em geral e em especial no Portugal cavaquista, profundamente marcada pela ofensiva neoliberal e pela tendência das classes dominantes e do poder político para uma submissão destruidora e paralisante de toda a produção cultural a regras de mercado integralmente sujeitas à pura lógica capitalista nas suas expressões mais nefastas.

O debate, previsto para acabar cerca da meia-noite, terminou já depois da 1 hora, com a sala praticamente cheia e uma audiência francamente disposta a prosseguir, não fora a necessidade de encerramento das instalações! Já depois de encerrada a sessão, ficou no ar, nas conversas travadas, a ideia de voltar ao tema em nova oportunidade, ideia cuja viabilidade os organizadores irão encarrar.

Na passada sexta-feira, o secretário-geral do Partido Comunista Português, Carlos Carvalhas, auscultou no Porto a opinião de independentes sobre os mais diversos temas da actualidade que preocupam o PCP e as populações.

Cerca de uma centena de destacadas personalidades (artistas plásticos, professores, jornalistas, dirigentes sindicais, etc.), respondendo ao convite do PCP, intervieram num debate aberto, sem inibições de qualquer ordem ou limite de tempo.

Com esta iniciativa pretendia-se ouvir opiniões para as incorporar nas propostas do PCP que está deveras preocupado com a degradação da democracia que só poderá ser superada com uma alternativa à política até agora seguida no nosso país e não com as alternativas de poder preconizadas por alguns, apesar dos resultados francamente negativos a que conduziu uma tal política.

A primeira intervenção lançou um alerta para o facto de o Norte estar a perder influência cultural. Falando ainda de cultura, outro dos presentes alertou para o facto de a língua portuguesa, segundo ele, se estar a perder como idioma, exemplificando com o que se passa neste momento em França, onde diversos cursos de português estão a ser extintos com a cumplicidade do Governo que ignora esta situação grave, demonstrando não ter a menor noção da impor-

Debate no Porto com independentes

tância da nossa cultura junto dos emigrantes.

Um outro interveniente constatou que muitos jovens chegam à Universidade sem fazerem a menor ideia do que foi a luta contra o fascismo em Portugal.

Um alerta foi lançado para o perigo que corre a liberdade de imprensa, com o novo Código Penal que é uma ofensiva grave contra o dever de informar e de investigar e o direito à informação. Este assunto viria a ser motivo de várias intervenções, sobretudo de jornalistas.

A encerrar o debate, Carlos Carvalhas, agradecendo as intervenções e críticas, fez alguns sublinhados.

Muitas das questões são indissociáveis da democracia política, disse. Abordando o tema da regionalização, afirmou que não podemos colocar as questões da centralização ou descentralização, num Norte contra o Sul.

Carvalhas referiu a seguir que as questões do marxismo estão hoje bem presentes. Mais do que muitos arautos da desgraça poderiam imaginar, pois que estavam convictos de que se caminhava para uma nova ordem, com o descalabro dos países do Leste, o facto é que, pelo contrário, há uma realidade que mostra que os comunistas estão a voltar ao poder, provando assim que as promessas do capital só trouxeram desemprego, pobreza e corrupção. Isto faz

com que toda a intelectualidade se volte a debruçar sobre o marxismo.

Sublinhando que o PCP é o partido dos trabalhadores, Carvalhas apelou ao reforço eleitoral: «Quantos mais votos e, consequentemente, mais deputados o PCP tiver, mais força terá para dialogar com o PS, tendo em vista uma nova política.»

Para uma política não só de

alternância, mas de alternativa, é necessário que esta maioria desapareça, disse o dirigente comunista acrescentando que «sem se deixar de criticar o PS, o nosso adversário principal é a direita/PSD. Não é pois por culpa do PCP que a convergência de esquerda deixa de se fazer, pelo que o seu reforço não é um mero “slogan”, mas uma realidade».

«Da retoma nem sinais» – afirma DORP do PCP

A DORP do PCP, num encontro com a imprensa do Porto que se realizou a semana passada, apreciou os problemas da região. Mostrando preocupação com a descida dos salários reais e o aumento do desemprego, que no distrito do Porto já atinge mais de 70 mil pessoas, esta estrutura regional afirma que «não há sinais da tão falada retoma ou de efeitos positivos das medidas que o Governo vai alardeando em questões de vital importância como a desindustrialização, a insuficiência do investimento produtivo, a desertificação rural ou o défice habitacional». Os comunistas do Porto abordaram a realização de eleições legislativas, que vão encerrar «nove longos anos de governo de um só partido com uma prática centralizadora e autoritária, ao serviço de uma política de destruição da economia real, de inquietante reconstrução do poder de grandes grupos financeiros e da degradação alarmante das condições de vida».

A regional do Porto focou ainda o afastamento, do pelouro da Saúde e Sanidade da Câmara do Porto, de Ilda Figueiredo, vereadora da CDU, apesar de serem reconhecidos o dinamismo, a iniciativa, o interesse e a utilidade da sua acção. Esta deplorable atitude esclarece a intolerância democrática do PS.

Governo afunda pescas portuguesas

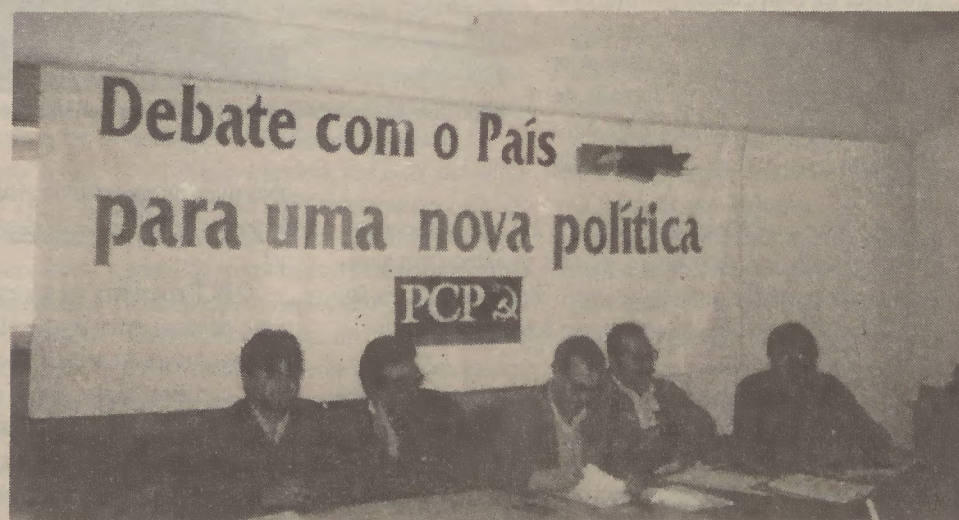
Reclamando uma nova política para o País, os participantes no debate sobre a situação das pescas, que teve lugar no passado sábado em Peniche, foram unânimes em considerar que o Governo PSD continua a afundar o sector, «aceitando, como um aluno bem comportado, as decisões da Comunidade Europeia e não defendendo os interesses portugueses».

A sessão foi promovida pela Comissão Concelhia local do PCP e contou com a presença de Carlos Luís Figueira, membro da Comissão Política, de Vasco Valdez, investigador científico, além de diversos dirigentes do partido na região.

Os intervenientes condenaram a política seguida para o sector nos últimos 10 anos, que se caracteriza pelo apoio ao abate de embarcações (para o que foram dados mais de 15 milhões de contos) e pelo constante adiamento da reconversão da frota.

A descrença sobre o futuro instalou-se entre os pescadores e todos os que estão ligados à pesca. A falta de perspectivas afecta ainda os muitos jovens que frequentam actualmente cursos de formação profissional no Forpescas e que a prazo serão obrigados a procurar alternativas profissionais.

Durante o debate, frisou-se a necessidade de alterar o actual estado da legislação no sector das pescas, introduzindo novas regras, bem como exigir das autoridades



sanitárias maior rigor no controlo do pescado que entra no nosso país.

Por outro lado, os participantes não deixaram de criticar o facto do PSD e do CDS/PP terem chumbado na Assembleia da República uma proposta de alteração ao PIDDAC/95, que previa a inclusão de 200 mil contos para a construção da 2ª fase do porto de pesca de Peniche, obra avaliada num total de dois milhões de contos. A abstenção dos deputados do PS foi considerada negativa e é mais um exemplo da convergência de políticas entre aquele partido e o PSD.

Sustentando que nas eleições legislativas de 1995 não basta mudar de figurantes, é indispensável mudar de política, o debate reforçou a ideia de que é neces-

sário renegociar a política comunitária de pescas e proceder à implementação de um plano

nacional que contribua para a melhoria da qualidade de vida dos pescadores.

CAMARADA FALECIDO

Izidro Henriques

Faleceu, no passado dia 13 de Janeiro, no Couço, com 77 anos de idade, Izidro Fino Henriques. Ao seu funeral acorreram cerca de 2 mil pessoas, tendo a sua morte causado grande consternação e tristeza no Couço.

Fino Henriques era filiado no PCP desde 1945, tendo desempenhado, desde logo, várias tarefas de propaganda. Este militante comunista participou na Comissão de Trabalhadores que organizou e conduziu a greve de 1958, em protesto contra a burla nas eleições presidenciais em que Humberto Delgado foi candidato. Na sequência deste acontecimento, foi preso durante seis meses pela PIDE.

Após o 25 de Abril, Fino Henriques foi um vendedor entusiasta do *Avante!*, foi dirigente de uma UCP da Reforma Agrária, membro da comissão para a construção do centro de trabalho do Couço e da Comissão Concelhia do Couço do PCP.

Aos familiares e amigos do camarada falecido, o colectivo do *“Avante!”* manifesta sentidas condolências.

1ª Reunião Nacional Partido prepara arranque de Campanha Nacional de Fundos

A Campanha Nacional de Fundos está aí à porta. Vamos preparar um bom arranque da iniciativa

E já no próximo dia 1 de Fevereiro que se inicia uma Campanha Nacional de Fundos do PCP, cuja preparação de arranque e programação começou a ser efectuada numa reunião ocorrida na passada quinta-feira, na sede nacional do Partido em Lisboa, onde estiveram representantes das diferentes Direcções Regionais.

A definição de objectivos a alcançar e a decisão de promover em todos os organismos partidários a discussão desta iniciativa, envolvendo não só aos DOR's e outras estruturas de direcção, mas também plenários de militantes e reuniões de quadros ou promovendo reuniões especiais, constituindo comissões e grupos de trabalho dinamizadores, foram algumas das principais decisões ali tomadas.

É pois necessário aproveitar este tempo que falta até ao final de Janeiro para preparar bem o começo da Campanha, pois é sabido que um «bom arranque» é meio caminho andado para a boa concretização deste tipo de trabalho.

Esta Campanha de Fundos - que pretende atingir os 150 mil contos - vai naturalmente mobilizar todos os militantes do PCP, mas será dada uma atenção especial à sua abertura para o exterior do Partido, dadas as possibilidades que assim se abrem para o pleno sucesso da iniciativa.

Na reunião de quinta-feira, a primeira a nível nacional sobre o assunto, registou-se um número significativo de ideias e sugestões para a dinamização da Campanha, a acompanhar e a enriquecer os próprios materiais que constituem o seu núcleo central: aproveitamento das iniciativas do aniversário do PCP e da Festa do «Avante!»; realização de jantares e convívios para angariação de fundos; exposição-venda de obras de arte; sorteios; contactos porta-a-porta; esquemas de cartão-compromisso ou utilização dos materiais centrais para esse fim; apelos dirigidos; etc.

Caberá a cada uma das estruturas do Partido, conhecedora da realidade local, encontrar, com empenho e imaginação, as melhores soluções



Realizou-se a primeira reunião nacional sobre a Campanha de Fundos

para cumprir os objectivos que se propõe realizar.

O «Avante!» noticiará as principais iniciativas

que as diversas organizações levarem a cabo, assim que a informação chegar à nossa Redacção, e dará conta, com a regularidade

que a complexa operação de recolha de dados permitir, do andamento dos resultados nacionais desta Campanha.

Uma Campanha na batalha política

«Apoiar o PCP, reforçar a CDU nas eleições, uma alternativa com os trabalhadores» são as frases que constituem o lema desta Campanha Nacional de Fundos e que definem a importância política da iniciativa: numa altura em que se avizinha um período eleitoral que exigirá um esforço financeiro suplementar, o pleno êxito político dos objectivos do PCP será com certeza de mais fácil concretização se também esta Campanha de Fundos obtiver sucesso.

Será pois fundamental que todos - os que promovem e os que são abordados por esta Campanha - entendam a componente política que esta envolve, tal como foi realçado no documento saído da reunião do Comité Central do Partido que, nos passados dias 12 e 13 de Dezembro, aprovou a realização desta Campanha Nacional de Fundos, destinada «a apoiar uma forte e mobilizadora campanha eleitoral do PCP e da CDU, e contribuir para o reforço orgânico do PCP pela definição e concretização de metas de crescimento quanto às quotizações dos militantes».

Nessa reunião, sublinhou-se também que esta Campanha é importante para expressar o suporte popular do Partido, em contraste e «tendo em conta a desproporção de recursos nas disputas eleitorais que tem sido criada pelos maciços financiamentos do grande capital aos outros principais partidos».



Ao trabalho, camaradas!

Os materiais centrais que farão o suporte desta Campanha Nacional de Fundos incluem cupões que representam contribuições de 500, mil, cinco mil e dez mil escudos; listas para recolha de fundos; um folheto; um cartão e uma carta-apelo assinada pela Comissão Nacional da Campanha onde se explicam as razões da sua realização.

Estes materiais começam a chegar à população a partir de 1 de Fevereiro, depois de estarem na posse das organizações do Partido que com eles estarão habilitadas a despoletar as primeiras iniciativas.

Outras novidades surgirão e a seu tempo aqui serão tornadas públicas.

Cupões de Apoio



NENHUMAS RESTRIÇÕES PARA OS REFORMADOS!

Na utilização dos passes devem ser abolidas todas as restrições horárias para viagens em transportes públicos. Reafirmando esta exigência de há vários anos, a Inter-Reformados repudiou na semana passada a «propaganda mentirosa que o Governo fez» acerca desta matéria. A organização de reformados da CGTP realça que apenas foi acordado com a Carris e o Metropolitano, em Lisboa, e os STCP, no Porto, a abolição das restrições horárias à utilização do passe da terceira idade na primeira coroa (L - zona urbana central), mantendo-se as limitações nas restantes coroas urbanas, nos transportes interurbanos e na CP.

SOLISNOR

O envio de cartas de despedimento a algumas dezenas de trabalhadores pela administração da Solisnor/Setenave foi repudiado em plenário no dia 12, na Mitrena. Foi aprovada por unanimidade uma resolução onde se exige a integração dos trabalhadores que, recebendo a carta de despedimento, pretendam manter o posto de trabalho; a aplicação imediata do nivelamento salarial acordado; o início imediato das negociações das reivindicações apresentadas pelos trabalhadores após a assembleia geral de 21 de Dezembro.

MESS MARGINALIZA

Na sua deslocação a Évora anteontem, para anunciar algumas medidas de apoio a desempregados, o ministro do Emprego e Segurança Social deixou de fora os sindicatos da CGTP-IN, atitude que o secretariado inter-regional do Alentejo da central sindical considera ser «de arbitrariedade e discriminação». Para o dia da visita de Falcão e Cunha estava marcada uma reunião do Conselho Consultivo do IIEFP, órgão em que os sindicatos da Inter participam, a qual foi adiada a pretexto da realização de uma iniciativa de empresários espanhóis e portugueses em Portalegre. Entre os problemas que a estrutura alentejana da CGTP queria discutir com o ministro estava a situação dos mais de 7 mil trabalhadores que estavam em programas ocupacionais e que foram postos na rua pelo Governo no fim do ano, estando agora sem protecção social e não havendo ainda decisões quanto à renovação dos chamados POCs.

GRUPOS DO DESEMPREGO

Nos Açores a penetração de grandes grupos económicos, que tem sido sustentada e incentivada pelo Governo Regional, está a promover «aceleradamente» o desemprego - acusa a CGTP. Em comunicado citado pela Lusa, a estrutura regional da Inter considerou, por outro lado, que o processo de privatização do Banco Comercial dos Açores, promovido pelo executivo de Mota Amaral, está a criar «uma situação difícil, senão mesmo de falência previsível, a muitas (e algumas importantes) empresas regionais». A CGTP-Açores exigiu, por isso, do Governo Regional a definição de uma política e de um modelo de desenvolvimento orientado por uma visão social em que os representantes dos trabalhadores, os parceiros sociais e as forças vivas da Região sejam ouvidos.

TÊXTIL LUÍS CORREIA

Em plenário realizado dia 12 em Felgueiras, os trabalhadores da Têxtil Luís Correia decidiram «recusar a transferência do local de trabalho, enquanto não forem discutidas todas as questões com os representantes sindicais». Fonte do Sindicato dos Têxteis dos Distritos do Porto e Aveiro disse à Lusa que na moção aprovada foi considerado «inaceitável que a administração venha transmitir a transferência sem discutir com os trabalhadores as razões e os objectivos de tal alteração».

A administração da Têxtil Luís Correia decidiu encerrar o sector de confecção da fábrica de Felgueiras, com a consequente transferência dos trabalhadores para outra empresa situada a cerca de 25 quilómetros, em Guimarães, e pertencente aos mesmos accionistas. Os trabalhadores «interrogam-se sobre a estratégia e os verdadeiros objectivos» da administração, dado a empresa estar em situação de gestão controlada.

O plano de recuperação aprovado em Junho de 1994 «nada previa sobre o seu encerramento», sublinham na moção os trabalhadores, que não compreendem a mudança para uma empresa que está a proceder a despedimentos. A empresa que irá receber os trabalhadores, a Luzcor Têxteis, está paralisada desde Setembro de 1993, com um plano de recuperação aprovado em tribunal e mantendo 150 postos de trabalho. «Não bastou a fraude ao Estado, quando a administração recebeu centenas de milhares de contos para criar a fição nova e depois a vendeu, sem que se saiba para onde foram os cerca de dois milhões de contos que se julga ter recebido», acrescentam os trabalhadores.

DESAFIO DOS 25 ANOS

Veiga Trigo chefiou a equipa de arbitragem que dirigiu o encontro amigável de futebol de onze entre equipas da CGTP-IN e do jornal «A Bola». Marcado para a tarde da passada segunda-feira, no campo do Sport União Sintrense, o desafio assinalou o arranque do programa desportivo que será levado a cabo durante 1995, com iniciativas em todo o País, para assinalar os 25 anos da fundação da Intersindical Nacional.

Em dossier entregue a Mira Amaral Fequifa denuncia altos custos do desmembramento da Quimigal

A Federação da Química e Farmacêutica exige «medidas que garantam os postos de trabalho e as fábricas a trabalhar»

Contrariando o sucesso apreçoado pelo Governo em torno do processo de reestruturação da Quimigal, a federação sindical do sector foi ao encontro do ministro da Indústria e Energia (aproveitando a sua deslocação ao Barreiro no dia 11 para visitar o parque industrial da Quimiparque) e entregou-lhe um documento em que chama a atenção para as graves consequências do desmembramento da empresa, quer para os trabalhadores e o concelho, quer para a economia nacional.

A Fequifa/CGTP-IN afirma que «praticamente todas as empresas constituídas a partir da Quimigal SA, por uma ou outra razão, estão a enfrentar maiores ou menores dificuldades e quase todos os conselhos de administração, fazendo letra morta da Lei e da contratação colectiva, tudo têm feito para retirar direitos e regalias emergentes do AE/Quimigal, ao arripio da Lei e da Constituição».

Os resultados da chamada reestruturação reflectem-se em alguns factos apontados no documento:

- o desemprego de cerca de 7500 trabalhadores, através de diversos despedimentos colectivos e de rescisões compulsivas;
- o encerramento de mais de 40 fábricas e armazéns da rede periférica de distribuição;
- a delapidação de património público (fábricas que trabalharam 3 ou 4 anos e custaram largos milhões de contos à Quimigal foram vendidas para sucata por cerca de 200 mil contos, e empresas como a Plasquisa e a Cuf Têxteis foram vendidas a pataco, por processos nada claros e com objectivos nada transparentes);
- a marginalização dos sindicatos e a recusa do direito à negociação, nomeadamente na actualização dos salários e na substituição da convenção colectiva aplicável;
- o congelamento, diminuição ou mesmo retirada de direitos (anuidades, diuturnidades, pré-

mios de assiduidade e outros, refeitórios e subsídios de alimentação, horários, etc.);

- o congelamento de salários ou atribuição de aumentos abaixo da taxa de inflação, enquanto alguns gestores continuam a viver à larga, com luxuosos carros, chorudos vencimentos e ajudas de custo.

No parque industrial da Quimigal, no Barreiro, estão instaladas 20 empresas, entretanto formadas, e mais cerca de 200 de vários ramos de actividade. No seu conjunto, refere a Fequifa, os trabalhadores que nelas laboram não chegam aos 3 mil, ou seja, menos 3800 que em 1985.

Negócio avança

A Quimiparque foi criada para gerir o património da Quimigal - recorda a Fequifa, que faz o ponto da situação em 14 das principais empresas saídas da reestruturação -, tem cerca de 130 trabalhadores, não cumpre o AE/Quimigal nem negocia a sua substituição. Não se lhe conhecem problemas económicos.

Quem os tem é, sim, a Quimigal SA, vindos ainda do tempo da empresa pública e dos ataques premeditados às nacionalizações. Estes problemas são um sério obstáculo à privatização que o Governo pretende consumir durante este ano.

Já antes se falava na concretização de um negócio que tinha por principal objectivo tornar a Quimigal SA mais atractiva para o capital privado, e o ministro confirmou no dia 11 os traços essenciais dessa injeção de dinheiros públicos: a Quimiparque vai ser vendida à Partest, de capital público, por cerca de 15 milhões de contos.

O negócio e a forma como se estava a desenhar haviam sido denunciados no final de 1994, pela Comissão Concelhia do Barreiro do PCP, em comunicado à população, onde se alertava ainda para a possibilidade de o Governo pretender isentar de pagamento de sisa a venda da Quimiparque (e dos terrenos e edifício do parque industrial), retirando ao município largas centenas de milhares de contos.

Sector automóvel reuniu em Viseu Admitidas lutas globais contra incertezas e ameaças

As incertezas quanto ao futuro e o possível encerramento da Renault Portuguesa de Setúbal marcaram o encontro nacional dos representantes dos trabalhadores do sector automóvel (fabricação e montagem), realizado sexta-feira em Viseu pela Federação dos Sindicatos da Metalurgia, Metalomecânica e Minas de Portugal.

No encontro foi colocada a hipótese de «recurso generalizado dos trabalhadores do sector automóvel a diversas formas de luta», como disse à Lusa o coordenador da federação.

Governo tem responsabilidades

João Paulo acusou o Governo português de ser responsável por algumas das situações que estão a acontecer, porque, «quer se queira quer não, é também patrão, nomeadamente na Renault Portuguesa». O coordenador da federação dos Metalúrgicos acusou ainda o Governo de Cavaco Silva de vender Portugal como «um país óptimo para os investimentos do sector automóvel, baseando-se em más condições de trabalho, baixos salários e precariedade no emprego».

O sindicalista considerou que o sector automóvel é «o mais

melindroso e de maior risco para os trabalhadores, já que todas as decisões relacionadas com o futuro das empresas são tomadas além-fronteiras e debaixo da frieza dos números». Confrontado com a indecisão quanto ao encerramento ou não da Renault Portuguesa, em Setúbal, João Paulo disse ser este «o exemplo perfeito para definir o risco a que está sujeita a grande maioria destes trabalhadores». Lembrou que, no caso da fábrica da Renault, «desde que foi criada a empresa em Portugal não foram cumpridos os objectivos estabelecidos, estando o seu

funcionamento limitado à procura no mercado dos modelos ali montados».

Um dos representantes dos trabalhadores da Renault de Setúbal garantiu que não pode ser por falta de procura que a fábrica corre riscos, acrescentando que há falta de mão-de-obra e que «das 360 viaturas/dia possíveis, apenas 160 estão a ser montadas, e mesmo assim com recurso ao excesso de trabalho». Este sindicalista revelou que, devido ao excesso de trabalho, «os próprios chefes de linha se vêem obrigados a arregaçar as mangas».

Também o futuro do projecto de Palmela, da responsabilidade do consórcio Ford/Volkswagen, foi abordado em Viseu, com um dos sindicalistas presentes a lembrar que «dos 15 mil postos de trabalho projectados, já só três mil são considerados possíveis, devido à reconversão feita no projecto inicial».

No encontro em Viseu estiveram também presentes representantes dos trabalhadores da General Motors/Opel, Ford Lusitana, Citroën, Soma/Volvo, Movar/Mazda, Salvador Caetano/Toyota e Tramagauto/Mitsubishi.



Têm saído goradas as expectativas que o Governo criou em torno dos grandes investimentos estrangeiros, como é patente no sector automóvel (foto de arquivo)

No Pejão agudiza-se a luta

Depois do protesto de anteontem em Lisboa, «tudo pode acontecer»

Mineiros e suas famílias, autarcas e populares da zona atingida pelo encerramento da Empresa Carbonífera do Douro, sindicalistas de diversos sectores e empresas, trabalhadores e população de Lisboa estiveram anteontem à tarde unidos na *baixa* lisboeta por um forte sentimento de repúdio face à forma como o Governo quer concretizar o fecho das Minas do Pejão, atirando centenas de pessoas para o desemprego sem alternativas.

Partindo à chuva do Campo das Cebolas, onde os autocarros de Castelo de Paiva chegaram cerca das 16 horas, o desfile dos mineiros foi engrossando com expressões de solidariedade no percurso pela *baixa*, até ao Ministério da Indústria. Na tarjeta distribuída à população, a comissão coordenadora da luta do Pejão sublinhava que o patrão das minas é o Governo (Mira Amaral detém a tutela sobre a ECD) e que a decisão de dar por terminada a exploração foi tomada contra «a oposição e preocupações manifestadas pelos trabalhadores e suas organizações representativas e por outras entidades, nomeadamente autarquias da região e forças políticas que se identificam com os interesses dos trabalhadores e do País».

O Governo, regista o documento, «foi obrigado a reconhecer o grande peso económico que a indústria extractiva tem na região e, conseqüentemente, os problemas sociais que advêm do encerramento da mina se antes e atempadamente não forem implementadas medidas alternativas geradoras de emprego». Só que, passados 4 anos sobre o anúncio do encerramento da

mina, as promessas não foram cumpridas.

Os mineiros sentem-se enganados e, desde o final de 1994, têm travado uma dura luta contra o fecho da ECD. As suas reivindicações - de que foi dado anteontem conhecimento oficial às portarias do Ministério da Indústria e, depois, do primeiro-ministro - prendem-se com a defesa dos postos de trabalho, um regime de reformas que tenha em conta a especificidade e natureza da ECD, e a concretização do parque industrial e melhores acessos rodoviários prometidos.

Dirigindo-se às centenas de pessoas concentradas no Largo de Camões, junto ao Ministério da Indústria, o coordenador da CGTP-IN desafiou o Governo a prestar contas sobre a forma como foram gastos os dinheiros do primeiro programa comunitário Rechar (de apoio específico ao sector mineiro) e condenou severamente o facto de o novo programa apresentado em Bruxelas não incluir medidas sociais (quando o programa comunitário prevê medidas de compensação salarial, mobilidade geográfica, formação e reconversão profissional, entre outras). Carvalho da Silva exigiu a reformulação urgente deste programa para abranger tais medidas e reafirmou que as resoluções tomadas e as promessas feitas têm que ser concretizadas.

O coordenador da *Inter* comentou algumas críticas que têm surgido à radicalização das formas de luta, perguntando «quais são as armas com que os trabalhadores se podem defender», uma vez que não podem mandar a polícia de choque contra os patrões e os governantes

que não cumprem a lei nem respeitam os direitos consagrados.

Mantendo bloqueados os acessos à mina - desde 2 de Janeiro - os mineiros do Pejão foram claros (quer na resolução aprovada no Largo de Camões, quer nas declarações de Joaquim Almeida, João Pereira e outros membros da comissão coordenadora da luta) na sua intenção de passar a acções de maior impacto, que deveriam ser decididas num plenário convocado para ontem.

Uma das medidas que têm sido avançadas é a interrupção do sistema de esgoto das águas das galerias, o que significaria a inundação da



mina. A comissão eleita pelos mineiros informou já as câmaras municipais do Grande Porto acerca desta possibilidade, alertando-as para eventuais consequências na qualidade da água captada do Douro

para abastecimento público. Antes desta acção dos mineiros, a comissão deverá ser dissolvida, para evitar procedimentos criminais.

Na jornada de anteontem o aviso ficou bem expresso e as responsa-

bilidades pelo que venha a acontecer foram totalmente imputadas ao Governo, que detém e não acciona as alavancas para a resolução dos problemas que estão na origem do conflito.

PCP vai continuar a intervir

Deputados e dirigentes regionais do Partido estiveram com os mineiros

Por iniciativa da Direcção da Organização Regional de Aveiro do PCP e do Grupo Parlamentar comunista, uma delegação deslocou-se sexta-feira às Minas do Pejão.

Os deputados Lino de Carvalho e Paulo Trindade e os membros da DORAV António Salavessa e Luís Quintino reuniram, de manhã, com a comissão de luta eleita pelos trabalhadores da Empresa Carbonífera do Douro. A reunião teve lugar na Junta de Freguesia de Pedrido e nela participou também o presidente deste órgão autárquico. Os deputados comunistas deram uma informação detalhada sobre as iniciativas desenvolvidas na Assembleia da República desde que, em 1990, o Governo anunciou que pretendia encerrar a empresa. Afirmaram ainda que vão continuar a interpelar o Governo sobre este problema, quer através da formulação de perguntas escritas, quer chamando membros do Executivo a comissões parlamentares. Ainda esta semana tal poderá acontecer com os ministros da Indústria e do Emprego.

Após a reunião, os dirigentes e deputados do PCP almoçaram com os mineiros na cantina improvisada junto ao local onde, desde 2 de Janeiro, está bloqueada a entrada na mina. Pela aparelhagem sonora instalada no local, Lino de Carvalho apresentou aos trabalhadores em luta as conclusões da reunião e reafirmou-lhes a solidariedade e apoio activo do PCP.

Contra o encerramento

O pressuposto para o encerramento das Minas do Pejão no final de 1994 deixou de existir, pelo que a laboração deve continuar - defendeu Lino de Carvalho em declarações prestadas à agência Lusa em Pedrido, por ocasião da ida ao local da delegação do Partido. O pressuposto, recordou o deputado comunista, era a alteração do combustível da central da EDP na Tapada do Outeiro, de carvão para gás natural, que está atrasada cerca de dois anos.

Lino de Carvalho recordou que o secretário de Estado da Energia e candidatos do PSD à Câmara Municipal de Castelo de Paiva, em Dezembro de 1993, antes das eleições autárquicas, afirmaram publicamente por diversas vezes que as minas não encerravam em Junho de 1994, mas sim em Dezembro.

O deputado do PCP referiu que os mineiros do Pejão iniciaram o seu protesto contra o encerramento da mina quando se aperceberam que estavam sem emprego e praticamente nenhuma das contrapartidas a cargo do Governo estava em execução. «As alternativas incluíam a instalação de unidades industriais que criassem empregos, através da construção de uma estrada de ligação ao litoral e de um parque industrial em Pedrido», mas «nada disso existe» - constatou Lino de Carvalho.

Em luta

Pelos salários, pelo emprego, pelos direitos conquistados

Coincidindo com os 60 anos da revolta de 18 de Janeiro - assinalados na Marinha Grande com a significativa vitória dos trabalhadores da Manuel Pereira Roldão -, regista-se um ascenso da luta dos trabalhadores, fazendo face à ofensiva do Governo e do patronato. A CGTP trabalha para que as lutas se unifiquem, em torno dos grandes objectivos comuns, na jornada que convocou para a próxima quinta-feira, dia 26.

Sorefame

Em plena luta pelo caderno reivindicativo apresentado à administração (que, numa posição de ostensiva arrogância, exige que seja aceite a retirada de diversos direitos para que responda depois aos aumentos salariais e outros pontos do caderno), os trabalhadores da Hidrosorefame foram surpreendidos segunda-feira, ao fim da tarde, pelo anúncio oficial de um despedimento colectivo abrangendo 154 pessoas. Também na Sorefame (material circulante) estão a ser desactivadas secções e tudo leva a crer que seja intentado um despedimento colectivo.

Foram convocadas greves de uma hora de manhã e outra de tarde para terça-feira passada e para hoje. Na tarde de anteontem os trabalhadores cortaram por alguns minutos o trânsito na Avenida Elias Garcia, na Venda Nova.

A Comissão de Trabalhadores da Hidrosorefame, em nota de imprensa, repudia o despedimento e afirma que «a Sorefame tem a sua carteira de encomendas preenchida para os próximos 5 anos, tem cerca de 400 trabalhadores do empreiteiro a laborarem diariamente».

José Luís, da Comissão Inter-Sindical, salientou ao «Avante!» a «grande unidade» que tem marcado as acções dos trabalhadores da

Sorefame e da Hidrosorefame neste processo. Portugal Telecom

Durante a concentração de dia 12, frente à sede da Portugal Telecom, as 15 estruturas sindicais que promoveram a iniciativa - as quais representam a esmagadora maioria dos 22 mil trabalhadores da empresa e se recusaram a aceitar o acordo proposto pela administração - subscreveram uma moção que foi aprovada por unanimidade e aclamação. No documento é proposta uma concentração de trabalhadores no próximo dia 24 (terça-feira) onde será considerada a convocação de uma greve de 24 horas na primeira quinzena de Fevereiro.

Além de exigirem a reabertura de negociações, uma vez que o acordo da administração foi subscrito por estruturas que representam menos da sétima parte dos trabalhadores da empresa, os sindicatos envolvidos nesta luta repudiam a tentativa de discriminação salarial (que passaria pela aplicação dos aumentos apenas aos associados das organizações subscritoras do acordo).

Aguardando os resultados da reunião com a administração convocada para ontem, o Sintel (que integra a comissão negociadora sindical da FCTA) sublinha, num comunicado com data de sexta-feira, que o desfecho «vai depender sempre da força e da firmeza dos trabalhadores».

Alentejo

Integrando-se na jornada de luta nacional, o Secretariado Inter-Regional do Alentejo da CGTP anunciou que vai realizar diversas acções de protesto no próximo dia 25, aderindo assim à luta promo-

vida pelo movimento de opinião «Alentejo pela Regionalização e o Desenvolvimento».

Da análise da situação social nos distritos de Beja, Évora e Portalegre feita na reunião de dia 12 do Secretariado sobressai o agravamento do desemprego: só num mês 800 pessoas ficaram sem trabalho. Entretanto, só 24 por cento dos desempregados recebem subsídio de desemprego.

Torraltá

Os sucessivos adiamentos das assembleias de credores e, logo, da aprovação de propostas que permitam a viabilização da Torralta, são encarados com preocupação pelos trabalhadores e pelo Sindicato da Hotelaria do Sul. Este afirma mesmo que com o impasse que se arrasta pode estar em risco o futuro da empresa. Com o objectivo de reclamar a aceleração do processo de viabilização, foi marcada uma greve de 4 horas para a tarde de 26 de Janeiro.

Professores

Reunido na semana passada, o Secretariado Nacional da Fenprof «analisou o momento político-sindical decorrente da atitude de bloqueio negocial e de total desrespeito pelos professores que o Ministério da Educação continua a assumir e confirmou as acções de luta já programadas, às quais acrescentou novas iniciativas». Segundo uma nota de imprensa divulgada segunda-feira, no dia 27 haverá plenários nas escolas de todo o País; para 16 de Fevereiro está marcada uma greve nacional, antecedida de uma vigília frente ao ME no dia 10, entre outras acções.

Lei das "Secretas" PSD aposta no confronto institucional e afronta direitos dos cidadãos

O PSD e o CDS confirmaram, em votação na passada semana, a lei das "Secretas" que voltara ao Parlamento para reapreciação após ter sido vetada por duas vezes pelo Presidente da República. Na mensagem que acompanhou o pedido de reapreciação, a 26 de Dezembro último, recorde-se, Mário Soares considerou que as alterações aprovadas pelo PSD e CDS/PP em Novembro "ficaram muito aquém do que seria aconselhável e mesmo exigível no quadro de um Estado de Direito Democrático".

Uma opinião compartilhada

pelo Grupo Parlamentar do PCP, que no decorrer do debate considerou, pela voz do seu líder, Octávio Teixeira, "inteiramente justificada" a posição assumida pelo Presidente da República, não apenas porque não foram atendidas pela direita parlamentar as razões por si expressas aquando do primeiro veto, como também porque o Decreto "não assegura nem visa assegurar minimamente que os Serviços de Informações respeitem na sua actividade os direitos, liberdades e garantias dos cidadãos".

Para a bancada comunista, resulta claro, pois, face à confir-

mação do diploma, que se está em presença de "uma nova manifestação de vontade por parte do Governo e do PSD de prosseguirem uma estratégia no confronto político e institucional", havendo sobradas razões, por outro lado, para manter todos os alertas quanto aos "riscos e perigos" que o decreto comporta para a "garantia dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos e para o regime democrático".

É que - e estas foram as questões essenciais assinaladas por Octávio Teixeira - em causa estão, em primeiro lugar, os

"objectivos, os métodos e as missões" dos serviços de informações, em ordem a impedir que funcionem, como acontece actualmente, como um instrumento do Governo e do partido que o apoia, e, em segundo lugar, a garantia de uma eficaz fiscalização democrática. Por último, ainda de acordo com a posição defendida pelo presidente da formação comunista, nenhum critério de «eficácia» dos serviços de informações pode ser invocado para pôr em risco a escrupulosa garantia dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos.



Trabalhadores da Viegas e Lopes em Setúbal: a luta das conserveiras vem de longe

Lutas de mulheres

A publicação que as Edições Avante! lançaram na última Festa do Avante! (Setembro de 1994), «Subsídios para a História das Lutas e Movimentos de Mulheres em Portugal sob o Regime Fascista (1926-1974)», foi objecto de apresentação e debate no passado sábado, no Snack-Bar Galeria Café Com Estória, em Setúbal.

Na iniciativa, promovida pelo PCP, participou Maria da Piedade Morgadinho, membro do Comité Central daquele partido.

Produto de um projecto da Organização das Mulheres Comunistas, a obra constitui a primeira inventariação sistematizada das várias formas de participação da mulher no processo socioeconómico do país no período ocorrido entre 1926 e 1974. Maria da Piedade Morgadinho deu particular ênfase ao apoio financeiro da Secção das Organizações Não Governamentais do Conselho Consultivo da Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres na sua concretização e posterior divulgação.

Reportando-se ao prefácio do livro, a convidada acautelou-se que esta primeira pesquisa não é o termo do levantamento de fontes de informação sobre a temática do título. «Antes se trata de uma abordagem pioneira, num oceano de ignorância feito, sobre a destacada intervenção das mulheres portuguesas no processo histórico do país, num tempo de má memória» - disse.

Na base de 682 registos não exaustivos de lutas, iniciativas e acções, o que esta primeira inventariação nos revela é «uma sociedade bem diversa daquela que nos foi proposta como modelo pela classe dominante durante os 48 anos de fascismo... De facto, contrária, alheia ou indiferente aos «modelos de virtude» com que o corporativismo pretendeu espartilhá-la, a mulher teve a sabedoria e o engenho suficientes para, em simultâneo, pugnar pelos seus direitos enquanto cidadã, enquanto mãe e mulher trabalhadora, enquanto educadora e agente económico empenhado na transformação das relações de produção».

Nomes como Catarina Eufémia, Maria Machado, Sara Beirão, Angélica Porto, Elina Guimarães, Maria Lamas, Virgínia Moura são pois «referência obrigatória». Mas a obra tem outro alcance ainda: dar «rosto» a centenas de mulheres que se destacaram na luta contra o regime fascista e fazer justiça a milhares de outras que, anónima e heroicamente, se sacrificaram pela instauração da democracia em Portugal.

Neste sentido, Maria da Piedade Morgadinho, apoiando-se aliás nos vários índices com que o livro encerra e que dele fazem um precioso instrumento de trabalho (índices de assuntos, onomástico, de organizações e geográfico, para além das fontes bibliográficas), informou que o concelho de Setúbal, no contexto do distrito, é dos mais assinalados, seguindo-se aos do Almada, Barreiro e Moita.

Por exemplo, a mais remota referência data de Outubro de 1944, quando as mulheres broquistas da fábrica Gramadeiro, em Setúbal, exigem e conquistam um aumento de pagamento por milheiro de rolnhas, e a mais recente, já chegada ao 25 de Abril (Outubro-Novembro de 1973), cita a greve das muitas mulheres da Control Data e da Aplaid, por melhores salários.

Das organizações de mulheres destaca-se naturalmente a acção do Movimento Democrático de Mulheres (MDM), com muitas posições reclamando o fim da guerra colonial e o regresso dos soldados.

Mas voltando à luta das mulheres trabalhadores, os relatos trazem-nos a memória das lutas na Fábrica de Velas Sebo Férias, na Inapa, na Signetics, e repetidamente nas das conserveiras, designadamente na Fábrica Palhão e na Fábrica Sol.

A oportunidade da iniciativa do PCP foi ainda sublinhada por Maria da Piedade Morgadinho ao aludir ao movimento político actual, onde existe a perigosa tendência, liderada pelo governo de Cavaco Silva, da instauração em Portugal de um regime autoritário e repressivo. Não porque espere o perigo de um regresso ao fascismo, mas porque o livro «Lutas e Movimentos de Mulheres em Portugal» também demonstra que as difíceis condições em que se lutou no nosso país pela liberdade e a democracia (e onde se inscreveu plenamente a luta pela dignificação da mulher portuguesa) não obstaram a que o povo português alcançasse os objectivos pelo qual muitos dos seus filhos e filhas deram inclusivamente a vida.

Uma política que hoje teima em afrontar os interesses, direitos e regalias dos trabalhadores e trabalhadoras e das camadas mais desfavorecidas sem excepção também não pode deixar de apelar à resposta de todos e cada um.

Hemofílicos com SIDA

PCP exige pagamento das indemnizações

O Grupo Parlamentar do PCP acusou o Governo de bloquear o funcionamento do Tribunal Arbitral criado para atribuir indemnizações a hemofílicos infectados com o vírus da SIDA por produtos derivados do sangue. Proferida pelo deputado Luís Peixoto, esta acusação foi acompanhada da exigência de que seja alterado o quadro actual, assinalando a este propósito que é tempo de "o Governo e o PSD reconhecerem que deve ser feita justiça e concederem com rapidez as indemnizações que são devidas".

Luís Peixoto pôs em relevo, nomeadamente, o facto de serem mais uma vez razões económicas que levam o Governo e o PSD a "assumir o ónus da recusa do direito a uma ajuda compensatória do prejuízo causado aos infectados", quer votando contra as propostas subscritas pelos partidos da oposição, quer inviabilizando o funcionamento do Tribunal Arbitral.

Não foi esta, porém, a única crítica deixada por Luís Peixoto no período antes da ordem do dia de uma das sessões plenárias da passada semana. Verberado, com dureza, foi também o facto de hoje, no nosso país, não ser cem por cento segura a administração com fins terapêuticos de sangue e seus derivados, o que significa, de acordo com as suas palavras, que nos "hospitais portugueses continuam a ser infectados indivíduos que nem informados são do risco que correm".

Numa reacção a estas afirmações, o deputado da maioria, Fernando Andrade, considerou-as "alarmistas e irresponsáveis", ao que Luís Peixoto respondeu citando palavras de denúncia de eminentes hematologistas: «a grande maioria das transfusões no nosso país não obedecem a critérios científicos mínimos e na grande maioria dos hospitais distritais as condições são péssimas - as instalações são más, os equipamentos são obsoletos, o pessoal não é qualificado e não existem responsáveis no serviço de sangue. Mas o pior é que o Instituto Português de Sangue não fiscaliza como deveria as unidades de saúde».

"É hora de o Governo e de o PSD acabarem com tal insensibilidade e desumana forma de encarar tamanho drama humano", disse ainda Luís Peixoto, antes de reclamar pela urgente adopção de medi-



das concretas que garantam a segurança na administração de sangue e seus derivados com fins terapêuticos.

Mais um escândalo Governo dá bodo

O Grupo Parlamentar do PCP manifestou o seu repúdio pela atribuição a algumas centenas de famílias de antigos latifundiários de mais de 60 milhões de contos a título de indemnizações sobre hipotéticos lucros que poderiam ter obtido se cultivassem as terras e reclamou a anulação desta decisão governamental tomada no final do ano passado. A questão foi suscitada pelo deputado António Murteira, na sessão de perguntas ao

Governo realizada faz amanhã oito dias, e a tese central por si demonstrada é a de que essas famílias não têm direito a receber o que quer que seja.

Desde logo, explicou, porque a agricultura latifundista tinha, na altura, abandonado 43 por cento das terras em seu poder (700.000 hectares no Alentejo) e estava técnica e financeiramente falida e endividada. Neste contexto, interrogou António Murteira: "Como é possível estimar que

Escolha das Chefias Militares

PCP contra governamentalização e ingerência nas Forças Armadas

O deputado comunista João Amaral acusou o Governo de estar a adoptar medidas no capítulo da política de Defesa tendentes a uma concentração no Ministro da tutela de cada vez maior poderes, objectivo este que se desenvolve em paralelo com as crescentes formas de interferência e ingerência na vida interna das Forças Armadas. Estava-se no debate sobre a proposta de lei que altera a Lei de Defesa Nacional no tocante à escolha das chefias militares, diploma que o parlamentar do PCP não hesitou em situar no plano de um "verdadeiro processo de ruptura com a legislação actual".

Em causa está, concretamente, a atribuição ao Governo da competência de escolha das

numa proposta inicial da instituição militar, isto é, uma lista escolhida na base de critérios

de a que elas estão constitucionalmente sujeitas".

Mas não se esgotaram nestes pontos as críticas de João Amaral a uma iniciativa legislativa que, do seu ponto de vista, se insere num processo de governamentalização e de autotransformação do Ministro da Defesa Nacional em chefe das Forças Armadas, em que estas "vão perdendo as características de autonomia funcional e técnica que garantiam o seu rigoroso apartidarismo e a sua colocação exclusiva ao serviço do povo português".

Verberado pelo parlamentar do PCP foi igualmente o facto

de o diploma mexer nas competências do Presidente da República, uma vez que, de acordo com o sistema proposto, é cortada a sua ligação à Instituição Militar no processo (presentemente o Presidente faz a nomeação num processo de diálogo com o Governo e com a Instituição Militar), reservando o Governo para si o papel de única fonte das propostas.

"Mais - sublinhou João Amaral -, enquanto a lei actual explicita o que sucedia quando o Presidente da República recusava o nome proposto, essa referência é apagada da proposta, abrindo-se campo para a

conflictualidade e provocação institucional e para os bloqueamentos que na exposição de motivos farisaicamente o Governo diz querer evitar".

Nota de realce merece, entretanto, o facto de o PS ter aparecido uma vez mais em perfeita sintonia com o PSD, sendo elucidativas a este respeito as palavras do seu deputado Miranda Calha, para quem a aprovação do diploma "corresponderá a mais uma fase de adequação do normativo que está directamente ligado à clarificação da inserção das Forças Armadas no Estado Democrático".



chefias militares, o que, de acordo com o teor da proposta, significa o cessar da intervenção da Instituição Militar no processo de escolha da direcção militar superior das Forças Armadas.

Ao reservar para si o papel da escolha - alterando para o efeito a fórmula em vigor de escolha de chefias que assenta

técnico-funcionais próprios da instituição militar e não de critérios político-partidários - o Governo quer privilegiar, segundo João Amaral, "os seus critérios político-partidários", limitando simultaneamente a "autonomia das Forças Armadas" e desvirtuando "a seu favor a aplicação dos princípios de imparcialidade e neutralidade

Governo restringe direito de petição dos militares

O Grupo Parlamentar do PCP manifestou a sua firme oposição à proposta de lei sobre o regime de queixa ao Provedor de Justiça em matéria de Defesa Nacional e Forças Armadas, considerando que o diploma visa restringir o direito de petição aos militares, objectivo este em sua opinião declaradamente inconstitucional.

Em debate na semana transacta, a proposta de lei representa no entender do deputado João Amaral uma "regressão da legislação vigente e da prática que vem sendo seguida pela Provedoria", o que do seu ponto de vista significa que o Governo não a apresentou para "melhorar a situação legal e a prática da Provedoria, mas, pelo contrário, para piorar a lei e condicionar o Provedor".

Assim sucede, com efeito, se atendermos a que o diploma, por um lado, procura restringir o referido direito de petição, condicionando o recurso ao Provedor ao esgotamento de outros meios, e por outro, dificulta o próprio acesso do Provedor de

Justiça à administração militar, só a permitindo por mediação do Ministro da Defesa Nacional, assim violando os poderes daquele constitucionalmente garantidos.

Interpretando este diploma como mais uma expressão do vezo governamental contra o exercício pelos militares dos seus direitos fundamentais, João Amaral não deixou de o considerar também como um testemunho da "visão retrógrada do relacionamento dos militares e da instituição militar com a sociedade", visão esta que rejeitou com frontalidade.

Foi, aliás, esta concepção - João Amaral qualificou-a de "atitude fechada e reaccionária" - que levou o PSD e o PS a aprovarem o artigo 31.º da lei de Defesa Nacional que restringe desmesuradamente os direitos dos militares, artigo este que o Grupo Parlamentar do PCP se propõe alterar, tendo para o efeito apresentado um projecto de lei para o qual requereu já a respectiva apreciação.

Carga policial

O deputado António Filipe classificou de "chocante" a explicação dada pelas forças policiais a propósito do incidente na Marinha Grande entre agentes do corpo de intervenção e um operador de câmara da TVI. Em vez de agressão, assinala-se, a polícia contrapõe a versão de que o operador terá levado um "empurrão" de um agente e que, por isso, deixou cair a câmara. Para o deputado comunista, que se pronunciou no final de uma reunião da Comissão de Direitos, Liberdades e Garantias em que participou o Ministro, este "deu cobertura total" à acção da polícia - que não tem qualquer justificação - e, na sua opinião, o relato de Dias Loureiro "não corresponde à realidade".

Para o Ministro da Administração Interna, de acordo com as suas declarações, "a Polícia teve sangue frio, serenidade e adequação perante situações ilegais e criminosas" (sic), assegurando que a força só foi utilizada em "último recurso".

Grunding viola direitos

A violação dos direitos dos trabalhadores do Grupo "Grunding Audio Internacional, Lda" levou o deputado comunista Paulo Trindade a indagar o Governo sobre as medidas que este pensa adoptar no sentido de pôr cobro a tais actos da administração da empresa e sobre os apoios oficiais e respectivas condições a ela prestados pelo Estado português.

Em causa está, sobretudo, como assinala o deputado do PCP no texto do requerimento dirigido ao Executivo, os moldes de reestruturação da Grunding, com tentativas de despedimento colectivo e recurso à criação fictícia de novas empresas para poder manter trabalhadores a prazo durante doze anos, num ambiente abusivo de precarização do emprego.

Política de resíduos

Em declaração política proferida sobre o sistema nacional de resíduos tóxico-perigosos, o deputado André Martins, do Partido Ecologista "Os Verdes", apelou a todos os deputados para o dever de indignação perante o que classificou de "desastrosa" política de resíduos.

Fundamentando o seu ponto de vista, André Martins citou a propósito o facto de a legislação não ser cumprida e em muitos aspectos não ser regulamentada, bem como a falta de controlo sobre os resíduos hospitalares ou a opção do Governo pela incineração dos resíduos sólidos urbanos face ao seu aumento e à pressão das populações e autarquias.

Considerando que o único responsável por esta situação dos resíduos no nosso país é o Governo, André Martins deixou por fim um desafio à Ministra da Ambiente para que se desloque ao Parlamento para explicar por que é não cumpriu a promessa de que até final do ano passado estaria resolvido o problema da decisão de implantação do sistema nacional de resíduos tóxico-perigosos.



de 60 milhões a agrários

nessas condições viria a obter nos anos próximos lucros na ordem dos 60 milhões de contos."

Refugiando-se em argumentos técnico-jurídicos, o secretário de Estado, Luís Capoulas, acabou por fugir à questão levantada pela bancada comunista, evasiva que tornou extensiva a todas as outras perguntas e observações formuladas por António Murteira.

Igualmente sem resposta ficou, por exemplo, a questão

relacionado com o facto de essas famílias de latifundiários (entre 500 a 1000 famílias) já terem embolsado ao longo dos últimos 15 anos cerca de 72 milhões de contos, ficando por saber se esta fabulosa fortuna é cumulativa ou não com os 60 milhões que agora pretende entregar a título de indemnização.

Indignado com com este regabofe, António Murteira perguntou ainda como é possível, no momento em que o

Governo diz não ter dinheiro para acudir aos 40 mil desempregados resultantes da política agrícola, nem dinheiro para construir barragens e outras infra-estruturas necessárias ao abastecimento de água no Alentejo, "como é possível", insistiu, atribuir mais de 60 milhões de contos a famílias, em muitos casos com um passado absentista, e que já beneficiaram de dezenas de milhões de contos oriundos da Comunidade?

Em visita de Carlos Carvalho a Alfama

PCP apresenta Programa de Emergência para Recuperação de Centros Históricos

O Secretário-Geral do PCP, Carlos Carvalho, visitou, na passada segunda-feira, o Bairro alfacinha de Alfama, onde tomou contacto com os trabalhos de recuperação ali prosseguidos desde o primeiro mandato da Coligação Por Lisboa pelo pelouro da Reabilitação Urbana da CML, participando, a seguir, numa sessão pública realizada na sede do Grupo Desportivo Adicense, para apresentação do projecto de lei do PCP propondo um "Programa de Emergência para a Reabilitação Urbana" (PERU).

O dirigente do PCP esteve acompanhado pelo presidente da Assembleia Municipal de Lisboa, João Amaral, e todos os vereadores comunistas na Câmara Municipal de Lisboa, nomeadamente o actual e o anterior responsável pelo pelouro da Reabilitação Urbana da CML, Vítor Costa e Rui Godinho, além de Rego Mendes e Caleia Rodrigues. Presentes, igualmente, Florinda Engrácia e João Constantino, presidentes comunistas das Juntas de Freguesia de S. Miguel e St^e Estêvão (as duas autarquias que constituem o Bairro de Alfama).

O passeio começou no Largo Chafariz de Dentro, integrando dezenas de militantes e proporcionando um contacto directo do Secretário-Geral do PCP com a população residente que, reconhecendo-o, a ele se dirigia para o cumprimentar e, ao mesmo tempo, dar nota dos problemas de habitação que por ali abundam.

Problemas que seriam abordados na primeira pessoa, quando a comitiva se deslocou para a sede do Grupo Desportivo Adicense (uma das várias colectividades que existem em Alfama), onde um lanche ligeiro aguarda-

va os visitantes e os jornalistas que os acompanhavam.

Um programa imediato para problemas urgentes

Tanto o primeiro orador, Vítor Costa, responsável pelo pelouro de Reabilitação Urbana, como o seguinte, o presidente da Assembleia Municipal de Lisboa, João Amaral, destacaram alguns aspectos importantes do "Programa de Emergência para a Reabilitação Urbana - PERU", apresentado pelo PCP, como projecto de lei, na Assembleia da República, e confirmando o empenho constante dos comunistas na resolução dos graves problemas que se vivem nos centros históricos das principais cidades do País.

Não é por acaso, aliás, que Vítor Costa prossegue e aprofunda, neste mandato, um trabalho pioneiro de reabilitação urbana em Lisboa desenvolvido nos quatro anos do mandato anterior também por um vereador comunista, Rui Godinho.

Assinalando que "a situação existente nas zonas históricas, particularmente nas grandes

cidades, é, em muitos casos, de verdadeira calamidade", com condições de vida "extremamente degradantes", o Programa de Emergência ilustra a gravidade do problema com as situações extremas vividas em Lisboa e Porto.

"A reabilitação urbana dos centros históricos - afirma-se -, além de indispensável para assegurar a memória histórica e cultural, preservando e revitalizando as identidades socioculturais, é, também, social e economicamente vantajosa e indispensável ao equilíbrio das cidades".

Na cidade de Lisboa, o município já investiu cerca de 6,5 milhões de contos nos processos de reabilitação urbana em diversos bairros, esforço imenso mas insuficiente. Entretanto, "a repartição dos investimentos é, por si só, elucidativa", afirma-se no preâmbulo do Programa de Emergência. "Enquanto os investimentos municipais representam 53% do total, os particulares investiram 33,2% e a Administração Central, através do IGHape, apenas 13,8%".

Esta realidade "revela-se mais chocante se tivermos presente que o Estado arrecadou 4,2 milhões de contos através da carga fiscal sobre as empresas de construção civil relativamente àquelas obras e apenas investiu 1,7 (no âmbito do REcria), tendo, portanto, 'lucrado' 2,5 milhões de contos!", assinala-se ainda.

Recuperação em sete anos

A participação do Estado é indispensável para a recuperação dos centros históricos. É

nesse sentido que vai o "Programa de Emergência para a Reabilitação Urbana - Peru", agora proposto pelo PCP, que pretende "reequilibrar as diversas responsabilidades: Administração Central, Administração Local e Particulares", viabilizando a Reabilita-

imóveis por parte dos municípios, serão financiadas em 50% a fundo perdido pelo IGHape e em 50% através de empréstimos pelo INH".

No Art^o 5^o especifica-se que "poderão recorrer ao REcria os proprietários, inquilinos ou municípios que pretendam

Dirigindo, no final, umas breves palavras aos presentes, Carlos Carvalho sublinhou que não é pelo facto de se estar em ano eleitoral que os comunistas se preocupam com estas questões. "O que nos preocupa, em primeiro lugar, são os problemas das popula-



Carlos Carvalho, durante a sua visita a Alfama, na passada segunda-feira

ção Urbana dos Bairros Históricos populares no prazo de sete anos.

Como se define no Art^o 2^o, o Programa "é exclusivamente aplicável às áreas históricas habitacionais como tal classificadas nos Planos Directores Municipais", enquanto no Art^o 3^o se afirma que "as obras a efectivar pelos municípios de recuperação de fogos, construção de fogos para realojamento provisório ou definitivo, construção e reparação de equipamentos, infra-estruturas e espaços públicos, bem como a aquisição e expropriação de

fazer obras em fogos arrendados, sem qualquer restrição, ou em fogos habitados pelos proprietários", afirmando-se no Art^o seguinte que "as participações do IGHape no programa REcria são aumentadas em 15%, com a consequente diminuição da comparticipação dos beneficiários do subsídio".

No quadro deste Programa de Emergência, a recuperação dos diversos Centros Históricos de Lisboa far-se-á em sete anos, com um custo global de 75 milhões de contos - cerca de 10 milhões de contos/ano.

ções", sublinhou, adiantando que é urgente implementar este Programa de Emergência para a recuperação dos Centros Históricos. "E não se pode dizer que não há dinheiro!", acrescentou. "Veja-se a deslocação de milhares e milhares de contos para os senhores do capital!"

O Secretário-Geral do PCP assinalou ainda que "não queremos centros históricos que sejam uma encenação vazia e muito bonita, mas manter neles uma população que ali tem a sua vida, as suas raízes e a sua história".

Hospital Amadora/Sintra: novo escândalo nacional?

O novo Hospital Amadora/Sintra, já concluído, foi construído com dinheiro público, ultrapassando os 20 milhões de contos, a preços actuais. É um equipamento há muito reivindicado pelas populações dos dois concelhos, estando desde há muito inscrito no Serviço Nacional de Saúde.

Entretanto, o Governo surge com a intenção de «privatizar» o novo Hospital, entregando-o de bandeja aos vendilhões da Saúde. É um escândalo que já desencadeou abaixo-assinados da população. O PCP já tomou posição através duma declaração de Edgar Correia, da Comissão Política.

«O conhecimento das propostas apresentadas pelos concorrentes à gestão privada do Hospital Amadora/Sintra, que envolvem o pagamento anual pelo Estado de 7 milhões e 500 mil contos, actualizáveis, no caso da proposta da Império, e de 9 milhões e 400 mil contos, em média, no caso da proposta da CROSS, impõe o mais vivo alerta em relação ao escândalo nacional que constituiria a entrega pelo Governo dessa unidade hospitalar pública a qualquer um desses concorrentes privados», afirma Edgar Correia, que prossegue:

«Para além do gritante facto da construção e do equipamento desta importante unidade hospitalar, destinada a servir meio milhão de habitantes, ter exigido o vultoso investimento público de 18 milhões 160 mil contos no período 1987/95 (o que a preços actuais representa um quantitativo claramente superior a duas dezenas de milhões de contos), e de não ter sido incluído nas condições do con-

curso de privatização da sua gestão o pagamento de qualquer contrapartida para o Estado pela exploração lucrativa de instalações e de equipamentos de tal valor; verifica-se agora que qualquer dos concorrentes privados propõem-se ainda receber do Estado, anualmente, uma verba superior àquela que é necessária para a gestão pública do Hospital Amadora/Sintra.»

«Além disso - sublinha Edgar Correia -, a privatização da gestão do Hospital Amadora/Sintra imporia o atraso, para o final do ano, da abertura desta unidade de saúde, quando com gestão pública ela poderá já entrar em funcionamento dentro de quatro meses.»

E conclui:

«O PCP, que oportunamente denunciou os objectivos, as condições, e inclusive, a viciação do concurso de privatização da gestão do Hospital Amadora-Sintra, considera que nenhuma razão existe que possa ser invocada pelo Ministério da Saúde e pelo Governo do PSD para atribuir esta unidade de saúde à exploração de qualquer das entidades concorrentes. E reclama, por isso, que seja de imediato encerrado o concurso e prontamente assegurada a administração pública e a entrada em serviço do hospital.»



Os protestos populares contra o escândalo da privatização do Hospital Amadora/Sintra já saíram à rua

Acalmar os ânimos

O presidente designado da Comissão Europeia, Jacques Santer, comprometeu-se anteontem a trabalhar, nos próximos cinco anos, em estreita cooperação com o Parlamento Europeu. Segundo a Lusa, Jacques Santer dedicou o seu discurso, de cerca de uma hora, no plenário do PE, em Estrasburgo, a tentar apaziguar os ânimos dos grupos políticos que, nos últimos dias, chegaram a ameaçar vetar a entrada em funções do novo colégio de 19 comissários.

As vozes críticas invocavam dúvidas sobre o perfil de alguns candidatos a comissários e discordâncias quanto à repartição de competências, bem como diferenças de perspectiva quanto às políticas de Direitos do Homem, de cooperação para o desenvolvimento e de igualdade entre os sexos.

Falando em nome do órgão colegial, reunido segunda-feira com o intuito de preparar uma resposta às reivindicações parlamentares, Santer prometeu uma "cooperação leal e construtiva com o Parlamento Europeu", comprometendo-se solenemente, e sucessivas vezes ao longo da sua intervenção, a ouvir a instituição, dotada de poderes reforçados desde a entrada em vigor do Tratado da União Europeia.

Promoção do crescimento económico e do emprego, aprofundamento da política externa e de segurança comum (PESC), prossecução do processo de adopção da moeda única europeia (UEM), dimensão social do modelo económico europeu e potencialização do mercado único, foram os principais tópicos focados por Santer.

Design europeu

O programa Sprint, destinado a consciencializar as empresas, em particular as PME, dos potenciais benefícios do design para o lançamento de novos produtos no mercado, encomendou um inquérito à "Agência para a promoção da criação industrial", a realizar em todos os Estados-membros, a fim de coligir todas as informações importantes relacionadas com o design. Os resultados desse inquérito, segundo informações recentes da Comissão Europeia, serão brevemente publicados num "Guia do design europeu".

O programa Sprint, que visa igualmente incrementar a aplicação de conceitos e instrumentos de design no processo de inovação, organiza, desde 1988 e de dois em dois anos, o "Prémio da Comunidade Europeia de Design". Também de dois em dois anos, é publicado um livro em que figuram as empresas e as organizações que ganharam ou foram nomeadas para o referido prémio.

As actividades do Sprint, ainda com carácter experimental, poderão vir a ser revistas após a avaliação dos seus resultados, neste momento a ser efectuada e que constará de um relatório que a Comissão apresentará ao PE, ao Conselho e ao Comité Económico e Social.

Centro de informação

Lisboa vai contar, a partir de finais de Março, do Centro de Informação Jacques Delors. Trata-se do segundo centro do género, estando o primeiro a funcionar em Paris há cerca de dois anos.

Através do centro, informa a Lusa, será possível ter acesso a bases de dados que englobam legislação comunitária, legislação nacional que transpõe as directivas da UE, programas comunitários e informações em teletexto, além de entrar em funcionamento uma linha telefónica de atendimento permanente.

O centro irá promover ainda acções de formação dirigidas à administração e órgãos de poder local, escolas, universidades, comunicação social e organizações socioprofissionais e económicas.

O novo organismo, que vai funcionar no Centro Cultural de Belém, resulta de uma sociedade entre o Estado português e a Comissão Europeia.

Comunidade, mas pouco

A famigerada "Europa dos cidadãos", espaço sem fronteiras, de igualdade e solidariedade, continua a ser uma ficção. No que ao mundo dos trabalhadores diz respeito, a lei continua a ser a da opressão e exploração, à revelia de directivas aprovadas em nome de elevados princípios que ninguém parece muito empenhado em fazer aplicar.

Os dois exemplos que se seguem - ambos respeitantes aos Países Baixos - dispensam comentários.

No ano passado, um documento emanado da polícia de Amesterdão, datado de 21 de Janeiro, chegava às mãos dos eurodeputados comunistas. Através dele se ficou a saber que o mesmo se destina a ser apresentado à entidade empregadora e que comprova que o portador do passaporte nº "x", "como cidadão de um dos Estados da CEE, Finlândia, Islândia, Noruega, Áustria ou Suécia", se apresentou na "polícia de estrangeiros de Amesterdão". Mais esclarece o documento que ao portador lhe é "permitido procurar trabalho e trabalhar durante o período de três meses", mas que esse direito se refere "só à procura de trabalho e não, durante esses três meses, ao direito ao recurso à segurança social".

Considerando o referido documento "totalmente ilegal e até agressivo relativamente ao Tratado e a outras normas de direito comunitário e dos Estados-membros", o eurodeputado comu-

nista Sérgio Ribeiro questionou a Comissão sobre o assunto. Corria então o mês de Março. Não obtendo resposta, o eurodeputado volta à carga, algum tempo depois. Desta vez com êxito: em 6 de Janeiro (dez meses depois da primeira iniciativa), o comissário Flynn vem reconhecer, em nome da Comissão, que esta "está ao corrente da prática em vigor nos Países Baixos relativa à obrigação para todos os que procuram emprego de estar registados nos serviços dos estrangeiros a fim de poder procurar emprego no território neerlandês".

Segundo o comissário, foram solicitadas explicações às autoridades neerlandesas, tendo estas reconhecido "que existia um problema de compatibilidade com o direito comunitário e que seriam dadas instruções para que todos os nacionais de um Estado-membro que procuram emprego não sejam mais submetidos à obrigação prévia de registo".

Águas turvas na indústria naval

Pelo menos até ao passado dia 11 de Janeiro, a Comissão Europeia ainda não tinha recebido "qualquer notificação relativa à reestruturação prevista da indústria portuguesa da construção naval", embora esteja prevista a possibilidade de disponibilizar para o sector 17,7 milhões de contos. Quem o afirma é o comissário Van Miert, em resposta ao eurodeputado comunista Sérgio Ribeiro, que questionou aquele organismo a propósito da construção de um estaleiro naval em Wismar, na Alemanha (ex-RDA).

Como o "Avante!" oportunamente noticiou, causou perplexidade em Portugal a notícia da construção do estaleiro de Wismar, que envolve financiamentos superiores a 300 milhões de contos, sobretudo tendo em conta que o estaleiro da Setenave - com características semelhantes ao que se anuncia ir ser construído - tem vindo a ter a sua capacidade progressivamente reduzida, com "dispensas" sucessivas de trabalhadores.

Questionada por Sérgio Ribeiro, a Comissão esclarece que "os auxílios à reestruturação da indústria naval", no respeitante ao "investimento e ao encerramento", se regem pelos artigos seis e sete da Sétima directiva, os quais foram e continuam a ser aplicados "a todos os estaleiros navais da Comunidade, incluindo os territórios da ex-RDA e Portugal".

No caso concreto do estaleiro de Wismar, informa a Comissão que o auxílio concedido se insere "no contexto de uma redução global da capacidade de produção da indústria naval de 40 por cento na ex-RDA", e que "o processo de redução da capacidade de pro-

dução" está a ser acompanhado de forma a "assegurar o cumprimento da Sétima directiva".

Quanto a Portugal, e incompreensivelmente, a Comissão ainda não recebeu qualquer notificação, apesar de, como recorda o comissário Van Miert, "no texto proposto para um «acordo respeitando as condições normais de concorrência na indústria da construção e reparação navais» no âmbito da OCDE", estar "prevista a possibilidade de conceder à indústria portuguesa da construção naval um auxílio à reestruturação num montante máximo de 17,7 milhões de contos".

É caso para perguntar: de que está à espera o Governo?

(Des)acordo nas pescas

Em águas pouco claras andam também os acordos de pesca da Comunidade com países terceiros, em particular no respeitante a Marrocos e à Mauritânia. É sabido que os governos daqueles países têm vindo a envidar esforços para alterar os conteúdos dos acordos com a União Europeia, o

que não pode deixar de ter graves consequências para a frota portuguesa. Ainda recentemente, recorda-se, o ministro português do Mar reconheceu o problema - que ameaça paralisar 40 embarcações -, tendo avançado com promessas de indemnizações, por parte da Comunidade, para compensar os previsíveis prejuízos.

Quem não parece particularmente preocupada com a questão é a Comissão Europeia. Ao responder a semana passada a uma pergunta de Sérgio Ribeiro sobre a matéria, o comissário Yannis Paleokrassas garantiu, em nome da Comissão, que "não considera fundamentado o receio de paralisação dos navios portugueses" que operam no âmbito do acordo com a Mauritânia, já que até à data (10 de Janeiro), as autoridades daquele país "não submetem à Comissão nenhum pedido de alteração das disposições em vigor" desde Agosto de 1993.

No caso da Mauritânia, diz o comissário, "o problema é, aliás, inverso, na medida em que as possibilidades de pesca obtidas pela Comissão em benefício dos navios portugueses, aquando da negociação do protocolo em vigor, são muito insuficientemente utilizadas". O comissário admite mesmo que as alterações registadas - e que têm provocado o protesto dos pescadores - se devam "a convénios privados, concluídos directamente pelos armadores portugueses com as autoridades mauritanas, a que a Comissão é totalmente alheia".

Um mistério que importava esclarecer.

Diferente é o caso do acordo de pesca com Marrocos, que efectivamente solicitou à Comissão, no âmbito da revisão intercalar, uma "redução substancial das possibilidades de pesca" actualmente concedidas à Comunidade.

Sobre esta matéria, o comissário Paleokrassas informa que, não tendo sido possível encontrar uma solução de compromisso, as duas partes decidiram, em 13 de Outubro de 1994, "limitar a vigência do acordo actual a 30 de Abril de 1995 e encetar, o mais rapidamente possível, as negociações para um novo acordo que entre, eventualmente, em vigor a 1 de Maio de 1995".

Se, no respeitante a esta questão, sobejam motivos de preocupação, o mesmo se pode dizer em relação às prometidas indemnizações avançadas pelo ministro do Mar, Azevedo Soares. Com efeito, lembra o comissário Paleokrassas que, "desde a inclusão do sector das pescas nos fundos estruturais, cabe aos Estados-membros prever (...) no limite das dotações dos seus programas operacionais, as medidas adequadas para a concessão de uma indemnização aos pescadores e armadores vítimas de eventuais suspensões das suas actividades, resultantes dos acordos de pesca concluídos entre a Comunidade e os países terceiros".

Tão lesto a fazer promessas, Azevedo Soares faria bem em poupar algum tempo para as previsões.

Dir-se-ia que a questão estava resolvida. Mas não. Na verdade, informa o comissário Flynn que "a obrigação geral de registo continua válida e não parece criticável do ponto de vista comunitário, desde que não condicione o direito de procurar emprego".

No que se refere à cobertura da segurança social durante a procura de um emprego, a Comissão reconhece que, à luz da legislação comunitária em vigor, ela "não pode ser condicionada pela detenção de um título de estada ou de residência", pelo que "qualquer disposição nacional que imponha esta condição complementar deveria ser considerada contrária ao direito comunitário em vigor (sublinhado nosso)".

E mais não diz.

Se deveria, ocorre perguntar: porque é que não é?

As taxas

O outro caso respeita à emissão de documentos de residência, para a qual o Governo dos Países Baixos criou taxas de 50 e 500 florins, respectivamente, para os cartões de residência e/ou de fixação. As taxas são aplicadas indistintamente aos cidadãos dos Estados-membros ou de países terceiros, bem como aos membros das respectivas famílias.

A medida contrária expressamente o nº 1 do artigo 7º da Directiva 73/148/CEE, segundo a qual os documentos de residência concedidos aos nacionais de um Estado-membro são emitidos e renovados gratuitamente ou mediante pagamento de uma quantia não superior aos direitos e taxas exigidos aos nacionais para a emissão dos bilhetes de identidade.

Confrontada com a situação, a Comissão, desta vez através do comissário Vanni d'Archirafi, reconheceu mais uma vez estar ao corrente da prática neerlandesa.

Para que não restem dúvidas do seu total domínio da questão, o comissário invoca a legislação comunitária em vigor (a já citada Directiva e ainda outras pertinentes em matéria de residência dos cidadãos comunitários, relativas aos trabalhadores, às pessoas não activas e ainda aos estudantes), deixando claro a total ilegalidade de qualquer procedimento inverso.

Posto isto, seria de esperar uma atitude firme. No entanto, o comissário d'Archirafi limita-se a dizer que a "Comissão reiterará as diligências já iniciadas junto das autoridades neerlandesas, a fim de recolher todos os elementos úteis referentes a esta questão" e, "se necessário, não deixará de dar início a um processo ao abrigo do disposto no artigo 169º do Tratado CE".

A falta, pelos vistos, não é de artigos.

Pacifistas

Representantes de movimentos e associações pacifistas de dez países (Itália, Portugal, Chipre, Egipto, Alemanha, Bélgica, Inglaterra, Suíça, Áustria e França) reuniram-se em Fréjus, França, no quadro dos Encontros por uma Europa e um Mediterrâneo de Paz. Os participantes decidiram coordenar melhor as suas acções e contribuir, nos seus respectivos países, para sensibilizar a opinião pública em relação às questões do desarmamento e dos gastos militares e a interligação entre as políticas que levam a tal delapidação de recursos e a degradação das condições sociais a que se assiste nas nossas sociedades.

Iraque

O Conselho de Segurança da ONU manteve o embargo imposto ao Iraque em Agosto de 1990, por falta de acordo entre os 15 membros desta instância quanto à flexibilização no regime de sanções. A imprensa iraquiana denunciou as "alegações" da representante americana na ONU, Madeleine Albright, que se referiu a "equipamentos roubados pelo Iraque ao Kuwait".

Para "As-Saoura", trata-se de uma tentativa destinada a contornar os aspectos positivos contidos no relatório de Rolf Ekeus, chefe da Comissão especial da ONU encarregue do desarmamento iraquiano (UNSCOM).

O peso das sanções faz-se sentir particularmente sobre a população iraquiana. No decurso das últimas semanas, os preços dos produtos alimentares aumentaram numa proporção de 20 a 30 por cento.

A reunião do Conselho de Segurança confirmou as divergências crescentes entre os membros permanentes desta instância em relação ao Iraque. A França, a Rússia e a China esperam que a curto prazo o embargo petrolífero seja levantado, enquanto que os Estados Unidos e a Grã-Bretanha se opõem.

Conselho da Europa

A utilização "desproporcionada e cega" da força na Tchetchénia é uma violação flagrante dos direitos elementares do Homem, considerou o Secretário-Geral do Conselho da Europa, Daniel Tarschys.

"Esperamos que as acções militares tenham um fim imediato e que sejam feitos todos os esforços para chegar a uma solução por meios pacíficos", disse Tarschys, sublinhando a necessidade de respeitar a liberdade dos meios de comunicação social e "resistir a qualquer tentativa de reinstaurar a censura".

O Secretário-Geral do Conselho da Europa adiantou entretanto que a Rússia poderia aderir à organização até final do ano, apesar do conflito tchetcheno.

Espanha

O escândalo dos GAL

A quatro meses das eleições municipais e regionais, escândalos políticos e de corrupção entrecruzam-se em Espanha, e poucos parecem ser os espanhóis que acreditam nas declarações do primeiro-ministro Felipe Gonzalez, quando este nega qualquer implicação do Estado na criação e direcção dos GAL (grupos anti-terroristas de libertação), instrumento terrorista na guerra contra o movimento separatista ETA

Julian Sancristobal, director da Segurança do Estado em 1986, actualmente detido no quadro do inquérito sobre os GAL, terá reunido uma importante fortuna, depositada nomeadamente em contas secretas na Suíça, através do desvio de verbas provenientes dos fundos

secretos do Ministério do Interior, e que se destinariam ao financiamento dos GAL, organização terrorista responsável pela morte, entre 1983 e 1987, de 24 simpatizantes da organização separatista basca ETA.

As revelações sobre os GAL vão sucessivamente envolvendo os nomes de ministros e de responsáveis no aparelho de Estado. Em Dezembro passado, foram sucessivamente presos Julian Sancristobal, director da Segurança, Miguel Plancheulo, chefe da polícia de Bilbao, Francisco Alvarez, ex-chefe do comando único antiterrorista - todos suspeitos de ter participado na criação dos GAL.

Outros nomes surgem também ligados ao escândalo GAL, como é o caso de Rafael Vera, ex-secretário de Estado responsável pela Segurança (que teria igualmente em seu nome uma conta bancária na Suíça).

Felipe Alcaraz, deputado comunista por Sevilha, acusou, no parlamento espanhol, Felipe Gonzalez, de ser "padrinho" dos GAL.

Entretanto, segundo uma sondagem publicada pelo jornal "El País", 52% das pessoas inquiridas pensam que o primeiro-ministro espanhol não disse a verdade quando, em declarações à televisão, negou qualquer implicação do Estado na criação e direcção dos GAL. Apenas 16% consideraram as alegações de Gonzalez convincentes.



Atentado terrorista dos GAL, em Fevereiro de 1986, em Bidarray, nos Pirinéus

Uma maioria dos inquiridos - 49%, pronunciou-se por eleições antecipadas. Uma perspectiva entretanto recusada pelo

governo de Gonzalez, que pretende governar até ao fim do mandato, em 1997.

As eleições regionais e muni-

cipais de 28 de Maio próximo poderão contribuir para uma alteração do quadro político actual.

Os três falsos deuses

A vaga de corrupção que se vive em Espanha tem as suas razões, aliás comuns a outras realidades nacionais onde a corrupção, encoberda ou expressa, é também uma realidade.

Nas palavras de Julio Anguita, coordenador da Esquerda Unida, em declarações a "L' Humanité", o que está em causa é uma filosofia de "enriquecer a qualquer preço e a todo o custo", que "levou ao altar três deuses, três falsos deuses".

Diz-nos tal filosofia que "o mercado é muito importante, o mercado capitalista. Creio que nenhuma força de esquerda deve considerar o mercado como referência absoluta, em particular como regulador da situação social. O segundo deus, é o produto interno bruto (PIB) com uma visão produtivista, mesmo se ao crescimento do PIB não corresponder qualquer aumento de emprego ou de bem-estar. O terceiro deus é a competição".

Tchetchénia

Guerra e negociações

Uma delegação do governo tchetcheno deslocou-se a Moscovo, mandatada pelo presidente Djokhar Dudaiev, para discutir um cessar-fogo com o pri-

meiro-ministro russo, Viktor Tchemomirdin.

Segundo o chefe da delegação, o ministro da Economia tchetcheno, Teimuraz Abubaka-

rov, "a obtenção de um cessar-fogo é condição essencial e prévia a qualquer acordo político, a discussão de um acordo mais geral e a longo prazo".

Esta declaração foi proferida pouco antes do primeiro-ministro russo - encarregado por Boris Ieltsin das negociações com a Tchetchénia - ter apresentado na televisão um conjunto de propostas visando a negociação imediata com "todas as partes e forças interessadas" no conflito tchetcheno.

Entretanto, o balanço das vítimas da guerra é terrível. Quase 800 corpos de soldados russos mortos na Tchetchénia deram entrada na morgue de Mozdok, sede do quartel-general russo na Ossétia do Norte. Um número que largamente ultrapassa o que foi comunicado oficialmente pelo alto comando militar russo. O último balanço oficial indicava 398 soldados russos mortos desde o início da intervenção, dia 11 de Dezembro. A deputada russa Aivars Lezdynch avançou entretanto o número de 1.500 soldados mortos.

Os tchetchenos anunciaram recentemente 18 mil mortos entre a população civil na Tchetchénia desde o início da intervenção, dos quais 12.210 na cidade de Grozny.

O futuro é ainda muito incerto, calculando-se entre 30 a 40 mil os soldados que foram deslocados para a República. Ao nível do poder, em Moscovo, são nítidas as fracturas e os jogos de poder. Sucessivas declarações de cessar-fogo não chegaram a ser respeitadas no terreno e ainda há poucos dias o ministro russo da Defesa, em declarações ao jornal do Exército, "Krasnaia Zvezda", considerava que a guerra na Tchetchénia é "uma verdadeira guerra que irá durar anos". Vladimir Jirinovski, o dirigente ultranacionalista e da extrema-direita russa, afirmou-se nesta fase, desde a ofensiva militar contra Grozny, como empenhado defensor de Ieltsin. Na Duma (parlamento russo), tentou explorar o momento político para angariar apoios da população, defendendo como objectivo prioritário a "integridade da Rússia". Porque se uma larga maioria da população está contra a guerra e a intervenção militar, com o seu cortejo de mortes e massacres, praticamente o conjunto das forças políticas deseja simultaneamente preservar a integridade da Federação russa.



A primeira manifestação no México contra a austeridade, depois da recente tomada de posse do novo presidente Ernesto Zedillo, reuniu muitos milhares de pessoas, com os camponeses à cabeça do desfile. Convocada pelo Movimento proletário independente, a que se juntaram outras organizações da oposição, a manifestação decorreu com palavras de ordem contra a política económica do governo, contra o desemprego, pela terra e pela liberdade

França

A luta dos que não têm casa

Cinco mil pessoas desfilaram, em Paris, nos primeiros dias de Janeiro, pelo direito à habitação. Uma manifestação que se insere numa luta desencadeada já em 94, e que passou pela ocupação - com o decisivo apoio do abade Pierre - de um edifício de uma das maiores imobiliárias francesas, a Cogedim, para alojamento de cinquenta famílias sem casa.

A primeira manifestação realizada este ano, em Paris, agitou assim um sentido problema social, e foi promovida por organizações que bem testemunham, não apenas da gravidade dos problemas sociais, mas da vontade que se afirma de lhes dar resposta. À frente do desfile estiveram o Comité dos sem-casa, a associação Agir contra o desemprego, e também militantes dos movimentos anti-Sida, pois, nas palavras de um dos seus dirigentes, "seja qual for o tipo de marginalização de que sejamos vítimas, o direito à habitação é uma questão essencial".

Uma vitória significativa foi entretanto obtida pelo movimento que se afirma pelo direito à habitação. O tribunal correcional de Aix-en-Provence decidiu não condenar Charles Hoareau, presidente do Comité dos desempregados de Bouches-du-Rhône e sindicalista da CGT, acusado de ter ajudado uma pessoa sem abrigo (que dormia há três meses num

carro) a instalar-se num edifício desabitado.

O processo contra Charles Hoareau não é único. Em Créteil, dois militantes comunistas deverão apresentar-se em tribunal por se terem oposto, em 1987, à expulsão de sua casa de uma mãe de família com dois filhos. Também em Caen, Marc Bellet, conselheiro regional de Calvados, e dois outros militantes comunistas, são perseguidos por se terem igualmente oposto à expulsão de uma família.

Em todos estes processos, os Sindicatos dos Magistrados e dos Advogados denunciam a via repressiva e questionam: como é possível julgar nos tribunais correcionais, "no actual contexto de pobreza que atinge centenas de milhares de famílias", as pessoas que se empenham em fazer respeitar o direito a uma casa para os mais pobres?

As diferenças sociais tendem entretanto a aprofundar-se ainda mais. Enquanto, segundo as estatísticas do Centro de estudos de rendimentos e custos, o ano



Manifestação, em Paris, pelo direito à habitação

que vivemos se apresenta como "excepcional para o capital", uma em cada cem pessoas em França não tem casa, e há um milhão de pedidos de famílias para alojamento social.

Ora, praticamente desde 1988 deixou de se construir habitação social em Paris. O que prolifera são os blocos de escritórios. Vazios e invendáveis, pois nenhuma actividade económica os justifica. No fim dos anos 80, foram construídos tantos blocos de escritórios como nos doze anos precedentes. Na corrida especulativa, os preços destes blocos foram multiplicados por quatro em apenas quatro anos (entre 1985 e 1990).

Hoje, o governo francês não encontra melhor solução para a agudização do problema da habitação do que atribuir dez mil francos como prémio aos proprietários que aluguem os apartamentos vagos a preços de mercado. Naturalmente inacessíveis aos que hoje não têm acesso a uma casa.

E a imobiliária Cogedim, para evitar novas ocupações de casas devolutas, preferiu tornar inabitável um edifício vazio de que é proprietária.

Os deputados comunistas exigem entretanto que o governo encarregue os presidentes dos municípios de "mobilizar o património de habitação dispo-

nível" e de "fazer aplicar o direito de requisição" sobre os "alojamentos desocupados".

Albert Jacquard, conhecido investigador de genética, que com o abade Pierre se bate pelo alojamento dos que não têm casa, sublinha a necessidade de "alargar a noção de direito, considerando o direito ao alojamento como um direito essencial".

Uma luta que continua, e que passa pela organização e mobilização, não apenas dos trabalhadores, mas daqueles que, em número crescente, a sociedade capitalista hoje marginaliza. E que assim afirmam a sua exigência a uma vida que lhes é recusada.

Argélia

Entre promessas, exigências e terrorismo

Terrorismo e repressão continuam a marcar o quotidiano na Argélia, e não se registam quaisquer indícios de abrandamento da tensão. Pelo contrário. As acções terroristas precederam e acompanharam a reunião, em Roma, de partidos da oposição argelina, incluindo os fundamentalistas islâmicos da FIS. A posterior declaração do Grupo islâmico armado (GIA), responsável pela maioria dos assassinatos no país, de que estaria na disposição de "parar a guerra", mais se assemelha a uma ameaça, pelas inaceitáveis condições que coloca.

Entretanto, 3 anos de violência causaram já 30 mil mortos, o carácter repressivo da política governamental tende a acentuar-se e os profundos problemas sociais que estão de facto na raiz do grande ascenso do fundamentalismo, e do voto maioritário na FIS em 1990 e 1991, mantêm-se intocados.

As conclusões do encontro de Santo Egídio - que reuniu representantes da FIS (Frente Islâmica de Salvação), da FLN (Frente de Libertação Nacional, no poder na Argélia desde a independência, em 1962, até 1992), e vários outros grupos hoje na oposição - caracterizam-se por clara ambiguidade em questões essenciais.

Em vésperas da reunião, os dirigentes da FIS condenaram explicitamente "qualquer acto que vise inocentes, indepen-

dentemente da sua tendência ou religião, e quaisquer que sejam os autores de tais actos", o que apareceu como uma demarcação do GIA. Em Roma, a FIS reafirma o seu "firme apoio à luta armada por uma causa justa", considerando embora que a "luta armada não é um fim em si", mas uma resposta a "um poder ilegítimo".

Neste quadro, a rejeição da violência como forma de aceder ou manter o poder, um dos

compromissos assumidos em Roma, surge como um princípio à partida comprometido.

Como condição prévia a possíveis negociações, os sete partidos reunidos em Roma exigem a libertação dos dirigentes da FIS, a anulação da dissolução desta organização, o levantamento do estado de emergência, entre outras medidas. Reclamam ainda a criação de uma comissão nacional, constituída por per-

sonalidades independentes, encarregada de fazer um inquérito sobre os actos de violência no país. Rejeitam a proposta do actual presidente interino Zéroual, de eleições presidenciais para o fim do ano, considerando que a oposição deve ser associada à preparação do acto eleitoral.

As exigências entretanto avançadas pelo GIA traduzem de forma particularmente clara a complexidade e os

perigos da realidade política argelina. O GIA reclama "a aplicação da lei de Deus contra os generais" acusados de "terem retardado a aplicação do projecto islâmico" e a "dissolução de todos os partidos comunistas e ateus", o que seria considerado como uma prova da boa vontade do poder para "combater os inimigos da religião".

Entretanto, o terrorismo continua a multiplicar vítimas. O encontro de Roma realizou-se uma semana apenas após o assassinato de quatro padres. Durante a própria reunião, onze operários foram mortos em Batna, a sudeste de Argel, numa ataque à camioneta que os transportava para o local de trabalho. Poucos dias antes, tinham sido mortos mais dois jornalistas, o que levou a Associação dos editores de imprensa a declarar a sua determinação, "mais do que nunca, a não ceder a nenhuma forma de imposição, nem à das armas das hordas terroristas nem à outra, mais insidiosa, que tenta amordaçar uma das mais importantes conquistas da luta pela democracia, o direito dos cidadãos à informação e à liberdade de expressão".



Cerca de duas mil pessoas concentraram-se no passado dia 12 na praça 1º de Maio em Argel, apesar de a manifestação ter sido proibida, respondendo ao apelo do Movimento Cultural Berbere (MBC). Os manifestantes exigiam o reconhecimento do tamazigh como uma das línguas nacionais da Argélia.

Rússia

A Duma (Câmara baixa do parlamento russo) aprovou, em primeira leitura, uma lei que tornará obrigatória a autorização prévia do parlamento para qualquer intervenção militar.

O texto, aprovado por 243 votos, contra dois e cinco abstenções, afirma que é necessária a aprovação do parlamento para utilizar as forças armadas "em missões que não correspondem às suas funções". A Duma aprovou ainda uma resolução exigindo ao governo o fim da intervenção militar na Tchetchénia.

A resolução, sem carácter vinculativo, exorta "o presidente e o governo a tomarem as medidas necessárias para cessar as actividades militares no território da Tchetchénia e criar as condições necessárias para uma solução política do conflito".

O texto considera "indispensável a adopção de alterações à Constituição de modo a alargar o poder de controlo" do parlamento sobre o executivo em situações como a crise tchetchena.

Clinton

O presidente norte-americano, Bill Clinton, apelou ao investimento internacional nas economias da Europa central e do leste. Clinton disse que a região constitui uma das melhores oportunidades de investimento para os norte-americanos no mundo actual.

Entretanto, o antigo secretário de Estado norte-americano, George Shultz, considerou que o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI) "utilizados recentemente de forma abusiva" para ajudar a Rússia, deveriam ser fundidos numa única instituição encarregada de promover os investimentos privados.

Alemanha

O desemprego sofreu um sensível aumento na Alemanha, no mês de Dezembro de 1994, segundo os dados estatísticos estes dias divulgados em Nuremberga. Entre Novembro e Dezembro últimos, o número de pessoas a pedir emprego aumentou em 129.300 o que eleva para 3.559.000 o número oficial de desempregados. Na zona ocidental, o número de de desempregados é de 2.545.000, o que corresponde a 8,2% da população activa. A leste, na ex-RDA, o desemprego atinge, segundo os números oficiais, 13,5% da população activa.

África do Sul

O número de pessoas que saiu da África do Sul, entre Janeiro e Setembro de 1994, para se instalar noutros países, foi quase o dobro do número de imigrantes. Os principais países de destino foram a Grã-Bretanha, a Nova Zelândia, a Austrália, o Canadá e os Estados Unidos.

Em contrapartida, o número de turistas no país aumentou em cerca de 10%.

**Carlos Carvalhas na Marinha Grande
na homenagem ao 18 de Janeiro**

Saúda a luta dos trabalhadores portugueses

Mais de quatrocentas pessoas assistiram ao entusiástico comício de homenagem ao 18 de Janeiro de 1934 e à recente luta dos vidreiros, realizado na noite de anteontem no Salão do Império, na Marinha Grande, em que participou o secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas. Na mesa que presidiu a esta iniciativa comunista encontravam-se os camaradas Dorinda Matias, membro da Célula da M. P. Roldão, Manuel Baridó, da Concelhia do PCP, sobrevivente do 18 de Janeiro, Filipa Bonita, da Direcção da JCP, Durval Gaspar e Luís Marques, da Assembleia Municipal, João Duarte, da DORLEI, Sérgio Moiteiro, da Comissão Concelhia, Saul Fragata, do CC, responsável concelhio da Marinha Grande, José Augusto, CC e do Conselho Nacional do Partido, Joaquim Gomes, da Comissão Central de Controlo, Carlos Brito, da Comissão Política e Director do «Avante!», e Carlos Carvalhas. Entre a assistência, muitos membros da DORLEI e o camarada Dias Lourenço, membro do Comité Central. Manuel Baridó, o primeiro a tomar a palavra, estabeleceu o paralelo entre as lutas que precederam o 18 de Janeiro e as lutas actuais dos trabalhadores, com destaque para os vidreiros da M. P. Roldão. Sérgio Moiteiro, por seu lado, sublinhou que o PCP, que homenageia esse «exemplo de dignidade que enobrece os vidreiros e a Marinha Grande», continua, como sempre, solidário e actante ao lado dos trabalhadores. Dorinda Matias assegurou que, não sendo a primeira vez que os vidreiros da Marinha Grande deram tais exemplos de capacidade de luta, não será também a última vez que assim farão.

A encerrar, tomou a palavra o camarada Carlos Carvalhas, de cujo discurso aqui publicamos importantes extractos.

Camaradas e amigos,

O que nos junta hoje neste pavilhão da Marinha Grande, neste comício do PCP, é a homenagem que entendemos prestar ao 18 de Janeiro, à luta dos trabalhadores, à luta do povo, à luta dos explorados e dos oprimidos.

E prestar sentida homenagem aos generosos e corajosos operários cujas fotografias da época ainda hoje nos emocionam, quando se levantaram contra a ditadura, contra a fascização dos sindicatos, pelo pão, pela liberdade e pela justiça social, é também prestar homenagem aos operários e ao povo da Marinha Grande, é prestar homenagem aos mortos do campo da «morte lenta» do Tarrafal e de todos os que tombaram na luta contra o fascismo, é prestar homenagem à luta, à determinação e à resistência dos operários da Manuel Pereira Roldão, de daqui saudamos vivamente pela sua magnífica vitória.

O 18 de Janeiro, o seu exemplo de coragem, a feroz repressão que se lhe seguiu foi uma importante fonte de ensinamentos para o Movimento Operário e Sindical, para o nosso Partido e contribuiu inestimavelmente para a luta das sucessivas gerações até aos nossos dias.

O seu legado é património dos vidreiros, dos trabalhadores e do povo da Marinha Grande, da classe operária e do povo português, do Movimento Sindical Unitário, de todos os que lutam contra a exploração por uma sociedade mais justa, mais fraterna e mais solidária.

Mas hoje, neste comício na Marinha Grande, queremos saudar todos os trabalhadores portugueses em luta pela defesa dos seus interesses e aspirações, os mineiros do Pejão e da Panasqueira, os metalúrgicos da Longra, os trabalhadores da Grundig, da Renault, da

Telecom, da Xavi, da Lisnave, da Solisnor, da CP, da EMEF, da ICM, da Rodoviária, dos STCP, da Torralta, da EDP, da FISIFE, da Portucel e de muitas outras empresas, da construção civil, dos têxteis, da Função Pública e de muitos outros sectores, saudar a luta dos estudantes e professores, a luta dos pescadores e a luta dos agricultores em defesa da produção nacional.

Queremos saudar os trabalhadores alentejanos e o seu combate. Alentejo que com a política de direita, com a reconstrução do latifúndio em que 1% das explorações ocupam já 80% da superfície agrícola útil da região, conta hoje com mais de 40 mil desempregados, 76% dos quais sem receberem sequer subsídio de desemprego. Por isso saudamos a sua jornada de «alerta», «pela regionalização e o desenvolvimento», marcada para a próxima terça-feira.

Queremos também saudar a CGTP-IN, grande e combativa central sindical dos trabalhadores portugueses e solidarizamo-nos com os objectivos traçados para a jornada nacional de luta de 26 de Janeiro, pelo direito à contratação,

em defesa dos salários, do emprego e dos direitos dos trabalhadores. Os recentes exemplos mais uma vez demonstram que vale a pena lutar e que a luta é o caminho para se pôr termo a esta política.

No nosso entender, as lutas em desenvolvimento são justas e necessárias para a defesa dos interesses dos trabalhadores e da economia, para fazer frente à política de destruição do tecido produtivo nacional e constituem também um contributo essencial na luta mais geral para derrotar o PSD e para se derrotar a política de direita.

E dizemos para se derrotar a política de direita, porque não basta derrotar o PSD. É necessário que com a derrota do PSD se venha a ter não uma alteração, mas uma verdadeira alternativa, uma política de

esquerda, um governo que sirva os trabalhadores, o que passa inequivocamente pelo reforço do PCP e da CDU.

Esta questão é uma questão central, tanto mais que hoje ao comemorarmos o 18 de Janeiro e ao recordarmos as circunstâncias que lhe deram origem assistimos sob a batuta de Maastricht e com grandes responsabilidades do Partido Socialista a uma grande ofensiva contra os direitos, os salários e a segurança social dos trabalhadores, à intensificação da exploração e ao reforço da centralização e concentração de capitais, à reconstrução do poder económico e do poder político do grande capital, dos grandes senhores que foram o sustentáculo do regime fascista.

É necessário denunciar o escândalo das privatizações, os milhões e milhões que passam do erário público para os cofres de meia dúzia de famílias, num autêntico processo mafioso.

Como é que se compreende que o Governo tenha, por exemplo, vendido o Totta por oitenta e tal milhões de contos para agora os espanhóis o venderem por mais de 150 milhões, o que significa que vão ter um lucro de mais de 100%.

Isto é um escândalo, como é um escândalo que seja com milhões e milhões da banca nacionalizada, que são retirados do investimento, que os velhos senhores se apossam de riquíssimo património público e de alavancas fundamentais da economia.



Não há dinheiro para os vidreiros da Marinha Grande, para os mineiros do Pejão, para os trabalhadores da Odefruta, mas não falta dinheiro para meter nos gabinetes dos Srs. Ministros e secretários de Estado para fins eleitoralistas. Não há dinheiro para melhorar as reformas e as pensões, mas não falta dinheiro para encher os cofres das clientelas do PSD através dos benefícios fiscais e dos fundos estruturais. É um farto. Concentração da riqueza num pólo, e no outro milhares e milhares de famílias que se vêem excluídas de um nível de vida digno. É o «menos Estado» quando se trata dos trabalhadores e dos reformados e do «mais Estado» quando se trata de encher os cofres do grande capital.

É esta política que tem de ser combatida, derrotada e não continuada por outros meios ou por intermédio de outros, que fazem grande gritaria oposicionista mas que nas questões essenciais estão e votam com a direita.

Por isso dizemos com clareza que o que o País precisa é de uma nova política, de uma política de esquerda e não de uma mera alteração, uma mudança de tachos, de clientelas e de mordomias. O que o País precisa é de uma verdadeira ruptura com o cavaquismo e com a política de direita, com o neoliberalismo e as políticas de Maastricht. Uma política que defenda e valorize a produção nacional, que promova o investimento e o emprego, que apoie a agricultura e as pescas, que promova a industrialização e não a desindustrialização, que impulse a produção e não as actividades especulativas e parasitárias, que tenha por objectivo essencial, a melhoria do nível e qualidade de vida das populações e não a concentração da riqueza. Por isso a derrota da política de direita, a derrota do PSD, com ou sem Cavaco é a primeira e mais urgente tarefa.



As manobras de diversão

Mas temos que estar preparados para as manobras de diversão, para as campanhas de silenciamento e para as operações psicológicas que visam diminuir a nossa influência e real intervenção.

Os que criticam a política em abstracto e a chamada «classe política» a que não pertencemos nem queremos pertencer, o que pretendem é desviar as atenções, o que pretendem é que não se condene a política de classe, a política de direita, contra o povo e ao serviço dos grandes senhores do dinheiro, o que pretendem é assegurar a impunidade e a continuação de uma política injusta e incapaz de dar resposta aos problemas nacionais.

Também aqueles mesmos que se lamentam do divórcio das populações pela vida cívica e política e que dizem que há que promover a aproximação entre os deputados e os eleitores, são os mesmos que fogem ao debate sobre os problemas concretos, os que privilegiam a política espectáculo e os que se apresentarão como candidatos a «primeiros-ministros», com o apagamento dos outros candidatos a deputados numa autêntica mistificação sobre a natureza e os objectivos das eleições legislativas.

Os que hipócrita e fingidamente se dizem preocupados com a participação dos cidadãos, são os mesmos que sempre tiveram medo da intervenção das massas populares na vida nacional, que sempre silenciaram, hostilizaram ou menosprezaram a luta social, que sempre se opuseram aos principais mecanismos de democratização participativa.

O que os preocupa é o «poleiro», o sentarem-se à mesa do Orçamento, as mordomias, os privilégios de classe e não a melhoria das condições de vida das populações, a modernização do aparelho produtivo ao serviço de uma verdadeira estratégia de desenvolvimento nacional, o decidido combate à pobreza, às injustiças e desigualdades sociais, a valorização e dignificação de quem trabalha, a salvaguarda dos direitos e regalias dos trabalhadores, a defesa da segurança e da estabilidade no emprego.

O que os preocupa não é a resposta a prementes aspirações de importantes grupos e camadas sociais, como a juventude, as mulheres, os agricultores, os pescadores, os quadros técnicos e intelectuais, o combate ao abuso do poder, ao negociocismo, clientelismo e corrupção e uma enérgica intervenção pela moralização da vida pública.

O que os preocupa não é o necessário e corajoso avanço para profundas melhorias na saúde, na educação, na habitação e na segurança social.

Estas não são as preocupações da política da direita com ou sem verbalismo social, que com o pretexto do fundamentalismo do mercado pretende introduzir o negociocismo na saúde e no ensino e desresponsabilizar cada vez mais o Estado das suas obrigações sociais e constitucionais.

Aquelas não são as preocupações da direita, são sim as preocupações do PCP, o grande partido da esquerda, o grande Partido da alternativa.

O Partido que não diz, num dia, que o Governo está a gangrenar o país e, no outro, que o PSD deve continuar a governar.

Precisamente porque o regime Constitucional está ameaçado, porque se degrada a democracia política e porque estamos numa grave situação económica e social, num quadro de marasmo económico, de paragem do investimento e em que se acentuam as injustiças e em que quase todas as áreas essenciais da vida da maioria da população se manifestam graves carências, agudos problemas, vivas insatisfações e inquietações, é que nós dizemos que é urgente e necessário dar voz ao povo.

São muitos os elementos e os factores que justificam a nossa confiança, a nossa determinação e a nossa serenidade. São cada vez mais os portugueses e as portuguesas que reconhecem no PCP a grande força da mudança, a grande força dinamizadora da resistência e da luta popular, a força mais consequente e firme na oposição ao PSD, a força que cumpre o que promete com quem o povo pode contar nas pequenas e nas grandes lutas por justas reivindicações, a força que está presente nas horas boas e nas horas más, a força capaz de imprimir um novo rumo à política nacional, defensor de uma nova política, uma política de esquerda ao serviço dos trabalhadores, dos portugueses e de Portugal.

Os trabalhadores e o povo sabem que podem contar com o PCP e com os comunistas na Assembleia da República, no Parlamento Europeu, nas autarquias, nos sindicatos, nas associações culturais e recreativas, em todas as esferas da vida nacional em que temos influência.

Mas no interesse do povo e do país é necessário que a nossa influência e que a nossa força social política e eleitoral se reforce ainda mais, o que exige o empenhamento com confiança de todas as organizações do Partido e de todos os militantes. E neste contexto adquire uma grande e decisiva importância a nossa acção junto dos trabalhadores e dos jovens trabalhadores, para que, no seu próprio interesse, ampliem a sua confiança política e eleitoral no PCP, no Partido que realmente defende os seus interesses, no Partido que é indispensável para uma alternativa democrática e para uma nova política.

(...)

OPA ou não OPA ao gosto do freguês

O INÍCIO do ano de 1995 trouxe à ribalta dois processos intimamente ligados: o anúncio da aquisição por António Champalimaud de 50% do capital social do Banco Totta & Açores, e o (re)lançamento de uma Oferta Pública de Aquisição do Banco Português do Atlântico pelo Banco Comercial Português, agora em conjunto com o grupo Mello por intermédio da seguradora Império. O primeiro processo envolve uma transacção de 153 milhões de contos e o segundo 300 milhões! As maiores transacções financeiras já realizadas no nosso país.

Três aspectos me parecem ser de realçar em torno destas operações do grande capital.

Em primeiro lugar, como foi afirmado no comunicado da Comissão Política do PCP, de 3 de Janeiro, o facto de estas operações terem como pano de fundo e assentarem na lógica profunda do processo de privatizações, da responsabilidade directa do Governo do PSD mas com a conivência do PS e CDS. Processo de privatizações que conduziu ao domínio do BTA pelos espanhóis do Banesto e ao do BPA por "um grupo de accionistas nortenhos politicamente ligados à área do poder" cavaquista, e mais geralmente, ao saque de empresas e bens públicos com o seu cortejo de ilegalidades e corrupção.

Privatizações que têm tido como objectivo estratégico único a reconstituição do poder do grande capital sobre a economia nacional, e como consequências directas a redução do número de postos de trabalho e os despedimentos, a fragilização da decisão económica nacional na perspectiva do interesse do País e a maior dependência de orientações e interesses externos, o predomínio da actividade financeira, da "economia de casino", do negociismo, em detrimento da actividade directamente produtiva e geradora de riqueza efectiva.

Um segundo aspecto merecedor de realce e de reflexão tem a ver com a concentração no sector financeiro que, se vierem a concretizar-se, estas duas operações provocarão e com os seus efeitos possíveis sobre os cidadãos e as empresas produtivas.

O sector bancário nacional passará(ria) a ser dominado por três grandes conglomerados detentores de cerca de 70% do mercado: o grupo BCP/BPA/UBP/BCM/CISF, dirigido por Jardim Gonçalves/Banco Central Hispano, o grupo BTA/BPSM/CPD, dirigido por Champalimaud, e o grupo (público) CGD/BNU. Paralelamente, no sector de seguros assistir-se-á(ia) igualmente a uma maior concentração, por um lado com o grupo IMPÉRIO/BONANÇA/OCIDENTAL/BPA Vida, dirigido pelo grupo Mello [que, de acordo com as informações vindas a público sobre a partilha entre o BCP e os Mello, concentrará(ia) igualmente nas suas mãos o império imobiliário do BPA com activos da ordem dos 160 milhões de contos!], e com o grupo MUNDIAL CONFIANÇA/LUSITÂNIA no universo de Champalimaud.

Alguns dos habituais "analistas" da nossa praça não perderam tempo a tecer elogios a estas concentrações, símbolos da "modernização", fundamentalmente no sector bancário, com o argumento de que se estariam a criar bancos de dimensão europeia para competirem no Mercado Único.

Mas a verdade não é essa. Os grupos bancários que agora o grande capital quer criar (com a ajuda inestimável do Governo), serão sempre pequenos a nível europeu. Para atingir aquela dimensão europeia era necessário uma concentração muitíssimo maior. Mas essa possibilidade e oportunidade foi eliminada, precisamente, pelo processo de privatizações, ao retalhar e repartir por meia dúzia de grandes capitalistas o universo das instituições bancárias públicas. Só o conglomerado bancário do sector público, antes das privatizações, teria possibilitado aquela dimensão crítica para competir com os grandes bancos europeus, como na altura o PCP sublinhou.

De facto, o que esta concentração capitalista em curso poderá (e tenderá a) gerar é uma redução dos efectivos bancários com múltiplos despedimentos e uma maior cartelização do sector bancário em Portugal, a redução da concorrência pelos preços e a consequente manutenção de elevadas taxas de intermediação financeira, com prejuízo para as empresas e particulares.

E a possibilidade de contrariar esta orientação de cartelização crescente, por parte de um futuro Governo democrático, será bastante menor, passando a dispor para o efeito apenas do conglomerado CGD/BNU (a que se poderá acrescentar o BFE/BBI se o Governo de Cavaco Silva não tiver tempo para

o privatizar completamente). Em terceiro lugar, mas não menos importante, releva destes processos em curso, e mais uma vez, a intervenção activa e interessada do Governo na reconstituição dos grandes grupos monopolistas de antes do "25 de Abril" e a sua promiscuidade e subjugação reverencial

aos "senhores do passado" que sustentaram o regime fascista de Salazar e Caetano.

Vejam os.

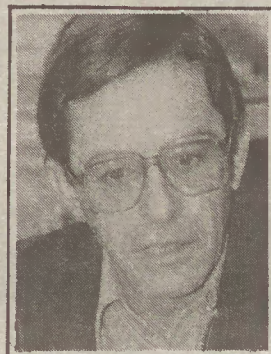
No verão passado, o BCP lançou uma OPA sobre o BPA. A resposta governamental prolongou-se, com o pretexto do período de férias, até o Governo conseguir elencar um conjunto de argumentos publicamente aceitáveis para recusar essa operação. Agora, no prazo de quatro dias, o Governo, através do mesmo Ministro das Finanças, autorizou a OPA do BCP.

Que mudou, entretanto, para o Governo alterar radicalmente a sua posição?

Apenas duas coisas: a OPA do BCP incide agora sobre 100% do capital do BPA e, fundamentalmente, entraram em cena as famílias Mello e Champalimaud.

O facto da OPA ser agora sobre 100% do capital do BPA poderá eliminar o argumento anterior do Governo relacionado com o "cenário de conflito de interesses" entre os potenciais grupos accionistas do BPA ("núcleo duro" e BCP) prejudicial para a "estabilidade do sector financeiro".

Mas todos os restantes argumentos usados pelo Governo no verão passado para impedir a OPA se mantêm. Designadamente: os perigos e riscos da concentração, o "potencial impacto da operação no respeitante ao equilíbrio concorrencial" persiste; o facto da "estrutura accionista do BCP" não permitir prosseguir o "objectivo" do "reforço da capacidade empresarial nacional" coloca-se agora tal como há seis meses (o principal accionista do BCP continua a ser o espanhol Banco Central Hispano, e o aparecimento dos Mello na operação não altera a situação pois, expressamente, será o BCP que ficará com o BPA, com uma participação de 50,001%); quanto à "dispersão do capital" do BPA será, agora, menor, pelo que o argumento saíra reforçado; quanto ao facto de o "modelo de reprivatização escolhido para o BPA, não contemplar a hipótese da sua subordinação estratégica a outra



OCTÁVIO TEIXEIRA
Membro da Comissão Política

Os argumentos de verão do Governo desapareceram como que por encanto neste início de inverno... com a entrada em cena de Champalimaud.

instituição financeira", esse modelo continua a ser, nos termos da legislação em vigor, precisamente o mesmíssimo (pelos vistos também para a OPA sobre o BPA o Governo se prepara para fazer um decreto-lei de excepção); etc.

Isto é, se só as condições da OPA estivessem em causa, o Governo teria agora de decidir como decidiu há seis meses.

O que de facto se alterou foi o regresso dos senhores do passado, e o respeito e veneração reverenciais do Governo de Cavaco Silva perante eles.

António Champalimaud negociou com o Banesto, sem dar cavaco ao Governo, as condições financeiras de aquisição do BTA e, depois, impôs as suas condições ao Governo do PSD: mandem às urtigas os vossos argumentos sobre a concentração e não quero ser obrigado a lançar qualquer OPA, nem que para isso vocês (Governo) tenham de alterar a lei em vigor.

E os Primeiro-Ministro e Ministro das Finanças cumpriram de imediato, autorizando a operação. Como sempre têm aceite e cumprido tudo o que Champalimaud lhes tem imposto.

Para comprar a Mundial Confiança impôs que o Governo desistisse de uma acção judicial que contra ele corria nos tribunais: o Governo desistiu da acção e, ainda por cima, "indenizou-o" com 10 milhões de contos.

Disse ao Governo, publicamente, que queria adquirir o BPSM mas que não estava disposto a ter que enfrentar qualquer concorrente na compra: o Governo publicou um decreto-lei com um conjunto de condicionantes e condições a que só faltou inscrever, preto no branco, que "só António Champalimaud pode concorrer à privatização do BPSM". Para cúmulo, uma dessas condições era a de que "só são admitidas a concurso instituições de crédito e companhias de seguros" que, conjuntamente com o BPSM, não tivessem mais de 2500 milhões de contos de activos, devido ao problema da concentração "susceptível de provocar desequilíbrios significativos no mercado financeiro nacional". Agora, com a aquisição do BTA autorizada pelo Governo, o conjunto dos activos ultrapassa os 4000 milhões de contos. Mas como esse argumento já não serve Champalimaud, antes pelo contrário, os potenciais riscos da excessiva concentração bancária foram imediatamente dissipados pelo Governo!!

E se a Comissão para o Mercado de Valores Mobiliários mantiver a posição do seu presidente de que "a única forma de viabilizar que esta operação pudesse ser feita sem OPA era acabar com as OPA em Portugal", então o Governo, mais uma vez, fará um decreto-lei excepcional para isentar Champalimaud.

E se o Governo dissipou os perigos da concentração bancária em favor de Champalimaud... o BCP não perdeu tempo e saltou de imediato com a segunda OPA sobre o BPA (pelo sim pelo não, acobertado pelos Mello a quem o Governo tinha anteriormente garantido apoio para aquisição do BTA ao Banesto). Com inteiro sucesso, como previa.

Os argumentos de verão do Governo desapareceram como que por encanto neste início de inverno... com a entrada em cena de Champalimaud.

E diz o PS (que já manifestou apoio a estas operações) que há um "vácuo na governação do país"! Vácuo? O que há é a continuação, sem hiatos e sem qualquer pudor, de uma governação de privilégio do grande capital e de regresso do passado. E o PS continua a insistir que Cavaco Silva deve continuar a governar até Outubro!!! Porquê esta tolerância do PS???



Metalomecânica pesada é essencial ao País

«Recuperar e viabilizar a metalomecânica pesada nacional» foi o tema de um debate promovido na passada semana pela DORL, o qual noticiamos na última edição. Hoje, publicamos parte importante do documento do Encontro, bem como damos relevo à intervenção proferida pelo Secretário-Geral do Partido, camarada Carlos Carvalhas, que encerrou a sessão.

A Metalomecânica Pesada (MMP), designadamente a Sorefame, Mague e Cometna, concebeu e construiu com elevada componente nacional dos mais importantes equipamentos para as principais infra-estruturas produtivas da economia portuguesa. Entre muitos outros equipamentos construídos por empresas do sector da MMP, destacam-se:

- Centrais para fins eléctricos e outros aproveitamentos:
- *de origem hídrica* — Castelo de Bode, Carrapateiro, Régua, Miranda do Douro, Picote, Bem-Posta, Valeira, Pocinho, Fratel, Belver, Alto Lindoso, Agueira, Raiva, Crestuma, Torrão, Touvedo, Sistema Serra da Estrela, Vilarinho das Furnas, Pracana, Alto Rabagão, Vila Nova, Sistema Ave, Sistema Nisa, Pego do Altar, Vale do Gaio, Cabril, Bouça, entre outras;
- *de origem térmica* — Tapada do Outeiro, Carregado, Barreiro, Setúbal, Sines, Tunes, Pego (1.º grupo), entre outras.
- A quase totalidade do material circulante ferroviário (passageiros e mercadorias) da CP e Metropolitano de Lisboa;
- Vários equipamentos elevatórios: entre estes, os pórticos de grande tonelagem para a Indústria Naval, e fundição de peças e elementos de grande porte.

Para o exterior, a Sorefame e Mague, devido à capacidade técnica e prestígio adquiridos, construíram importantes equipamentos mecânicos e material circulante para um vasto número de países, tais como: Angola, Moçambique, Brasil, EUA, Zaire, Quênia, Marrocos, Costa Rica, Guatemala, Venezuela, Arábia Saudita, Irão, Iraque, Espanha, Turquia, Índia e vários outros.

É um facto incontestável que o Sector da Metalomecânica Pesada, pela evolução que teve, adquiriu uma importância estratégica para a economia nacional e, em particular, para a indústria pesada. Apetrechou-se, desenvolveu tecnologia própria, criou capacidade de produção e técnica, para responder às grandes necessidades do desenvolvimento económico nacional. Nos anos 80, contava com 13 mil trabalhadores e uma das forças de trabalho mais qualificada do aparelho produtivo nacional. O Estado português detinha 60% do capital social do sector e em algumas empresas era mesmo superior a 80%.

Liquidados mais de 10 mil postos de trabalho

O abandono da produção nacional e a destruição do aparelho produtivo, o desemprego crescente, a política da chamada «contenção salarial», os salários em atraso, são algumas das consequências económicas/sociais mais graves da política de direita do Governo do PSD para acelerar a reconstrução do capitalismo monopolista de Estado.

Os efeitos de tal política no sector da Metalomecânica Pesada

Extractos da intervenção de Carlos Carvalhas

(...)

As consequências da política de direita estão bem patentes no sector da Metalomecânica Pesada e são um retrato exemplar do decénio cavaquista.

Num sector em que Portugal conseguiu construir «know how» próprio, com prestígio internacional e com inegável contributo para o desenvolvimento da economia, a política de direita tem vindo ano após ano a liquidar esta indústria.

Nos últimos anos, em particular a partir de 1990, foram encerradas várias empresas e unidades fabris, de que são de destacar a MOMPOR, Equimetal, FBL, SGM, SMM e SEPSA.

A Sorefame e a Mague, dois grandes baluartes da Metalomecânica Pesada, estão hoje reduzidas a um papel marginal e subsidiário. A Mague/Alverca passou de 2600 trabalhadores para menos de 300 postos de trabalho, com a liquidação na prática da sua capacidade produtiva.

No conjunto do sector foram despedidos mais de 10 mil trabalhadores, gerando graves problemas de grande insensibilidade e desumanidade.

A entrada da multinacional alemã ABB no sector foi fundamentada pelo Governo como condição essencial para responder aos «desafios da competitividade», para conquistar novos mercados e para se «internacionalizar o sector».

Os resultados estão à vista. Infelizmente, confirmaram-se as piores previsões que o PCP e as estruturas dos trabalhadores fizeram na

têm sido demolidores para o sector e a economia nacional e de resultados sociais dramáticos para milhares de trabalhadores. Nos últimos anos, em particular a partir de 1990, são encerradas as fábricas da

MOMPOR, Equimetal, FBL, SGM e a SEPSA; a Mague/Alverca passa de 2600 para menos 300 postos de trabalho, com a liquidação na prática da sua capacidade produtiva; a Cometna, que teve mais de 1900 postos de trabalho, tem hoje cerca de 300, tendo-se assim quase desperdiçado um investimento produtivo de mais de 10 milhões de contos; a Sorefame perde mais de 1800 postos de trabalho. No conjunto, são despedidos mais de 10 mil trabalhadores, gerando-se problemas de reorganização da vida profissional, sociais e familiares, de profunda angústia e desumanidade.

O Governo PSD, prosseguindo uma política que sacrifica a produção e os interesses nacionais, abre, a partir de 1990, as portas do sector da MMP à ABB — Asea Brown Boveri (multinacional de capitais suecos e suíços) detendo esta, hoje, a larga maioria do capital social do sector.

A entrada da ABB na MMP sempre foi fundamentada pelo Governo como condição para responder aos «desafios da competitividade» do sector e à «internacionalização da economia». Defendeu a ABB, depois de deter algum peso no sector, que era preciso «reduzir alguns efectivos», «flexibilizar» para «responder aos desafios» e «crescer de forma rápida e económica».

Confirma-se, hoje, como o PCP e as Estruturas Representativas dos trabalhadores sempre afirmaram, que o real propósito da multinacional era reduzir drasticamente a capacidade produtiva da MMP e apossar-se do prestígio de empresas como a Sorefame e a Mague e das suas quotas no mercado nacional e internacional.

É inquestionável que a causa principal da situação a que chegou a Metalomecânica Pesada radica na política de direita que para servir os objectivos e interesses dos grandes grupos capitalistas nacionais e estrangeiros, opta em vários sectores pela liquidação ou redução brusca da produção nacional. O Governo do PSD, subordinado aos interesses de classe que representa, foi, é, um fiel agente dos negócios e dos objectivos de desmantelamento que a ABB tem prosseguido na Metalomecânica Pesada Nacional. Com tal objectivo usou a posição do Estado português no capital social das empresas do sector para melhor servir e defender os interesses do Grupo ABB. Apoia com 231 mil contos do IAPMEI e fundos do PEDIP os chamados Planos de «reestruturação, modernização» concretizados pela ABB na MMP, cujos resultados sociais e económicos constituem um autêntico crime contra os interesses nacionais.

Com tal política para a Metalomecânica Pesada, é provocada uma brutal redução (mais de 70%) da capacidade produtiva instalada, é desmantelada parte substancial de uma força de trabalho das mais qualificadas do país e suporte essencial do desenvolvimento económico nacional, desperdiça-se uma das nossas principais riquezas — o trabalho produtivo dos portugueses.

altura. O real projecto da multinacional, com a subserviência do Governo, foi reduzir drasticamente a capacidade produtiva, apossar-se do prestígio das empresas, como a Sorefame e a Mague, deslocar as encomendas para as suas fábricas no estrangeiro e reduzir as empresas a meros escritórios de representação com um núcleo produtivo mínimo.

E tudo isto com o fechar de olhos do Estado português que apoiou com 131 mil contos através do IAPMEI e com fundos do PEDIP.

Os chamados recursos de «reestruturação e modernização» do sector, concretizados pela multinacional ABB, cujos resultados sociais, económicos e financeiros constituem um autêntico atentado contra os interesses nacionais.

É sabido que, designadamente, a Sorefame, a Mague e a Cometna conceberam e construíram, com importante tecnologia própria e com uma elevada componente nacional, importantíssimos equipamentos para as principais infra-estruturas da economia portuguesa, para as centrais de origem hídrica e térmica, para a CP, Metropolitano de Lisboa, para a indústria naval e para o exterior (Brasil, EUA, Arábia Saudita, Espanha, Turquia...).

O seu estado actual é um libelo acusador à política do PSD. Perdeu-se capacidade produtiva, tecnologia própria, mercados, e se hoje o país quiser produzir equipamentos do sector já nem sequer tem essa possibilidade terá que os importar.

É esta a modernização do aparelho produtivo do PSD, é este o exemplo de como estamos a apanhar o «pelotão da frente». Menos

Propostas do PCP

O PCP, os trabalhadores da Metalomecânica Pesada e as suas Estruturas Representativas têm desde sempre se oposto e desenvolvido a luta contra os objectivos de tal política para o sector e a economia nacional. Manifestaram a diversos órgãos de soberania as suas opiniões e apresentaram propostas e soluções para viabilização da MMP e afirmaram sempre a sua disponibilidade de contribuir com o seu esforço e inteligência para tal objectivo. No entanto, em todos os momentos, a política de direita do PSD falou mais alto e sempre defendeu os negócios e interesses, as «reestruturações» da ABB contra o interesse nacional e dos trabalhadores.

O PCP considera e defende, hoje com razões acrescidas, que a Metalomecânica Pesada Nacional é necessária e indispensável para vencer o atraso, explorar no interesse do país os nossos recursos e ser factor positivo e motor do desenvolvimento económico nacional.

No quadro de uma nova política que tenha no seu centro a defesa dos interesses nacionais e dos trabalhadores, de acordo com o valor estratégico para a economia portuguesa do sector da MMP, o PCP defende, tal como a Constituição da República consagra, a intervenção do Estado Português no sector para garantir e assegurar o seu papel motor no desenvolvimento económico do País e o con-

tributo ímpar que dá para a Independência Nacional. O PCP defende que, de acordo com o interesse nacional e as cláusulas de protecção do sector até 1997, negociadas aquando da entrada de Portugal na CEE, sejam asseguradas às empresas nacionais, nos concursos internacionais, as condições indispensáveis à salvaguarda da viabilização do sector e dos interesses do país. Defende que, neste quadro, sejam consideradas medidas e acções que a partir da formação técnico-profissional dos trabalhadores da MMP se promovam projectos de formação profissional que preencham as necessidades de mão-de-obra especializada que a necessária industrialização do País exige.

O PCP defende, sempre o tem defendido, ser uma necessidade objectiva do desenvolvimento económico e do futuro independente de Portugal uma opção de industrialização, de elevado teor da Metalomecânica Pesada e de outros sectores produtores de equipamentos, que contribuam decisivamente para vencer o défice tecnológico do País. O PCP pronunciou-se e exorta à criação dum forte movimento de opinião pública pela recuperação e viabilização da MMP, a salvaguarda da produção nacional e modernização do nosso aparelho produtivo, pilar essencial da independência e do progresso social de Portugal.

industrialização, menos conhecedores, com menor tecnologia própria, mais dependentes e subcontratados e com menor nível de emprego e capacidade de gerar valor acrescentado nacional.

A situação da Metalomecânica Pesada e a sua evolução nestes últimos anos é uma prova evidente que é necessário e com urgência uma nova política, uma política de esquerda que sirva os interesses dos trabalhadores, do povo e da economia nacional e não os grandes senhores do dinheiro, as actividades especulativas e parasitárias e o capital estrangeiro.

A Metalomecânica Pesada é necessária ao país para vencer o atraso, aproveitar os nossos recursos, gerar emprego e desenvolver a tecnologia nacional. O Estado português não se pode alhear da sorte deste importante sector e deixar afundar ainda mais o que resta.

De acordo com o interesse nacional e as cláusulas de protecção do sector até 1997, negociadas aquando da entrada de Portugal na CEE é também necessário que sejam asseguradas às empresas nacionais, nos concursos internacionais, as condições indispensáveis à salvaguarda da viabilização do sector e dos interesses do País e que, neste quadro, sejam consideradas medidas e acções que a partir da formação técnico-profissional preencham as necessidades de mão-de-obra especializada que a necessária industrialização do País exige.

A necessidade e objectivos do desenvolvimento do País, o aproveitamento dos nossos recursos, a promoção do investimento e do consumo interno, são factores essenciais para dinamizar o sector. (...)

Gravuras rupestres de Foz Côa

Paleopolítica cultural

Compararam-se os achados arqueológicos de Foz Côa aos das famosas pinturas rupestres das grutas de Lascaux, em França, ou às das espanholas de Altamira. Para os arqueólogos portugueses, este conjunto de arte paleolítica ao ar livre, ameaçado pela construção de uma barragem, é o maior actualmente conhecido no mundo, só havendo cinco outros sítios semelhantes: um em Portugal, três em Espanha e um em França. Será pois um património mundial que, apesar de descoberto há dois anos, nem sequer ainda foi classificado como património nacional e cujo destino oscila entre a ameaça da sua perda ou o ser submergido pelas águas do Douro. Resultados de uma política cultural e científica digna dos tempos do Paleolítico.

O Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico (IPPAR), a entidade do Estado com responsabilidades na matéria, é acusado, no mínimo, de negligência, e

parece finalmente disposto a tomar as medidas básicas de protecção e estudo da zona - que se estende por mais de três quilómetros - depois de uma polémica que nas últimas semanas revelou o abandono governamental em que se encontra a arqueologia portuguesa, para a qual são atribuídos orçamentos absolutamente ridículos e cuja actividade existente - de relevância mundial - vem essencialmente do mérito e sacrifício pessoal dos arqueólogos, do apoio de algumas municipalidades e de uns dinheiros comunitários que de uma forma ou de outra se vão conseguindo.

A história da descoberta de Foz Côa é descrita, passo a passo, num documento enviado à Comissão do Património da Assembleia da República por 18 docentes universitários de Arqueologia que participaram numa Conferência-Debate e numa visita à jazida realizadas em 18 de Dezembro passado em Vila Nova de Foz Côa.

Ocultar

Aceite, até estudos mais detalhados, a datação das pinturas em 20 mil anos antes do presente, os universitários recor-

dam que o próprio achador, o arqueólogo Nelson Rebanda, revelou que as primeiras identificações foram feitas ainda em 1992. Depois, em 1993, foram descobertas novas pinturas, mas a subida das águas no Inverno seguinte não permitiu a continuação das prospecções.

Assim «foi só no Verão de 1994 que se iniciaram os trabalhos de registo (fotografia e decalque) das figuras, no quadro dos quais foram localizadas mais rochas gravadas». A maioria dessas figuras nunca esteve submersa pelas águas da barragem do Pocinho, ao contrário do que se chegou a afirmar.

Estes arqueólogos acusam Nelson Rebanda de ter ocultado da comunidade científica «durante mais de dois anos as descobertas por si realizadas; essa ocultação, segundo o próprio, foi deliberada, daí decorrendo uma situação que configura um quadro de utilização abusiva em proveito pessoal de trabalhos executados na sua qualidade de servidor do Estado».

Cumplicidades

De facto, foi ao serviço do IPPAR que o técnico efectuou aqueles primeiros estudos, o que resulta numa situação



e científica

grave: «a hierarquia do IPPAR foi cúmplice desta ocultação, conforme resulta das declarações realizadas na Conferência-Debate por Lino Tavares Dias, técnico da respectiva Delegação Norte e representante na Comissão IPPAR-EDP, responsável pelo acompanhamento dos trabalhos, e por Nuno Santos Pinheiro, presidente do IPPAR; ambos admitiram ter tido conhecimento das descobertas desde há pelo menos um ano, sendo portanto solidariamente responsáveis pela sua não divulgação».

Depois da repercussão pública que este caso teve, o presidente do IPPAR tentou, em entrevista ao «Expresso» publicada em 7 de Janeiro, desmentir esta acusação, dizendo que quando esteve em Foz Côa, há um ano, foi por outros motivos, e que na altura Nelson Rebanda lhe teria dado «algumas pistas gerais sobre aquilo que estava a fazer. Mostrou-me um desenho de um cavalo que, aliás, já era conhecido. E eu desejei-lhe boa sorte». Pouca curiosidade tem Nuno Santos Pinheiro sobre o trabalho que, em última análise, decorre sob sua responsabilidade!

Aproveitar desorientação

A EDP, por seu lado, tentou salvaguardar o seu papel neste assunto e procurou aproveitar a desorientação das entidades responsáveis para criar condições ao prosseguimento da construção da barragem. Num comunicado de página inteira publicado como publicidade em inúmeros jornais de expansão nacional, a empresa começa por dizer que não será por causa dela que o património arqueológico «correrá qualquer perigo» (o que admite a sua possível preservação debaixo de água) e dá substância à defesa do interesse socioeconómico da construção da barragem no contexto do aproveitamento hidroeléctrico do Douro Nacional e de desenvolvimento da região.

Em letras de imprensa, ficou recordado que antes do início dos trabalhos de construção, a EDP «celebrou um protocolo com o Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico» e que «tomou simultaneamente a iniciativa de aprofundar os estudos arqueológicos na zona» quando decidiu avançar com a barragem, o que permitiu saber, de facto, o valor real dos achados.

Para a empresa, estes argumentos chegam para demonstrar a sua boa-fé, mas, no entretanto, escudada na necessidade de se procederem a mais estudos, não admite suspender as obras ou - ao contrário do que chegou a ser noticiado - proceder a estudos de eventual transferência da construção da barragem para outro local. É que o tempo, aqui, conta a seu favor, e alguns meses de arrastamento da situação podem ser suficientes para inviabilizar qualquer outra solução que não seja o simples alagamento dos achados, depois de cerca de quatro anos de estudo arqueológico - tempo que demora a concluir a obra hidroeléctrica.

Quais os ganhos e as perdas de um processo desse tipo?

■ Pedro Tadeu

Alagar ou mostrar?

O impacto público da polémica em torno dos achados de Foz Côa teve a vantagem de, aparentemente, pôr o IPPAR a funcionar. O pedido de classificação dos achados como património nacional, a formação de equipas para fazer o estudo e levantamento do local, o pedido à EDP para suspensão das obras da construção da barragem até que uma equipa da UNESCO apreciase o local entre 29 do corrente e 4 de Fevereiro são algumas das medidas que já há muito tempo deveriam ter sido tomadas.

O pedido à EDP implica também o abaixamento actual das águas, para se apurar da existência de pinturas submersas, sendo igualmente possível ter uma primeira ideia das consequências da submersão das obras do Paleolítico.

Vandalismo

Esta é uma questão que tem sido levantada como a possível saída para a resolução do problema: procedimento de estudos até à conclusão das obras da barragem (um período de quatro anos) e posterior alagamento da zona que, hipoteticamente, protegeria as obras da erosão do tempo e do vandalismo das pessoas.

Uma discussão estranha ao passar-se por cima do direito ao usufruto pela população em geral do património que é também seu e não somente da comunidade científica. Seria, por exemplo, inadmissível enterrar as pirâmides do Egipto para as salvar das evidentes agressões causadas pela exposição ao ar livre e pela visita de milhões de pessoas - situação extre-

A questão da submersão das obras só começou a ter defensores quando Jean Clottes, o presidente do Comité Internacional de Arte Rupestre, admitiu ser essa uma possível solução para o problema num relatório enviado ao IPPAR a 28 de Dezembro onde, apesar de tudo, se salvaguardava a necessidade de se proceder ao estudo geológico e da qualidade das águas, para apurar da sua compatibilidade.

O francês mostra-se preocupado com o vandalismo das pessoas e, certamente, não terá sido indiferente a toda a polémica que se desenvolveu em torno do caso.

Burundi

Uma posição que levaria o arqueólogo Cláudio Torres a dizer, ironicamente, que «um bom técnico como ele chega de fora, verifica que há um projecto em curso para destruir os vestígios, que o Governo do País não se entende sobre o que fazer, como se estivessemos no Burundi, não pode deixar de dizer o que ele disse: à cautela, o melhor é afundar tudo, sempre fica mais protegido» («Público» 5 de Janeiro).

O director do Campo Arqueológico de Mértola, galardoado com o Prémio Pessoa de 1991, teve necessidade entretanto de se demitir do Conselho Consultivo do IPPAR, depois de estar numa reunião onde se viu perante uma quase unanimidade de deixar acontecer a construção da barragem. No entender de Cláudio Torres, trata-se de uma desistência grave, por isso optou por estar fora do Conselho Consultivo para «dizer o que me apetece, sem estar ligado a nenhum tipo de compromissos», nomeadamente

«com o IPPAR, que pertence à Secretaria de Estado da Cultura, que não lhe dá dinheiro e que, por isso, faz investigação pago pelas próprias organizações que destroem o património, desde as celulosas à EDP» (citado em «Público» do dia 10 de Janeiro).

Para as pessoas

Um dedo posto na ferida na denúncia de uma forma de actuação que tem similitude com a protecção ambiental: no nosso país são as celulosas que pagam grande parte dos programas de defesa do ambiente, desde que, obviamente, tal não afecte a sua actividade poluidora e de agressão do tecido florestal.

Para Cláudio Torres, numa posição que é acompanhada por muitos arqueólogos portugueses, a solução para Foz Côa, para além do estudo científico, poderia passar pela criação de um parque arqueológico, delimitado geograficamente e vigiado pelas autoridades competentes. Estaria assim criado um pólo de desenvolvimento para a região, protegendo-se as obras dos tão receados actos de vandalismo.

Será preciso mais - saber o que fazer da barragem - mas qualquer solução que viabilize a preservação com o usufruto das obras será certamente melhor que o simples «guardar para as gerações futuras».

■ PT



Foto LUSA

ma que, diga-se, decerto não acontecerá em Portugal, dada a pouca espectacularidade - que nada tem a ver com o seu valor científico - das pinturas de Foz Côa e a sua localização climática, bem mais suave que a do deserto.

EDP mantém obras

Para já, sabe-se que até agora a EDP recusa suspender as obras, nem que seja pelo período de 20 dias pedido, o que será revelador das suas intenções para o futuro. Há milhares, talvez milhões de contos, já investidos que têm a força que têm.

Alemanha nazi a caminho do desastre total

■ Manoel de Lencastre

A situação estratégica alterou-se por completo depois da vitória soviética de Stalinegrado. O moral dos povos soviéticos, a confiança dos seus governantes, o êxito claro dos comunistas, a todos os níveis, impulsionavam agora toda a URSS para novas vitórias. A superioridade das armas soviéticas estava, finalmente, demonstrada. A capacidade de produção industrial do socialismo e os meios praticamente inesgotáveis da economia socialista planificada tinham-se revelado, na hora exacta, com gigantesca exuberância.

A medalha da 1.ª classe n.º 1 da «Ordem de Suvurov» foi atribuída a Georgi Jukov que, pouco depois, seria feito «Herói da União Soviética». Rokossovski, Vasilievski, Voronov, Vatutin, Ieremenko foram, igualmente, distinguidos com a medalha da mesma Ordem – 1.ª classe. Numerosos outros generais, oficiais, sargentos e praças receberam, também, sob inúmeras formas, provas do reconhecimento da sua coragem e dos seus sacrifícios. Quem eram essas multidões de heróis? Os seus nomes constam dos registos, fazem parte da História da URSS. Mas já poucos os conseguem recordar. Os seus actos, todavia, foram imortais.

Leninegrado respira

Outro considerável êxito surgirá, entretanto (!). As Frentes de Leninegrado (Dukanov), Volkov (Romanovski) e a ala direita da Frente Norte-Occidental (Timochenko) (?), agindo em conjunto contra o «Grupo de Exércitos Norte» (von Leeb) conseguiram, a 12 de Janeiro, romper o cerco que estrangulava a cidade do Neva. Forças dos generais Govorov e Meretskov tinham, a 18, estabelecido contacto entre si e investido e capturado a fortaleza de Schlüsselburg. Já a 1 de Janeiro, tombara Vielikie Luki e, a 3, Mozdok. O rompimento do cerco a Leninegrado foi outro ponto de viragem na histórica luta pela cidade de Lenin. Nesta operação (Iskra) os grupos de choque de Dukanov e Romanovski (67.º e 2.º exércitos de tropas de choque) distinguiram-se, especialmente. As comunicações por terra entre a cidade e o resto do país foram restabelecidas.

Isto, como é evidente, não alterava a situação que se desenvolvia a sul da URSS. Mas significava tudo para Leninegrado e para os seus habitantes a cujo heroísmo em massa e a cuja abnegação já nos referimos anteriormente. Ao mesmo tempo, a acção vitoriosa das referidas Frentes soviéticas, a Norte, significava para os hitlerianos a virtual proibição de transferência de forças de reserva para outros teatros de operações de guerra.

Chegava ao seu termo, assim, o primeiro período do terrível conflito que estava a ensanguentar o mundo. A «Wehrmacht» sofrera perdas de que jamais poderia recuperar – até Novembro de 1942, deixara no terreno mais de dois milhões de homens (mortos, feridos, desaparecidos). A URSS, pelo contrário, partia para a exaltante e patriótica guerra de libertação total dos seus territórios ainda ocupados. Mas os planos para a entrada no «Reich» e para a captura da sua capital, Berlim, já rolavam sobre as mesas do Estado Maior (?), da «Stavka» e do marechal Stalin. Grupos de «Guardas» soviéticos nasciam como cogumelos. «Guardas», era o título máximo que recebiam as forças que com mais heroísmo se distinguiam. Existiam, em princípios de 1943, 798 grupos, formações, unidades, navios, que exibiam nos seus estandartes esse título sem paralelo – Guardas soviéticos. A reorganização do Exército Vermelho era uma questão constante. A selecção dos comandos fazia-se, já, com muito mais cuidado e na base de provas dadas em combate. O mesmo quanto à nomeação de comissários políticos e dos organizadores partidários.

Alemanha hitleriana estupefacta

Mas, na Alemanha nazi, sombras pavorosas erguiam-se à vista do seu povo, para abraçá-lo. Começava a compreender-se a catastrófica aventura em que Adolf Hitler e o partido nazi haviam lançado o país. A «Wehrmacht» já não podia fugir ao fantasma psicológico que a perseguia constantemente desde Stalinegrado. O Natal de 1942 encontrou a nação germânica afundada num fatal espírito de profundo cepticismo. Longe, iam já, os grandes momentos de vitória. A repressão e a propaganda agiam de mãos dadas. O inimigo n.º 1 já não era a Inglaterra e o seu império, mas a ameaça soviética que pairava sobre toda a Europa. Comunistas alemães, social-democratas, liberais, judeus, eram perseguidos em todo o país e, igualmente, na Áustria, na Boémia-Moravia, na Noruega, na França, na Holanda, na Jugoslávia, na Grécia. Erguiam-se enormes campos de concentração para receber essas massas de gente sem defesa, mas, depressa foi encontrado o verdadeiro nome para esses campos: «Vernichtungslager», ou seja, campos de extermínio.

Martin Bormann fez a declaração solene de que a filosofia (?) nazi era irreconciliável com qualquer das diversificações do Cristianismo. Todas as ideias de origem bíblica passariam a ser suprimidas e substituídas pelo credo nazi. A 30 de Janeiro de 1943, Hitler fugiu à realização do habitual discurso de aniversário do III Reich. Foi Goebbels quem

se duvidava de que estavam perto, para se viverem, as mais terríveis horas da sua história.

Operação «Cidadela» – prelúdio de Kursk

A meio de Março de 1943, tudo se alterava, rapidamente, nas frentes de combate. Já em Fevereiro (8), o Exército Vermelho recuperara Kursk. A 9, entrara em Belgorod, a 14 em Rostov, a 16 em Kharkov, a 3 de Março em Rzhev, a 12 em Viazma. Mas, num esforço total, grupos de forças «Panzer» SS, voltavam a entrar em Kharkov, a 15 de Março, e em Belgorod, a 18. E no próprio dia em que os nazis recuperavam Kharkov, o quartel-general do Führer emitia o seguinte comunicado: «Logo que as condições do tempo o permitam, lançaremos a operação "Zitadelle", a primeira das nossas ofensivas em 1943. Todos os comandos, todos os soldados devem ter consciência do significado desta ofensiva. A vitória de Kursk (!) foi um farol que serviu para dar luz ao mundo (?). O objectivo da nossa ofensiva consiste no lançamento de um poderoso ataque a partir da área de Belgorod, e de um segundo movimento que, surgindo da zona a sul de Orel, cerque e destrua as formações inimigas operando à volta de Kursk.»

Esta seria a última tentativa da «Wehrmacht» para recuperar a iniciativa estratégica que perdera após Stalinegrado e procurar, uma vez mais, alterar o curso dos acontecimentos, a seu favor. Para a concretização desta operação, os hitlerianos tinham feito concentrar um sólido e poderoso grupo de forças

de ataque – 50 divisões de tropas «elite», incluindo 16 «Panzer» e motorizadas dispoendo de apoio aéreo. O conjunto compreendia cerca de 900 000 homens, 10 000 canhões e morteiros, perto de 2700 tanques, mais de 2000 aviões. Depositavam-se largas esperanças nos novos tipos de tanques saídos das fábricas germânicas de trabalho escravo de operários estrangeiros, os «Tigers» e os «Panther», assim como nos novos canhões de assalto «Ferdinand» e nos aviões «Focke-Wulf 190A» e «Heinkel 129».

Entre os melhores agrupamentos que formariam para a operação «Zitadelle», contava-se o 3.º Corpo de Exércitos «Panzer» comandado pelo general de tropas «Panzer», Hermann Breith, o qual incorporava as 6.ª, 7.ª e 19.ª divisões «Panzer» (Major-general Walter von Hunnersdorf, Tenente-general Hans Freiherr von Funck e Tenente-general Gustav Schmidt) além da 168.ª divisão de infantaria sob o comando do Major-general Walter Charles de Beaulieu, e de diversas outras unidades.

Tanto o 3.º como os 11.º e 41.º Corpos de Exércitos «Panzer» per-

tenciam ao exército do general de tropas «Panzer» Werner Kempf que, normalmente se designava como «Armeeabteilung Kempf».

As forças da operação «Zitadelle» acabariam, depois, por ser incorporadas nos movimentos do «Grupo de Exércitos Centro» (marechal de campo von Kluge) e do «Grupo de Exércitos Sul» (marechal de campo von Manstein). Em conjunto, todas estas gigantescas formações travariam, contra as diversas Frentes soviéticas, aquela que seria a maior batalha de carros de combate jamais travada – Kursk.



admitiu, pela rádio, aquilo que acabara de acontecer em Stalinegrado. Mas fê-lo em termos mentirosos, como seria de esperar. Segundo ele, o 6.º exército e os seus comandantes tinham, simplesmente, aceite fazer o sacrifício supremo para conter as «hordas asiáticas» e tornar possível ao Alto Comando germânico estabilizar a situação da guerra contra a URSS.

O conceito de «guerra total» propagou-se em toda a realidade alemã. Tornou-se obrigatório o registo militar de todos os homens entre os 16 e os 65 anos de idade e de todas as mulheres dos 17 aos 45 anos. O comércio ia ser encerrado para que o seu pessoal fosse canalizado para as forças armadas. Mandaram-se fechar mais de 1000 jornais. Crescia o poder das SS. Heinrich Himmler, chefe da Gestapo e de todas as polícias alemãs, tornou-se ministro do Interior. Cerca de 600 trabalhadores de subúrbio de Siemensstadt (Berlim) foram enviados para campos de trabalho escravo por haverem protestado contra a situação do país. Caía sobre a existência do povo alemão uma generalizada apatia. Já não

(!) Operação «Iskra». Compreendia a derrota dos nazis no sector Lipka-Gaitolovo-Moskovskaia Dubrovka-Schlusselfurg, onde o bloqueio seria rompido.

(?) Vorochilov era o representante directo da «Stavka» em Leninegrado.

(*) A. I. Antonov já estava, praticamente, no lugar de Chefe do Estado Maior, dado que Vasilievski era constantemente enviado pela «Stavka» ou por Stalin em missões junto das tropas.

(*) Referia-se à reocupação de Kharkov e Belgorod.

(*) Conhecida expressão de Adolf Hitler. Ver «Kriegstagebuch des Oberkommandos der Wehrmacht, 1940-45», vol. III, Frankfurt-am-Main, 1962, pág. 1425.

■ Zillah Branco

A mundialização do trabalho (conclusão)

A mobilidade da mão-de-obra não reduz o desemprego

No 6.º relatório sobre o Emprego na Europa, a Comissão Europeia declara que uma maior flexibilidade e maior mobilidade da mão-de-obra não representa uma real solução para o problema do desemprego na Comunidade. Entre os trabalhadores da União Europeia, 17% não ocupam os seus empregos há cerca de um ano. No edifício do Parlamento Europeu, em Estrasburgo, os funcionários têm contrato precário que muitas vezes não lhes garante mais de 5 meses de trabalho por ano. Na Espanha, a mobilidade é maior: 28% ocupam um novo emprego e a taxa de desemprego é a maior da Europa. Nos países mais estáveis a taxa é mais reduzida, como é o caso do Reino Unido e da Dinamarca. A Grécia, a Itália, a Bélgica, a Alemanha, o Luxemburgo, têm 15% de mobilidade com diferentes taxas de desemprego.

Esta questão coloca problemas de ordem psicológica quase tão graves quanto a *expatriação* e a *emigração*. A instabilidade no local de trabalho, na actividade profissional, no relacionamento com os companheiros de trabalho, para não falar na insegurança de permanência do meio de subsistência, afectam profundamente o equilíbrio emocional da pessoa com todos os efeitos acima enumerados. Mas que governo ou empresa estão preocupados com tais *detalhes*? De modo geral pensam como o responsável pela empresa aeronáutica francesa que considera não *ser problema seu*. Com os cérebros programados apenas para cálculos financeiros, estas questões não interferem no custo-productividade-lucro que os preocupa essencialmente.

O relatório da União Europeia refere o facto de que as despesas de trabalhadores dão-se mais em razão da fraqueza de rendimentos do que pela incapacidade de emprego da própria empresa ou do baixo nível de produtividade do trabalhador. Daí gera-se todo o fenómeno da pobreza que afecta a população e também o sector empresarial. Mas, pode-se perguntar se as ambições de rendimento não estão a ser inflacionadas pela megalomania decorrentes do estágio *imperial* que as multinacionais implantaram em todo o mundo. Os padrões adoptados por países supostamente desenvolvidos estão a consumir o potencial equilibrado de que seriam dotados se reconhecessem os seus atrasos reais.

Entre 1985 e 1992, o sector de serviços foi o principal criador de empregos na União Europeia. A perda de empregos deu-se principalmente na agricultura, enquanto que o sector técnico passou de 15% do total em 1983 para 40% em 1992. Hoje a maior parte dos assalariados da União Europeia estão em pequenas empresas. Em 1991, as empresas com menos de 100 trabalhadores correspondiam a 55% do emprego e as com menos de 10 atingiam a cifra de 30%. Hoje a tendência é inversa, agravada com a proliferação do trabalho informal no domicílio que cresce sem legislação social. Curiosamente, a Comunidade Europeia segue o caminho dos países mais pobres do mundo onde o trabalho informal é o único recurso de sobrevivência da maioria da população que fica à margem de qualquer protecção social do Estado, e a aceitação de um horário de trabalho de 48 horas semanais começa a parecer uma garantia relativa de segurança. As altas estruturas do mundo laboral na Europa estão preocupadas em criar formas de contratos de trabalho e estatutos especiais para a produção domiciliar, distinguindo o *trabalho "one-line"* no domicílio do *trabalho autónomo* em que o trabalhador faz o seu próprio horário. Estas formas não são uma novidade, pois, na década de 60 o Japão já as recomendava e mesmo na Índia a indústria têxtil utilizava amplamente este sistema libertando-se dos encargos sociais.



O nível elevado dos encargos profissionais na Europa é outro factor a considerar. Em 1991, na União Europeia atingia 22% do custo da mão-de-obra, nos Estados Unidos 21% e no Japão 15%. Se somarmos as quotizações dos empregadores às dos assalariados e o imposto pago sobre os rendimentos do assalariado será de 45% na União Europeia, 40% nos Estados Unidos e 30% no Japão.

Segundo o relatório, em 9 países da União Europeia os custos de mão-de-obra (sem contar os salários) impostos pelos poderes públicos pesam proporcionalmente mais sobre os pequenos salários que sobre os mais elevados (com excepção do Reino Unido que incentiva a contratação dos baixos salários).

A desordem da famosa *economia de mercado* que tem mergulhado os ex-países socialistas da Europa no caos social e na dependência económica, completa-se ainda com o crescimento do comércio por televisão e por correio. Nos Estados Unidos, representa 480 milhões de contos, enquanto que na Europa já está na ordem dos 45 milhões de contos. Gostaria de saber como tudo isto é acompanhado pelo fisco ao qual o Conselho Económico Social recomenda perdoar as dívidas empresariais.

Mas há quem diga em Portugal que "as economias dos países desenvolvidos estão a evoluir em ritmo alucinante", reconhecendo apenas que "há dificuldades em enquadrar esta *retoma* de forma a permitir a evolução gradual do aparelho produtivo no sentido da adaptação às nossas condições de concorrência resultantes das dramáticas mudanças tecnológicas" (D.N. 19/12/94). Chega a atribuir a tal *evolução* o título de *festa* (para os ricos, evidentemente, pois a atribuir a tal *evolução* o título de *festa* (para os ricos, evidentemente, pois reconhece que os níveis de desemprego persistem). Chego à conclusão que a inventada *retoma* tem tanto a ver com as populações da Europa como a moda da alta costura com os fatos-macados. Mas o autor do artigo referido expõe algumas das verdadeiras causas que estão por detrás da *festa*: os níveis e poupança familiar degradam-se, há moderação salarial (mais conhecido por "aperta o cinto"), cai a militância sindical, aumenta a produtividade económica. Como sintoma de consciência social, a classe política fica desacreditada.

Este caos universal do sistema capitalista reproduz cenas passadas em outros tempos. Sir William Beveridge, lembrando que na década de 1940 o desemprego no Reino Unido atingia 10% da força de trabalho, considerava que "é o que uma economia não planificada pode fazer de melhor" e acrescenta: "O único remédio soberano que o capitalismo descobriu contra o desemprego é a guerra" (Full Employment in a Free Society, Londres/44). Os estudos que apontam para a necessária desumanização do sistema capitalista, que sacrifica a humanidade em benefício da

concentração da riqueza nas mãos de alguns poderosos, são antigos, vastos, do conhecimento universitário mundial. Adolf Berle e Gardiner Means, da Universidade de Columbia, já em 1933 previam que as grandes empresas favoreciam de tal modo a concentração do poder económico que poderiam destronar o Estado moderno, mesmo como organização social.

Em 1945, os Estados Unidos detinham 45% da produção mundial. Este poderio económico foi sustentado pelo *complexo militar-industrial*. As bombas atómicas sobre Hiroshima e Nagasaki, liquidando 200 mil pessoas soaram como alerta para os que não entenderam a mensagem que mais tarde se concretizaria na *nova ordem*. A guerra depauperou em homens e recursos materiais os países europeus. Os empréstimos financeiros do FMI foram aplicados em importação, o que *reciclou* o capital em benefício do comércio internacional e das empresas multinacionais. Beneficiou ainda projectos e apoios técnicos com altos salários como hoje se pratica em relação aos países subdesenvolvidos ou em estado caótico como alguns da ex-URSS.

O FMI e o Banco Mundial transformaram-se em "polícias do capital", especialmente no Terceiro Mundo e nos ex-países socialistas. Bilhões de dólares são aspirados pelas duas instituições em cada ano. "Uma pilhagem que se faz sob a forma de fluxo de lucros, legal ou ilegalmente exportados, de dividendos e de *royalties*, de fuga de capitais, de manipulação sobre os mercados de capitais ou de matéria-prima, de preço de transferência e drenagem de cérebros (os *expatriados* agora estudados pelas multinacionais europeias ao se tornarem uma numerosa população em constante mobilidade). As consequências desta dominação *imperial*, como diz o francês Ghéhenno no seu livro "O Fim da Democracia", são apresentadas eufemisticamente nos países sugados como: *ajustamento estrutural*, *privatização* e *liberalização*, defendidos como condições essenciais da economia de mercado entendida como democracia.

(Nota: Muitas das ideias aqui contidas coincidem com as de Frédéric F. Clairmont e de Michel Chossyovsky em importantes artigos publicados no jornal "Le Monde Diplomatique" de Dez/94.)

Os ricos, os pobres e as posições da Igreja Católica

■ Jorge André

Na sociedade portuguesa, cada vez mais afastada das prometidas metas europeias de prosperidade, o imperialismo capitalista progride e vai ditando as suas leis. Sucedem-se, sobretudo a partir de há pouco tempo, as fusões e as falências. Agudizam-se os grandes problemas nacionais. Persiste a inflação e aumenta o desemprego, com o seu inevitável cortejo de misérias. Em contraponto, os Champalimauds, Catrogas, Jardins e Mello, acenam com milhões e milhões de contos. Adensam-se os cenários dos antagonismos que opõem os ricos e os pobres. Dir-se-ia, pois, ser esta uma altura ideal para que a igreja portuguesa surgisse a defender em campo aberto a sua já declarada «opção preferencial pelos pobres».

Mas a igreja, como se sabe, é aquilo que é.

Os seus pastores foram educados no rígido culto da obediência à cadeia hierárquica e aos poderes estabelecidos. Tendem, portanto, a recolher-se e a distanciar-se dos problemas reais, tal como antigamente faziam nos claustros dos velhos seminários.

Face à parte do mundo católico que pastoreiam, os bispos portugueses dividem-se, mas de forma desigual. À entrada do terceiro milénio, a maior parte deles ainda confunde poder temporal e poder espiritual, interesses capitalistas e doutrina social da igreja.

Outros bispos, porém, em acentuada minoria, terão eventualmente a compreensão da gravidade e da complexidade dos problemas sociais que vivemos. A sua voz é frágil mas não deve ser esquecida.

Tudo isto vem a propósito do mundo católico português e das comédias dramáticas a que nele assistimos. Um primeiro-ministro que ameaça partir mas... que vai ficando. Os velhos banqueiros que regressam. Os bancos a estoirar de lucros que são vendidos ao preço da chuva. O governo que enriquece à custa das alienações e das privatizações mas que nunca tem dinheiro para a saúde, para o ensino ou para cumprir as suas obrigações em relação à segurança social.

Quando os bispos portugueses pretendem nada saber em relação ao que se passa, estão a faltar à verdade e importa que isto seja dito muito claramente. Todos eles, quaisquer que possam ser as suas perspectivas pessoais, avaliam bem o poderio político e financeiro da Opus Dei, da Companhia de Jesus, das Ordens Religiosas, das Mutualidades e Misericórdias, dos grupos seguradores ou da comunicação social de obediência eclesíastica, etc., etc. Fácil, também, lhes será constatar como esse poder capitalista cresceu à sombra dos negócios fáceis garantidos pelo BCP, pelo Banesto, pela União de Bancos ou pelo BPA, além de outros, todos eles subordinados ao núcleo central da Opus Dei.

A igreja portuguesa consente, pois, em guardar silêncio perante o desenrolar de um processo que, a alcançar os seus objectivos, teria como consequência a concentração de todos os capitais existentes em Portugal numa única entidade, hipótese que se encontra em clara oposição aos princípios essenciais da doutrina social católica.

Recordava Paulo VI que «sobre as novas condições da sociedade construiu-se um sistema que considera o lucro como motor essencial do progresso económico, a concorrência como lei suprema da economia, a propriedade privada como direito absoluto, sem limite nem obrigações sociais correspondentes. Este liberalismo sem freio conduz à ditadura denunciada, com razão, por Pio XI, como geradora do **imperialismo internacional do dinheiro**».

É uma reflexão que hoje se deve recordar ao clero português.

A Inglaterra

Em 1918 e nos anos seguintes, a Inglaterra tentou apagar do mapa a Turquia como país independente e viável.

No *Foreign Office* (e no Departamento de Estado dos EUA) o assunto é considerado incómodo porque a Turquia é hoje um aliado de confiança na NATO e durante muitos anos desempenhou um papel importante na guerra fria, permitindo que os EUA instalassem no seu território uma cadeia de bases militares que constituíam uma ameaça para o Sul da URSS.

Mas a documentação oficial britânica já tornada pública não deixa lugar a dúvidas sobre o objectivo final da política que o Reino Unido desenvolveu para destruir a Turquia, inicialmente com a cumplicidade da França e da Itália e, posteriormente, usando a Grécia como principal instrumento. Neste artigo, chama-se a atenção para factos e situações que marcaram a acção do governo de Lloyd George na Região, durante esses anos, inseparável da estratégia global do imperialismo britânico para o Médio Oriente.



Tropas turcas em retirada, vencidas pela Grécia

Duas semanas antes da capitulação alemã, a Turquia saiu da Grande Guerra. O país estava arruinado, famélico, em processo de desagregação. O Armistício de Mudros, assinado a 30 de Outubro de 1918, impunha condições drásticas, mas aceitáveis. O Império Otomano, agonizante, renunciava a todas as Províncias Árabes (parcialmente ocupadas pelos ingleses), abria os Estreitos, entregava a Esquadra, desmobilizava o Exército e submetia-se ao controlo dos caminhos-de-ferro e das telecomunicações pelas Potências da Entente.

A frota inglesa do Mediterrâneo atravessou logo os Dardanelos e penetrou no mar Negro. Londres estava impaciente para iniciar no Sul o cerco e o ataque contra a Rússia revolucionária. Tropas britânicas ocuparam simultaneamente algumas regiões da Anatólia e o Distrito de Mossul (próximo da antiga Ninive, Assíria, na Alta Mesopotâmia), riquíssimo em petróleo.

Os franceses ocuparam Adana, na Cilícia, e os italianos Kónia e Adália.

Desmembrar a Turquia, ou mesmo eliminá-la, era o propósito inglês. Com a Rússia voltada para dentro, empenhada em defender a revolução socialista contra as ameaças internas e externas, o momento era propício para a aniquilação do Estado Otomano, conhecido nos meios políticos como «o grande doente da Europa».

Para atingir os objectivos imperiais e receber o máximo possível na partilha dos despojos, o governo de Lloyd George tratou desde o início de estimular o velho antagonismo greco-turco. Londres encorajou as ambições helénicas ao sugerir, logo no início de 1919, a formação daquilo a que chamou a Grande Grécia, que incluiria o território europeu da Turquia (com excepção de Constantinopla) e uma considerável área da Ásia Menor ocidental onde as comunidades gregas eram particularmente importantes (?).

O governo de Venizelos antecipou-se à partilha

O Presidente Wilson, dos EUA, sempre contraditório, complicou mais a situação ao sugerir que fossem garantidas as fronteiras futuras de uma Turquia diminuída em tamanho, mas segura. Que fronteiras? Que Turquia?

O povo turco recebeu com desconfiança a tentativa de mediação americana. Uma quinta coluna (Liga Wilson) preconizava o mandato dos EUA sobre o país...

Entretanto, nas montanhas do Taurus, a Norte da Síria, travavam-se os primeiros combates entre guerrilheiros turcos e tropas das potências aliadas. Um jovem general, Mustafá Kemal, que durante a guerra se destacara na batalha dos Dardanelos, e depois nos combates da Transcaucásia e das Províncias Árabes, assumiu o comando da Resistência, cada vez mais generalizada ao plano de destruição do país. Dois Congressos, o de Erzurum e o de Sivas, definiram as metas do movimento revolucionário que pretendia modernizar e laicizar o Estado e se batia por uma Turquia plenamente independente, distanciado da utopia pan-turca.

Impaciente, a Inglaterra instalou uma força de intervenção (Março de 1920) em Constantinopla (a cidade somente passou a chamar-se Istambul em 1929), prendeu e deportou dirigentes do movimento revolucionário e impôs ao Sultão um governo-fantoches presidido por Ferid Pacha. Foi esse gabinete vassalo que assinou o Tratado de Paz de Sèvres, a 10 de Agosto do mesmo ano.



Ataturk e o seu Estado-Maior

tentou destruir a Turquia após 1918

■ Miguel Urbano Rodrigues

O referido Tratado, concebido pelo Foreign Office, atribuía à Grécia a totalidade da Trácia Oriental, deixando a Turquia Europeia reduzida à cidade de Constantinopla. As potências da Entente dirigiram então um apelo a Atenas para que ocupasse a Trácia turca, a fim de impor a ordem e evitar situações de caos. Sugeriram igualmente que a Grécia aumentasse a área de ocupação na Ásia Menor, alargando-a a zonas que as tropas francesas e italianas se preparavam para abandonar. O Tratado previa também a formação da Grande Arménia sob a protecção das potências da Entente. No momento, o projecto já não era viável, pois, na sequência do genocídio cometido pelo exército otomano na primeira fase da Guerra Mundial, a população arménia tornara-se minoritária nas quatro províncias do Nordeste que constituiriam o futuro Estado.

Quanto ao Curdistão, não houve, porém, pressa. A decisão final sobre a criação do Estado Curdo não passou de uma declaração de intenções. O adiamento foi ideia da Inglaterra, receosa da atitude da minoria curda do Norte do Iraque, integrada num território iraquiano sob mandato britânico.

Que restaria da Turquia se as disposições de Sèvres fossem aplicadas? Pouco mais do que as estepes e montanhas da Anatólia e Constantinopla, onde uma Comissão Mista anglo-franco-italiana assumiria o controlo das finanças e reorganizaria a Administração.

As três potências decidiram também delimitar com rigor as suas zonas de influência no país, projecto que, a concretizar-se, faria da Turquia um Protectorado não oficializado.

O Tratado não tomou em consideração a existência do povo turco. E este rejeitou-o.

Pela primeira vez na história, os turcos — como salientou o escritor Cetin Osek — sentiam-se protagonistas de «uma guerra justa, uma guerra na qual tinham consciência de lutar pela independência do país».

A amizade com a Rússia

Mustafá Kemal desenvolveu uma política externa orientada para a conquista das solidariedades possíveis. A Turquia revolucionária, não reconhecida pelas potências da Entente, assinou um Tratado de Amizade com o Afeganistão, que alcançara a independência em 1919 após breve guerra contra a Inglaterra. O maior êxito do líder turco foi, porém, o Tratado de Amizade e Fraternidade com a Rússia Soviética. Lénine apoiou desde o início com entusiasmo a Revolução turca. A 13 de Dezembro de 1919, o governo soviético dirigiu-se ao povo turco para lhe transmitir a sua solidariedade calorosa à luta que travava contra as potências imperialistas. Lénine e Mustafá Kemal trocaram mensagens. O dirigente turco afirmava que «a Turquia se comprometia a lutar ao lado da Rússia Soviética contra os governos imperialistas e contava com a sua ajuda no combate à intervenção dos inimigos imperialistas». Lénine respondeu favoravelmente ao apelo. O Tratado, contudo, só pôde ser assinado decorrido um ano porque a situação era no momento de grande instabilidade na Transcaucásia, em ambos os lados da fronteira. E foi precisamente na fixação dessa fronteira, com rectificações e trocas de territórios, que a solidez da amizade russo-

turca foi submetida a uma prova difícil, com resultados positivos.

A vitória turca

No início de 1921, a recusa do Tratado de Sèvres pelos revolucionários turcos — que haviam instalado em Ankara a capital do país, rejeitando a autoridade do governo de Constantinopla — abriu brechas no campo da Entente. A França distanciou-se do projecto britânico. Entretanto, a Grécia, sempre apoiada pelo governo de Lloyd George, declarou estar em condições de impor pela força à Turquia o cumprimento das resoluções do Tratado. E, a 23 de Março, o exército grego desencadeou uma poderosa ofensiva na frente asiática.

Não obstante a sua inferioridade em efectivos e equipamentos, o movimento nacional de libertação turco alcançou vitórias decisivas em todas as frentes. A maior parte dos fuzis e metralhadoras utilizados haviam sido enterrados por desertores e tropas desmobilizadas no final da Grande Guerra. Mas quando a Grécia atacou, a desproporção de forças era enorme: aos 97 000 homens do exército invasor, os turcos somente puderam opor 55 000 com um poder de fogo muito menor.

No final de Julho, a linha da frente aproximou-se perigosamente de Ankara. Os turcos lutavam, porém, pela sobrevivência da sua pátria. E a 23 de Agosto, nas margens do rio Sankarya, o seu exército obteve uma grande vitória sobre os invasores.

A repercussão mundial foi enorme. Mustafá Kemal recebeu felicitações de dirigentes de muitos movimentos de libertação, incluindo o indiano Gandhi e o marroquino Abd-El-Krim, que no Rif combatia os franceses e os espanhóis. Lénine também felicitou Mustafá Kemal, desde então conhecido pelo sobrenome de Gazi, «o vencedor», e mais tarde pelo de Atatürk.

Faltava percorrer um longo caminho. A Inglaterra apresentou novas propostas que foram rejeitadas pelos turcos porque impunham cedências consideradas inaceitáveis.

Entretanto, a desunião no campo aliado aumentava. Franceses e italianos retiraram todas as suas tropas do território turco. A Grécia, em contrapartida, radicalizou a sua posição. Atenas pretendia criar a República Iónica da Ásia Menor, mas a exigência de que lhe fosse entregue Constantinopla assustou os próprios aliados britânicos. Londres percebeu que a sua estratégia para a Região fracassara e que chegara o momento de se demarcar de um aliado incómodo que se mostrava já dividido quanto à condução da guerra. O rei Constantino e o primeiro-ministro Venizelos haviam entrado em choque frontal.



O Presidente Wilson

de causa à quase totalidade dos argumentos e posições de Ankara, envolvendo o reconhecimento de que o povo turco travava uma luta justa em condições extremamente desfavoráveis contra a Grécia e as grandes potências da Entente.

Aos crimes praticados pelos gregos seguiram-se, porém, cruéis vinganças turcas. Cerca de 500 000 civis gregos foram assassinados na Ásia Menor em medonhas matanças. E na troca de populações entre os dois países, a Grécia pagou uma factura pesadíssima. Quase dois milhões de gregos, a maioria descendentes de populações helenizadas que viviam na Ásia Menor (e em Constantinopla) há mais de dois milénios foram expulsos das suas cidades e aldeias.

A responsabilidade do imperialismo britânico na tragédia em que a Grécia e a Turquia foram protagonistas não pode ser atenuada nem esquecida. E, contudo, hoje, os governos da Europa Ocidental fazem o possível para apagar essas páginas da história contemporânea. A perversão mediática ajuda. Pelos Dardanelos correu desde então muita água. A Turquia afastou-se do projecto nacional de Atatürk e dos seus companheiros e transformou-se numa aliada íntima do imperialismo que apoia o Estado policial instalado pelos sucessores de Mustafá Kemal. A ditadura turca pôde invadir Chipre, praticar ali crimes hediondos e ocupar um terço do território. O Reino Unido, que mantém na ilha duas grandes bases militares, assistiu passivamente à invasão e à onda de barbárie. Os EUA também tratam a Turquia como aliado seguro. Afinal, os seus bombardeiros partiram de bases turcas para ataques devastadores contra o Iraque na fase final da Guerra do Golfo...

São outros os ventos da História.

No final da Primeira Guerra Mundial, a Turquia revolucionária, a lutar pela independência, era tratada pelo imperialismo como inimigo que deveria ser destruído, a bem da civilização e da ordem. Hoje, a Turquia, governada por forças obscurantistas que controlam um Estado policial, faz parte da NATO e recebe o tratamento de aliado de muita confiança.

A contradição ilumina bem a moral do imperialismo.

(*) A Inglaterra, que em 1914 havia prometido ceder Chipre à Grécia, não manteve, porém, essa promessa. Preferiu oferecer a Atenas territórios que pertenciam à Turquia.



Na Conferência de Londres desenham-se fronteiras

PONTOS CARDEAIS

Propostas balofas

Segundo Manuel Monteiro, actual dirigente do CDS-PP, "Portugal tem um caminho à sua frente que não pode hipotecar aos políticos do passado", cujos estão "gastos", defendem "ideias ultrapassadas" e fazem "propostas balofas". O jovem político, se calhar, nem sabe que a conversa do "Portugal com caminho à frente" tem, pelo menos, a idade do parlamentarismo português, ou seja, mais de 150 anos, ao longo dos quais

sucessivas gerações de demagogos têm ribombado aos quatro ventos a grande novidade do "País com caminho à frente". Como exemplo de "proposta balofa" e "ideia ultrapassada", Manuel Monteiro não podia ter escolhido melhor. Mas o que mais impressiona neste político é ter ideias tão "gastas", apesar de novinho...

Acusações

Carlos Carvalhas, Secretário-Geral do PCP, visitou Alfama,

onde, além de contactar com os trabalhos de Reabilitação Urbana ali realizados pela Câmara Municipal de Lisboa, apresentou à Comunicação Social um importante projecto de lei do PCP propondo um "Programa de Emergência para a Reabilitação Urbana". O assunto era suficientemente significativo para que a generalidade dos órgãos de Comunicação Social ali se deslocasse a ouvir o dirigente comunista. A excepção veio do "Correio da Manhã". Para este matutino, ainda por cima lisboeta, o

projecto apresentado pelos comunistas sobre reabilitação urbana na capital e noutras cidades importantes do País apenas serviu para titular: "Macário acusa PCP de jogada política". Em contrapartida, ninguém pode acusar o "Correio da Manhã" de jornalismo...

Coincidências

Há coincidências interessantes. Uma ocorreu na passada segunda-feira, com os respectivos Secretários-Gerais

do PCP e do PS.

Ambos saíram em visita, os dois escolheram duas grandes cidades (Carlos Carvalhas, Lisboa, António Guterres, o Porto) e tanto um como o outro se passearam pelas ruas, recebendo cumprimentos dos transeuntes. Até aqui, a coincidência mais parece uma sintonia.

Só que a partir daqui a coincidência tem tudo menos sintonia. Carlos Carvalhas deslocou-se a Alfama para contactar directamente com as populações que ali vivem em condições miseráveis, apreciando o andamento da Reabilitação Urbana ali desenvolvida, quase solitariamente, pelo município da capital desde que a Coligação Com Lisboa ganhou a Câmara Municipal, há cinco anos.

António Guterres foi almoçar com Belmiros de Azevedo, Amorins e C.ª para "tomar o pulso ao mundo empresarial do Norte".

Carlos Carvalhas apresentou, numa colectividade de Alfama, um Programa de Emergência para a Reabilitação Urbana nos centros históricos de cidades como Lisboa e Porto, elaborado pelo PCP e apresentado pelo seu Grupo Parlamentar na Assembleia da República como projecto de lei.

António Guterres passeou-se de braço dado pelas ruas do Porto com o presidente da Câmara, Fernando Gomes, onde, entre outras amenidades, o nomeou ministro de um Governo por si chefiado. O desejo é tanto, que não lhe permitiu reparar que nem sequer se fizeram ainda eleições.

E agora digam lá que os actos dos políticos não denunciam o que lhes vai na alma, por muitos discursos progressistas que façam pelo caminho...

Nem quando fala...

A telenovela cavaquista continua. Afinal, o encontro do "líder" com as distritais do PSD, realizado há dias para apresentação da sua "moção de estratégia" ao congresso, não trouxe novas nem mandados sobre as intenções de Cavaco Silva, contribuindo para aquecer ainda mais o panelão fervilhante onde estrebucham muitas angústias e ambições. Reflectindo a desorientação, os órgãos de Comunicação Social cruzam boatos e especulações, análises e previsões e o País já ri. Pelo que se depreende desta "moção de estratégia" apresentada por Cavaco Silva, o homem habituou-se tanto ao silêncio que, mesmo quando fala, já não diz nada. O que, diga-se de passagem, não é novidade.

FRASES da SEMANA

"Eu quero saber o que é que o meu partido pensa da minha candidatura e espero que isso venha a ser definido no próximo congresso, mesmo que não se escolha o candidato do PSD."

✽ (Francisco Pinto Balsemão - «Semanário», 14.01.95)

"A comunicação social e vários comentadores e entidades mencionaram agressões a um padre e a crianças o que não corresponde aos factos. A PSP também procura apurar o sucedido relativamente a um operador de televisão, não tendo até agora chegado a qualquer conclusão."

✽ (do relatório do General Monteiro Pereira, PSP, para o ministro Dias Loureiro, a propósito das cargas policiais na Marinha Grande - «Semanário», 14.01.95)

"Não será mau para um Governo socialista ter interlocutores com força, capacidade e dimensão para se afirmarem à escala internacional."

✽ (Ferreiro Rodrigues, PS, sobre a concentração do capital financeiro - «Semanário», 14.01.95)

"De repente, o Portugal de Cavaco parece a América de Reagan."

✽ (Luís Marques - «Expresso-Economia», 14.01.95)

"(Pedro) Caldeira protagoniza filme. (...) A fórmula escolhida para esta superprodução é o "documentário-dramatizado"."

✽ (notícia - «Expresso», 14.01.95)

"Fosse com o PS nos Estados Gerais, fosse nas reuniões que o PSD organiza, era muito interessante participarmos já como grupo."

✽ (Rui Pena, em nome de ex-centristas - «Expresso», 14.01.95)

"Temos de pensar se temos de estar à espera de homens que dêem um acréscimo pessoal para que as maiorias sejam possíveis ou se queremos institucionalizar um sistema que por si próprio dê condições para que isso aconteça."

✽ (Dias Loureiro - «Público», 08.01.95)

"Há uma preocupação cada vez maior com os direitos humanos, que ocupam uma parte importante da agenda da política externa americana."

✽ (Warren Christopher, Secretário de Estado dos EUA - «Expresso», 14.01.95)

"Entretanto, nós, os vencedores, incapazes de ultrapassar a síndrome isolacionista da "guerra fria", rezávamos para que surgisse outro grande conflito, que nos restituiria a nossa sensação de segurança."

✽ (John Le Carré, escritor de romances de espionagem - «Expresso-Revista», 14.01.95)

NATURAIS REFLEXOS

Francisco Miguel

O Astro pôs uns olhos de menino. Saiu para viver como se fosse para brincar. Um barco de papel pode enfrentar as ondas os ciclones?

Histórias maravilhosas podem ser verdadeiras e a poesia quer contar uma delas nada mais.

José Magro

Memória, pesada lágrima. Vejo-o no tribunal espancado a olhar para mim e a encolher os ombros.

(Ah, eu! Estar de pé e tudo por dentro a ruir de raiva...)

Aquele olhar, às vezes, é que me vem levar por cima das tormentas.

José Gaspar Teixeira

Na ciência a palavra rigorosa. Rigorosa a memória dos nomes e dos tempos conjugando o futuro. Sempre a falar de si como sendo rapaz.

A mão cheia de sonhos pombas a esvoaçar.

Dias Lourenço

A arte de encontrar uma palavra quente a arte de saber a palavra correcta a arte de escolher a palavra redonda ou a palavra aguda a palavra lustral ou a palavra que queima.

Tudo aprendido na arte de calar as palavras onde todas as setas se partiam.



Mário Castro

Debate com o País

para uma nova política **PCP**

LISBOA

"Portugal e a Integração Europeia"
Centro Europeu Jean-Monnet
Quinta-feira, 26 de Janeiro, às 21h00

com a participação de
CARLOS CARVALHAS
Luís Sá, Joaquim Miranda, Emídio Martins,
Herberto Goulart, Isabel Castro

"A Arquitectura que se faz em Lisboa"
CT Vitória

Quinta-feira, 19 de Janeiro - 21h30
com a participação de
Siza Vieira, Filipe Dinis, João Botelho

ALMADA

"Propostas do PCP para uma nova política"
Almada, Grupo Desportivo e Cultural (GDCA)
Sábado, 21 de Janeiro - 15h, com a participação de Vítor Dias

ALVERCA

"O emprego e a situação social em Alverca"
salão da Junta de Freguesia
Sexta-feira, 20 de Janeiro, 21h30
com a participação de Jerónimo de Sousa

AMADORA

"Saúde"
Pontinha, Esc. Primária Bº Falcão,
Sexta-feira, 20 de Janeiro - 21h00

"Transportes e vias de Comunicação"

Amadora, Junta Freg. da Brandoa,
Sexta-feira, 20 de Janeiro - 21h00, com a participação de Orlando
Almeida (Pres. CMA) e Fernando Pereira (vereador)

"Segurança das populações"

Amadora - Auditório Municipal, Sábado, 21 de Janeiro - 15h00,
com a participação de João Bernardino e João Nascimento

ARRAIOS

Sessões públicas:

Freguesias de Santana Campo e Vimieiro
Quinta-feira, 19 de Janeiro - 20h30

Freguesias de S. Gregório
e Aldeia Serra
20 de Janeiro - 20h30

CAMPO MAIOR

"A política de saúde que assegure o bem-estar do cidadão e da sociedade"
Campo Maior, Auditório da Biblioteca Municipal
Quinta-feira, 19 de Janeiro - 21h00, com a participação de Edgar Correia, Casimiro Menezes

CASCAIS

"Situação da Saúde em Cascais"
Cascais - Teatro Gil Vicente
Sábado, 21 de Janeiro - 15h30
com a participação de João Fróis, Lurdes Gonçalves, Ramon la Féria, Albertine Spijker, João Camilo (médicos), Carlos Sota (vereador CM Cascais)

CHARNECA DA CAPARICA

"Propostas do PCP para uma alternativa democrática"
Charneca Caparica - Clube Recreativo
Sexta-feira, 20 de Janeiro - 21h30, com a participação de Odete Santos

COVILHÃ

"Desenvolvimento económico e social"
Covilhã - Sala da Ass. Municipal
Sábado, 21 de Janeiro - 15h00
com a participação de João Amaral, Joaquim

Agenda

Miranda, Maria da Paz,
Isabel Duarte e Armando Morais

FIGUEIRA DA FOZ

"Integração/Exclusão social"
Figueira da Foz, Hotel Atlântico
Sexta-feira, 20 de Janeiro - 21h30
com a participação de Allen Gomes, Bento Pinto, César Príncipe, Inês Fontinha, João Curto, J. Severino Neto

LISBOA

"Financiamento da Saúde"
Lisboa, Hotel Roma, Sala Roma
Quinta-feira, 26 de Janeiro - 21h00
com a participação de Durão de Carvalho, Francisco Ramos, Luís Peixoto, Paulo Fidalgo e Santos Cardoso

MONTEMOR

Sessões públicas:
Freguesias de Cabrela, Silveiras e Cortiço,
21 de Janeiro - 20h30
Freguesias de Cortiçadas, Lavre, Foros Vale Figueira,
20 de Janeiro - 20h30

MORA

Sessão pública: Freguesia de Brota
20 de Janeiro - 20h30h

PORTO

"Competitividade e desigualdades. Modelos de desenvolvimento"
Porto, Hotel Tuela, 20 de Janeiro - 21h30
com a participação de Octávio Teixeira, Carlos Pimenta, Sérgio Ribeiro, Ilda Figueiredo, Valdemar Madureira

VALONGO

"Por uma nova política"
Valongo, Junta Freg. do Campo, 21 de Janeiro - 21h30
com a participação de Honório Novo

VENDAS NOVAS

"As propostas do PCP e a alternativa política"
Vendas Novas, Salão Novo da Câmara Municipal
27 de Janeiro - 21h00, com a participação de Octávio Teixeira

VILA NOVA DE GAIA

"Por uma nova política"
Vila Nova de Gaia - Salão Nobre da Assembleia Municipal
21 de Janeiro - 15h00
com a participação de Octávio Teixeira

PORTO

Sábado, 21 de Janeiro,
20h
CT de Barão de S. Cosme

JANTAR-CONVÍVIO

das freguesias de Campanhã, Bonfim e Ribeirinhas
com a participação do camarada Emídio Ribeiro

S. DOMINGOS DE RANA

Domingo, 22 de Janeiro,
13h

Almoço-convívio

DEBATE SOBRE O ALENTEJO
com a participação do camarada José Soeiro

(Marcações: tel. 4442253)

JCP/ÉVORA

Encontro Distrital

Sábado, 21,
das 10 às 18h
no Palácio D. Manuel
com a participação de José Soeiro

ÉVORA

Novas instalações do CT da Comissão Concelhia (na R. de Avis)
INAUGURAÇÃO COM CONVÍVIO
Sexta, dia 20,
a partir das 20h30
com a presença de Raimundo Cabral

ALMADA

Plenário da célula da Lisnave para discussão da situação política e de linhas de acção face à ofensiva em curso contra os trabalhadores: hoje, quinta-feira, às 17h, no CT da Comissão Concelhia.

Reunião de células de empresa do concelho para preparação da jornada de luta do próximo dia 26: no CT concelhio, hoje às 20h.

Reunião com membros do Movimento Associativo: dia 25, 21h30, CT concelhio.

BRAGA

Reunião das organizações de freguesia de S. Lázaro, Sé, Cidade, S. João do Souto e Real - hoje, quinta-feira, às 21h30, no CT de Braga; da fre-

guesia de Maximinos - hoje, às 21h30, na JF de Maximinos.

Reunião das organizações de freguesia de S. Victor, Ferreiros, Palmeiras, Lamações, Tebosa, Gualtar, Este S. Pedro, Este S. Paio, Adaúfe, Ruilhe, Tadim, Vilaça - sexta-feira, 20, às 21h30, no CT de Braga; das freguesias de Celeirós e Aveleda - sexta-feira, 21h30, na JF de Celeirós.

CASCAIS

Plenário alargado da Comissão Concelhia, aberto a todos os eleitos e membros das células de empresa do concelho: segunda-feira, dia 23, às 21h, no CT de Cascais.

Reunião com os camaradas que trabalham na Alcatel: terça-feira, 24, às 17h30, no CT de Cascais.

O Seminário funcionará em plenário com dois painéis temáticos:

1. Construção e financiamento;
2. Programa, promoção e funcionamento

Horário de funcionamento:

- 10h30 - Abertura
- 11h00 - Início do 1º painel
- 13h00 - Almoço na Qª da Atalaia
- 14h30 - Continuação do 1º painel
- 15h30 - Início do 2º painel
- 18h30 - Encerramento do 2º painel
- 19h00 - Encerramento do Seminário

A discussão neste seminário, culminando os debates e as muitas contribuições que chegaram das reuniões preparatórias que se realizaram, constituirão uma importante base de trabalho para ulterior avaliação na direcção do Partido e da Festa.

O Seminário sobre a Festa do «Avante!» contará com a presença do Camarada **CARLOS CARVALHAS**, Secretário Geral do PCP.

Lisboa, 13 de Dezembro de 1994
O Secretariado da Festa do «Avante!»

SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE A FESTA Avante!

21 de Janeiro de 1995
Clube Recreativo da Cruz de Pau
Seixal

LISBOA

S. Jorge de Arroios - Reunião plenária da Organização da Freguesia, preparatória da Assembleia da Cidade de Lisboa e sobre a situação política e questões autárquicas: sexta, dia 20, às 21h30, no CT de Arroios.
- Plenários de militantes, preparatórios da Assembleia da Cidade de Lisboa, com eleição de delegados: das freguesias de S. Condestável / Campolide - sábado, 21, às 15h, no CT de Alcântara; de Olivais - sábado, 21, às 16h, no CT dos Olivais; de Ajuda / S. Francisco Xavier - sábado, 21, às 15h, no CT da Ajuda; de Benfica - sexta-feira, 20, às 21h, no CT de Benfica; de S. Domingos de Benfica - sábado, 21, às 15h30, na Biblioteca da Junta de Freguesia; de Alvalade / Campo Grande / S. João de Deus / S. João de Brito / S. Sebastião -

sábado, 21, às 15h, no CT Vitória.

SINTRA

Algueirão/Mem Martins - Plenário alargado da Comissão de Freguesia: sexta-feira, dia 20, às 21h30, no CT de Mem Martins.
Plenário de Reformados de Rio de Mouro, com a participação do camarada Jaime Félix: sexta-feira, dia 20, das 15 às 17h, no CT de Rio de Mouro.

VILA NOVA DE FAMILICÃO

Sábado, dia 21
Assembleias de organização das freguesias: Bairro, Delães e Carreira - Esc. Prim. da Av. Albino Marques, Delães, 16h
Calendário, Brufe, Antas, Vila, Gavião - CT de Famicão, 16h
Aarnos Sta. Eulália - sede da JF, 21h.

PALAVRAS CRUZADAS

1															
2															
3															
4															
5															
6															
7															
8															
9															
10															
11															
12															
13															

HORIZONTAIS: 1 — Terreno onde se cultivam flores, árvores e plantas (pl.); Bosque espesso. 2 — Art. árabe; agora; também não; quinquagésimo primeiro. 3 — Frutos da parreira; adesão; repara. 4 — Parecências; rezo; cidade argelina. 5 — Antiga cidade da Caldeia; ataque de paralisia. 6 — Brisa; acolá; discursas; ouro francês. 7 — Desmoronar-se; dissipa; chamariz. 8 — Nesse lugar; Ordem Militar; cidade do Iémen; Actínio (s.q.). 9 — Cont. prep. e art.; dentro da hora. 10 — Supliquei; relação; depois de. 11 — Estaque; escutava; o outro mundo. 12 — atmosfera; miserável; preceito escrito; Sódio (s.q.). 13 — Rei dos israelitas filho e sucessor de David; celebres.
VERTICAIS: 1 — Habitante de Java; instigador da matança de Setembro, inimigo da realeza, morto por Carlota Corday em 1793; utensílio doméstico (pl.). 2 — Branca; nome de homem; prep. 3 — Anel; possuir. 4 — Porção de medicamento; lavra; estou obrigado por lei. 5 — Andar; meio-dia; viaja; pref. neg. 6 — Antigo navio de vela; real; panela. 7 — Laço apertado; perversas; Ruténio (s.q.). 8 — Estampido; tunda. 9 — Começo de aorta; base aérea; decifrei o escrito. 10 — Espaço de tempo; charua; Deus dos mulçumanos. 11 — A ti; actualmente; pertencia; prep. 12 — Paixão; afirmativa; carne de porco metida em tripa. 13 — Roupas quentes; astro-rei. 14 — Espertalhão (pop.); escavada; rio francês. 15 — Filha de Labão mulher de Jacob; permuta; dificuldade.

SOLUÇÃO DO NÚMERO ANTERIOR

HORIZONTAIS: 1 — Faunos; glauco. 2 — Armou; lês; errar. 3 — Iças; rimar; iate. 4 — Nas; sêmolias; sal. 5 — Ar; sã; bus; or; Rh. 6 — Sá; elmo; alvo; aa. 7 — Cai; eis. 8 — Vã; Adão; fina; pó. 9 — El; rã; ria; ás; oc. 10 — Ria; sacadas; ela. 11 — Gama; raia; elas. 12 — Educa; sãs; ábaco. 13 — Laroca; avisos.
VERTICAIS: 1 — Fainas; vergel. 2 — Arcara; aliada. 3 — Umas; Amur. 4 — Nós; secar; aço. 5 — Ou; saladas; Ac. 6 — Ré; mia; ar. 7 — Limbo; orcas. 8 — Remou; iaiás. 9 — Salsa; fadas. 10 — Ra; lei; ás. 11 — Lê; sovinas; av. 12 — Ari; rosas; obi. 13 — Uras; elas. 14 — Catara; polaco. 15 — Orelha; ocasos.

XADREZ

CDXCVI - 19 DE JANEIRO DE 1995
PROPOSIÇÃO Nº 1995X005
Por: JULIUS MENDHEIM
Aufgaben für Schachspieler, N.º 81, 1832

Pr: [2]: P63-Rh8
Br: [3]: Cs. d4, f5-R66

8							
7							
6							
5							
4							
3							
2							
1							
	A	B	C	D	E	F	G

Mate em 9 lances

PROPOSIÇÃO Nº 1995X006
Por: J. FRITZ
Tidskrift for Schack, 1951

Pr: [3] Bs. c7, h1-Ra4
Br: [3] Bc7-Tf7-Rd3

8							
7							
6							
5							
4							
3							
2							
1							
	A	B	C	D	E	F	G

Branças jogam e ganham

SOLUÇÕES DO Nº CDXCVI

Nº 1995X005 [J.M.]: 1. Cc2l, Rg8l; 2. Rf7, Rh8l; 3. Rf8-; 4. Rf7-; 5. Cf4, e2; 6. Cg6+; 7. Cf8, Rh8; 8. Cc7, e1-D; 9. Cc6g#
Nº 1995X006 [M.H.]: 1. Bc5l, Bb8; 2. Rç4, Bç6; 3. Bd6l, Bb5+; 4. Rç3, B.d6; 5. Ta7+, Ba6; 6. Ta6+ e g.

A. de M. M.

DAMAS

CDXCVI - 19 DE JANEIRO DE 1995
PROPOSIÇÃO Nº 1995D005
Por: A. BUQUET
França, 1935

Pr.: [6]: 14-19-29-31-33-38
Br.: [6]: 30-35-40-41-47-48

8							
7							
6							
5							
4							
3							
2							
1							
	A	B	C	D	E	F	G

Branças jogam e ganham

PROPOSIÇÃO Nº 1995D006
GOLPE Nº 104
Por: JUAN GARCIA CANALEJAS
Çaragoça [Espanha], 1650

1. 10-14, 23-19; 2. 14-23, 28-19; 3. 5-10, 32-28; 4. 1-5, 28-23; 5. 9-13, 21-17; 6. 5-9, 26-21; 7. 12-16, 19-15; 8. 11-20, 24-15; 9. 7-11, 23-20; 10. 16-23, 27-20; 11. 3-7, 30-27; 12. 7-12 Diagrama:

8							
7							
6							
5							
4							
3							
2							
1							
	A	B	C	D	E	F	G

Pretas jogam e ganham

SOLUÇÕES DO Nº CDXCVI

Nº 1995D005 [A. B.]: 1. 48-43, (38x49=D); 2. 40-34, (29x40); 3. 35x44, (49x24); 4. 41-37, (31x42); 5. 47x9 +
Nº 1995D006 [J. G. C.]: 12. 22-18; 13. 13-22, 27-18; 14. 12-19, 18-14; 15. 11-18, 21-5 + 13. 12-19, 18-14; 14. 11-18, 21-5 +

A. de M. M.

FILMES

QUINTA, 19

Sarilhos Conjugais
«Prudence and the Pill» (Gr.Br./1968). Real.: Fielder Cook e Ronald Neame. Int.: David Nivem, Deborah Kerr, Judy Geeson. Cor, 98 min. *Comédia*. (14.50, SIC)

A Boneca Mecânica
«Cherry 2000» (EUA/1988). Real.: Steve De Jarnatt. Int.: Melanie Griffith, David Andrews, Ben Johnson. Cor, 99 min. *Ficção Científica*. (22.00, Quatro)

As Minhas Férias em Casa Dela
«Some Girls» (EUA/1988). Real.: Michael Hoffman. Int.: Patrick Dempsey, Jennifer Connelly, Sheila Kelly, Lance Edwards. Cor, 90 min. *Comédia Dramática*. (01.05, Canal 1)

SEXTA, 20

Os Noivos da Minha Noiva
«Oh Men!, Oh Women!» (EUA/1957). Real.: Nunnally Johnson. Int.: Ginger Rogers, David Niven, Dan Dailey, Barbara Rush. Cor, 90 min. *Comédia*. (14.50, SIC)

A Escolha do Amor
«Dying Young» (EUA/1991). Real.: Joel Schumacher. Int.: Julia Roberts, Campbell Scott, Vincent DE Onofrio, Colleen Dewhurst. Cor, 105 min. *Ver Destaque*. (21.30, Quatro)

Duas Horas na Vida de uma Mulher
«Cléo de 5 à 7» (Fr./It./1961). Real.: Agnès Varda. Int.: Corinne Marchand, Antoine Bourseiller, Dorothee Blanck. P/B, 87 min. *Ver Destaque*. (23.50, TV 2)

Xangai
«Shanghai Surprise» (Gr.Br./1986). Real.: Jim Goddard. Int.: Sean Penn, Madonna, Paul Freeman, Richard Griffiths. Cor, 93 min. *Aventuras*. (00.55, Canal 1)

SÁBADO, 21

Corrupção em Los Angeles
«Rainbow Drive» (EUA/1990). Real.: Bobby Roth. Int.: Peter Weller, Sela Ward, Bruce Weitz, David Caruso. Cor, 91 min. *Telefilme*. (15.30, SIC)

Amar não é Pecado
«Peyton Place» (EUA/1957). Real.: Mark Robson. Int.: Lana Turner, Hope Lange, Lee Philips, Lloyd Nolan, Arthur Kennedy. Cor, 151 min. *Ver Destaque*. (17.30, TV 2)

Grandes Ambições
«High Hopes» (Gr.Br./1988). Real.: Mike Leigh. Int.: Philip Davis, Edna Doré, Ruth Sheen, Philipp Jackson, Heather Tobias. Cor, 120 min. *Ver Destaque*. (23.55, TV 2)

O Prisioneiro da Ilha dos Tubarões
«The Prisoner of Shark Island» (EUA/1936). Real.: John Ford. Int.: Warner Baxter, Gloria Stuart, Claude Gillingwater. P/B, 95 min. *Ver Destaque*. (00.15, Quatro)

Peyton Place: Nova Geração
«Peyton Place: The Next Generation» (EUA/1985). Real.: Larry Elikann. Int.: Christopher Connelly, James Douglas, Dorothy Malone. Cor, 97 min. *Telefilme*. (00.20, Canal 1)

Orquídea Selvagem
«Wild Orchid» (EUA/1990). Real.: Zalman King. Int.: Mickey Rourke, Jacqueline Bisset, Carré Otis, Assumpta Serna. Cor, 110 min. *Drama / Erótico*. (00.20, SIC)

Três São Demais
«It Takes Two» (EUA/1988). Real.: David Beard. Int.: George Newbern, Leslie Hope, Kimberly Foster, Barry Corbin. Cor, 90 min. *Comédia Romântica*. (01.55, Canal 1)

DOMINGO, 22

O Cerro dos Enforcados
(Port./1954). Real.: Fernando Garcia. Int.: Alves da Costa, Helga

Liné, Artur Semedo, Brunilde Júdice. P/B, 118 min. *Drama / Histórico*. (15.30, SIC)

A Luz é para Todos
«Gentleman's Agreement» (EUA/1947). Real.: Elia Kazan. Int.: Gregory Peck, Dorothy McGuire, John Garfield, Anne Revere. P/B, 115 min. *Ver Destaque*. (18.00, TV 2)

Big
«Big» (EUA/1988). Real.: Penny Marshall. Int.: Tom Hanks, Elizabeth Perkins, John Heard, Robert Loggia, Jared Rushton. Cor, 102 min. *Ver Destaque*. (21.30, SIC)

Silverlake: Um Ponto de Vista
«Silverlake Life: The View From Here» (EUA/1992). Real.: Tom Joslin e Peter Firdman. *Documentário*. Cor e P/B, 95 min. *Ver Destaque*. (22.30, TV 2)

Mentira Quase Perfeita
«Little White Lies» (EUA/1989). Real.: Anson Williams. Int.: Ann Jillian, Tim Matheson, Suzie Plakson, Marc McClure. Cor, 90 min. *Telefilme*. (00.20, Canal 1)

SEGUNDA, 23

Ratos e Homens
«Of Mice and Men» (EUA/1981). Real.: Reza Badiyi. Int.: Robert Blake, Randy Quaid, Lew Ayres, Pat Hingle. Cor, 125 min. *Ver Destaque*. (14.50, SIC)

Chuva Negra
«Black Rain» (EUA/1989). Real.: Ridley Scott. Int.: Michael Douglas, Andy Garcia, Kate Capshaw, Ken Takakura. Cor, 126 min. *Ver Destaque*. (22.15, SIC)

A Cruz Partida
«The River Rat» (EUA/1984). Real.: Tom Rickman. Int.: Tommy Lee Jones, Martha Plimpton, Brian Dennehy, Shawn Smith. Cor, 89 min. *Aventuras*. (01.00, Canal 1)

TERÇA, 24

Harry & Tonto
«Harry and Tonto» (EUA/1974). Real.: Paul Mazursky. Int.: Art Carney, Ellen Burstyn, Chief Dan George, Geraldine Fitzgerald. Cor, 115 min. *Ver Destaque*. (14.50, SIC)

A Escola Primária
«Obcna Skola» (Checoslováquia/1991). Real.: Jan Sverak. Int.: Jan Triska, Zdenek Sverak, Libuse Safrankova. Cor, 100 min. *Ver Destaque*. (22.45, TV 2)

Droga, Loucura e Morte
«Jennifer on my Mind» (EUA/1971). Real.: Noel Balck. Int.: Michael Brandon, Tippy Walker, Lou Gilbert, Steve Vinovich. Cor, 86 min. *Comédia*. (01.25, Canal 1)

QUARTA, 25

A Grande Rosa
«The Big Rose» (EUA/1974). Real.: Paul Krasny. Int.: Shelley Winters, Barry Primus, Michael Constantine. Cor, 81 min. *Comédia*. (14.50, SIC)

A Filha de Ryan
«Ryan's Daughter» (Gr.Br./1970). Real.: David Lean. Int.: Sarah Miles, Robert Mitchum, John Mills, Leo McKern, Barry Foster. Cor, 188 min. *Ver Destaque*. (22.40, Canal 1)

Echo Parque
«Echo Park» (EUA/Áustria/1986). Real.: Robert Dornhelm. Int.: Susan Dey, Tom Hulce, Christopher Walken. Cor, 93 min. *Comédia Dramática*. (01.00, SIC)

História de Amor
«Storia de Amore» (It./1986). Real.: Francesco Maselli. Int.: Valeria Golino, Blas Roca-Rey, Livio Panieri, Luigi Diberti. Cor, 105 min. *Melodrama*. (02.45, Canal 1)

Nota: a Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.

neste número:



1995 - Maior mobilização e afirmação do Partido
Conferência Nacional
Autarquias e Juventude
Orçamento do Estado para 1995

TEATRO

CASA DAS ARTES
Porto, R. António Cardoso. Tel. 6004301. De 3ª a sáb. às 21.45, dom. às 16.00. A PAIXÃO DO JARDINEIRO, de Jean-Pierre Serrazac, encenação de Fernando Mora Ramos.

COMPANHIA DE TEATRO DE ALMADA
Cacilhas, no Complexo Nimbus (ex-Parry & Son). Tel. 2752175/2756567. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. MOLIÈRE, de Mikhail Bulgakov, encenação de Joaquim Benite, pela Companhia de Teatro de Almada.

ESTRELA HALL
Lisboa, R. Sto. António à Estrela, 60. Tel. 3953289. 6ª e sáb. às 22.00, dom. às 18.00. LIBERDADE, poemas de Sophia de Mello Breyner encenados por João Brites

TEATRO ABERTO
Lisboa, Pç. de Espanha. Tel. 7970969. De 5ª a sáb. às 21.45, dom. às 16.00. OLE-ANNA, de David Mamet, encenação de João Lourenço.

TEATRO CINEARTE
Lisboa, Lg. de Santos, 2. Tel. 3965275. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 17.00: PAS-

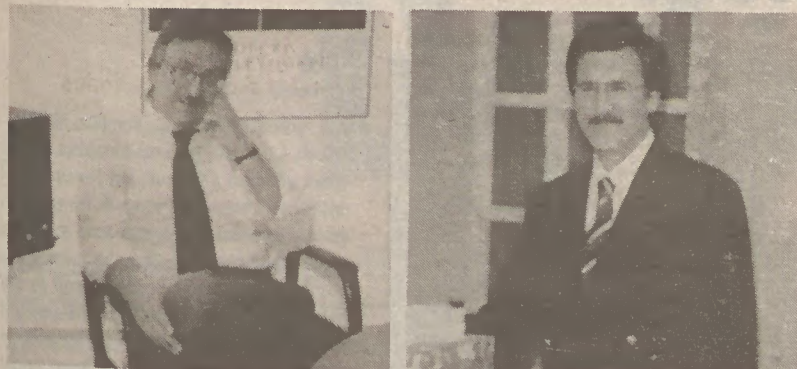
TEÍIS DE NATA PARA A AVÓ, de Fernando Augusto, encenação de Helder Costa. - De 4ª a sáb. às 22.00, dom. às 17.00: MARLY, A VAMPIRA DE OURINHOS, de Carlos Queiroz Telles.

TEATRO MARIA MATOS
Lisboa, Av. Frei Miguel Contreras. Tel. 8497007. Sáb., dom. e feriados às 16.00 (quintas e sextas às 10.30 para grupos organizados). PINÓQUIO, texto de Fernando Gomes, adaptado do conto de Carlos Colloidi, encenação de Fernando Gomes, pelo TIL

TEATRO MUNICIPAL S. LUIZ
Lisboa, R. António Maria Cardoso. Tel. 3471279. Sala Estúdio - De 6ª e sáb. às 20.30, dom. às 16.30: A GRANDE MAGIA, de Eduardo De Filippo, encenação de Mário Viegas. - 2ª às 21.00: EUROPA NÃO! PORTUGAL NUNCA!!, de Mário Viegas.

TEATRO NACIONAL D. MARIA II
Lisboa, Rossio. Tel. 3422210. Sala Garrett: De 3ª a sáb. às 21.30. OS JORNALISTAS, de Arthur Schnitzler, encenação de Jorge Lavelli (até 29 de Janeiro).

PROGRAMAÇÃO



As grandes músicas populares selecc- A piada dos miúdos em 'Trocado em onadas por Jaime Fernandes: quinta ao Miúdos': ao domingo na Quatro fim da noite na TV2

Domingo, 22

CANAL 1

- 08.00 Programa Infantil / Juvenil
12.30 Sem Limites
13.00 Notícias
13.05 Top +
14.15 86-60-86
14.30 Novas Aventuras do Super-Homem
15.20 Emoções Fortes
15.40 Dinossauros
16.05 Kung Fu, a Lenda Continua
16.55 A Grande Pirâmide
17.50 Futebol: Braga-F.C.Porto
19.50 Joker
20.00 Telejornal
20.40 Casa Cheia
21.30 Eu Tenho Dois Amores
22.40 Domingo Desportivo
23.10 No Calor da Noite
24.00 24 Horas
00.20 Mentira Quase Perfeita (ver «Filmes na TV»)

CANAL 2

- 09.00 À Mão de Semear
09.30 Caminhos
10.00 Novos Horizontes
10.30 70 x 7
11.00 Missa
12.00 Regiões
13.00 Euronews
14.00 TV2 Desporto
18.00 A Luz É para Todos (ver «Filmes na TV»)
20.10 A Minha Ópera Favorita - II
20.50 Gente Remota
22.00 TV2 Jornal
22.30 Sempre ao Domingo, que inclui o filme «Silverlake: Um Ponto de Vista» (ver «Filmes na TV»)

SIC

- 08.00 Buéréré
13.15 Portugal Radical
13.30 National Geographic
14.30 Um Trovão no Paraíso
15.30 O Cerro dos Enforcados (ver «Filmes na TV»)
17.00 Walker, o Ranger do Texas
18.00 Vidas Cruzadas Especial
20.00 Jornal da Noite
20.40 O Memorial de Maria Moura
21.30 Big (ver «Filmes na TV»)

Segunda, 23

CANAL 1

- 08.00 Bom Dia
09.00 Conversas do Manel
10.00 Origens
10.35 Malha de Intrigas
12.00 Culinária
12.10 A Traidora
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Coração Selvagem
14.00 Você Decide
15.00 Viva a Tarde
17.20 Missão Impossível
18.15 Floradas na Serra
19.20 Com a Verdade M' Enganas
20.00 Telejornal
20.30 74.5 Uma Onda no Ar
21.25 Nico d' Opra
22.00 Zona + Carlos Cruz
23.40 Os Rapazes de St. Vincent
00.10 24 Horas
00.45 Remate
01.00 A Cruz Partida (ver «Filmes na TV»)

CANAL 2

- 16.00 Televidas
17.00 A Casa do Caçador
18.00 Infantil
19.00 Um, Dó, Li, Tá
20.15 Zero de Audiência
20.45 Magazine - «Saúde»
21.10 Música dos Outros
21.40 Ver para Ler
21.45 RTP / Financial Times
22.00 TV2 Jornal
22.30 Acontece
22.40 Magazine - «Teatro»
23.05 Bailado - «Billboard»
01.00 Módulos de Música Portuguesa

SIC

- 11.00 Mulher Proibida
11.50 Tropicallente
13.00 Notícias
13.25 Os Donos do Jogo
13.50 Olhos nos Olhos
14.50 Ratos e Homens (ver «Filmes na TV»)
15.45 Buéréré
16.45 Notícias
17.50 Praça Pública
18.20 Vidas Cruzadas
19.25 O Juiz Decide
20.00 Jornal da Noite

Terça, 24

CANAL 1

- 08.00 Bom Dia
09.00 Conversas do Manel
10.00 Origens
10.35 Malha de Intrigas
12.00 Culinária
12.10 A Traidora
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Coração Selvagem
14.00 Você Decide
15.00 Viva a Tarde
17.20 Missão Impossível
18.10 Floradas na Serra
19.20 Com a Verdade M' Enganas
20.00 Telejornal
20.30 74.5 Uma Onda no Ar
21.20 A Mulher do Sr. Ministro
21.50 Cabaret
22.50 Prova Oral
00.30 24 Horas
01.10 Remate
01.25 Droga, Loucura e Morte (ver «Filmes na TV»)

CANAL 2

- 16.00 Televidas
17.00 A Vida Continua
18.00 Infantil
19.00 Um, Dó, Li, Tá
20.10 Rotações
21.15 Magazine - «Cinema»
21.45 RTP / Financial Times
22.00 TV2 Jornal
22.30 Acontece
22.45 A Escola Primária (ver «Filmes na TV»)

Quarta, 25

CANAL 1

- 08.00 Bom Dia
09.00 Conversas do Manel
10.00 Origens
10.35 Malha de Intrigas
12.00 Culinária
12.10 A Traidora
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Coração Selvagem
14.00 Você Decide
15.00 Viva a Tarde
17.20 Missão Impossível
18.10 Floradas na Serra
19.20 Com a Verdade M' Enganas
19.45 Vamos Jogar no Totobola
20.00 Telejornal
20.30 74.5 Uma Onda no Ar
21.25 Com Peso e Medida
22.40 A Filha de Ryan (ver «Filmes na TV»)
01.50 24 Horas
02.30 Remate
02.45 História de Amor (ver «Filmes na TV»)

CANAL 2

- 16.00 Televidas
17.00 A Sombra da Dúvida II
18.00 Infantil
19.00 Um, Dó, Li, Tá
19.50 O Domínio dos Mares
20.40 Paletas e Pincéis
21.15 Magazine - «Ver Artes»
21.40 Ver para Ler
22.00 TV2 Jornal
22.30 Acontece

Quinta, 19

CANAL 1

- 08.00 Bom Dia
09.00 Conversas do Manel
10.00 Origens
10.35 Culinária
10.50 Malha de Intrigas
12.10 A Traidora
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Você Decide
14.20 Na Paz dos Anjos
15.00 Viva a Tarde
17.20 Missão Impossível
18.10 Floradas na Serra
19.20 Com a Verdade M' Enganas
20.00 Telejornal
20.30 74.5 Uma Onda no Ar
21.25 Isto Só Vídeo
22.00 Frou-Frou
23.20 Coisas da Vida
00.10 24 Horas
00.50 Remate
01.05 As Minhas Férias em Casa Dela (ver «Filmes na TV»)

CANAL 2

- 16.00 Televidas
17.00 Clara
18.00 Infantil
20.00 A Dança
21.15 O Homem e a Cidade - «Castelo Branco»
21.40 Desenhos Animados
22.00 TV2 Jornal

Sexta, 20

CANAL 1

- 08.00 Bom Dia
09.00 Conversas do Manel
10.00 Origens
10.35 Culinária
10.50 Malha de Intrigas
12.10 A Traidora
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Você Decide
14.20 Na Paz dos Anjos
15.00 Viva a Tarde
17.20 Missão Impossível
18.10 Floradas na Serra
19.20 Com a Verdade M' Enganas
20.00 Telejornal
20.30 Desculpem Qualquer Coisinha
21.00 74.5 Uma Onda no Ar
21.55 Concurso 1, 2, 3
23.35 24 Horas
00.15 Remate
00.30 Contos Assombrosos
01.30 Xangai (ver «Filmes na TV»)

CANAL 2

- 16.00 Televidas
17.00 Uma Família Feliz
17.55 Infantil
20.15 A Magia do Cinema
20.45 À Volta do Mundo
21.15 Histórias Que o Tempo Apagou
21.40 Ver Para Ler
22.00 TV2 Jornal
22.30 Acontece
22.40 Quem Conta um Conto
23.50 Duas Horas da Vida de Uma Mulher (ver «Filmes na TV»)
01.20 Módulos de Música Portuguesa

SIC

- 11.00 Mulher Proibida
11.50 Tropicallente
13.00 Notícias
13.30 Os Donos do Jogo
13.50 Olhos nos Olhos
14.50 Os Noivos da Minha Noiva (ver «Filmes na TV»)
17.50 Praça Pública
18.20 Vidas Cruzadas
20.00 Jornal da Noite + Sete à Sexta
21.30 Alta Moda
21.40 A Viagem
22.40 Chuva de Estrelas
23.50 Noites Hipnóticas
00.35 Último Jornal
00.50 Os Donos da Bola
02.15 Playboy

QUATRO

- 11.00 Shopping Center
11.40 Animação
12.05 O Barco do Amor
13.00 Jornal da Uma
13.30 Cassandra
14.30 Esquadrão Classe A
15.15 A Escolha É Sua!
16.15 A Hora do Recreio
17.15 Caprichos
18.15 O Preço da Paixão
19.30 Telejornal
20.00 Éramos Seis
20.30 Verdade ou Mentira
21.00 Trapos & Companhia
21.30 A Escolha do Amor (ver «Filmes na TV»)
23.30 Novo Jornal
00.30 Fora de Jogo

Sábado, 21

CANAL 1

- 08.00 Programa Infantil/Juvenil
12.30 Luta Livre Americana
13.00 Notícias
13.15 Eternos Novatos
14.05 Made in Portugal
14.40 Clube Disney
16.15 As Aventuras de Brisco County
16.55 Arca de Noé
17.50 Futebol: Beira Mar-Benfica
19.50 Totoloto
20.00 Telejornal
20.40 Noite Mágica
21.35 Seleção Nacional
22.30 Especial Desporto
22.30 Parabéns
24.00 24 Horas
00.20 Peyton Place: Nova Geração (ver «Filmes na TV»)
01.55 Três São Demais (ver «Filmes na TV»)

CANAL 2

- 09.00 Universidade Aberta
12.00 Euronews
13.00 Parlamento
14.00 TV2 Desporto
17.30 Amor Não É Pecado (ver «Filmes na TV»)
19.50 Forum Musical
20.55 Praia da China
22.00 TV2 Jornal
22.30 Dinheiro em Caixa
23.00 TV2 Desporto
23.35 Grandes Ambições (ver «Filmes na TV»)

SIC

- 11.00 Buéréré
13.45 Portugal Radical
14.30 Dra. Quinn
15.30 Corrupção em Los Angeles
17.00 Os Imortais II
18.00 Vidas Cruzadas Especial
20.00 Jornal da Noite
20.40 Memorial de Maria Moura
21.40 Minas e Armadilhas
22.50 Muita Lóco
00.05 Último Jornal
00.20

«A Dança»: mais um programa desta série, hoje à noite na TV2

Orquídea Selvagem (ver «Filmes na TV»)

QUATRO

- 10.00 Clube da Manhã
11.30 Animação
12.00 Informação Religiosa
13.00 Jornal da Uma
13.20 Contra Ataque
15.00 Telemotor
15.30 A Grande Aposta
17.20 Queridos Inimigos
18.40 Verdade ou Mentira
19.30 Telejornal
20.00 Futebol: St. Étienne-Bordéus
21.45 Confissões de Adolescente
22.15 Quem Casa Quer Casa
23.45 Jornal do Mundo
00.15 O Prisioneiro da Ilha dos Tubarões (ver «Filmes na TV»)

- 23.45 Último Jornal
23.50 O Café do Surdo
00.30 No Fim do Mundo

QUATRO

- 10.00 Clube da Manhã
11.30 Informação Religiosa - Missa
13.30 Jornal do País
14.00 Portugal Português
15.00 As 1001 Tardes do Júlio Isidro
19.30 Telejornal
20.00 Trocado em Miúdos
20.30 Projecto Viper
21.30 Confissões de Adolescente
22.00 Doutores e Engenheiros
23.15 Melrose Place
00.15 Últimas Notícias
00.30 Jornal Negócios

- 20.40 A Viagem
21.40 Ponto de Encontro
22.15 Chuva Negra (ver «Filmes na TV»)
00.35 Último Jornal
00.50 Flash Back

QUATRO

- 11.00 Shopping Center
11.40 Animação
12.05 O Barco do Amor
13.00 Jornal da Uma
13.30 Cassandra
14.30 Esquadrão Classe A
15.15 A Escolha É Sua!
16.15 A Hora do Recreio
17.15 Caprichos
18.15 O Preço da Paixão
19.30 Telejornal
20.00 Éramos Seis
20.30 MacGuyver
21.30 Verdade ou Mentira
22.00 Trapos & Companhia
22.30 Diz-me Com Quem Andas
23.30 Novo Jornal
00.10 Desporto



«A Casa do Caçador»

- 00.30 Alta Frequência: «Os Gigantes do Rock and Roll» - II
01.20 Módulos de Música Portuguesa

SIC

- 11.00 Mulher Proibida
11.50 Tropicallente
13.00 Notícias
13.30 Os Donos do Jogo
14.00 Olhos nos Olhos
14.50 Harry & Tonto (ver «Filmes na TV»)
16.45 Buéréré
17.50 Praça Pública
18.20 Vidas Cruzadas
19.25 O Juiz Decide
20.00 Jornal da Noite
20.40 A Viagem
21.40 Ora Bolas, Marina
22.10 O Senhor Que se Segue
23.10 Labirinto
23.50 Terça à Noite
01.15 Último Jornal
01.30 O Rei da Rádio

QUATRO

- 11.00 Shopping Center
11.40 Animação
12.05 O Barco do Amor
13.00 Jornal da Uma
13.30 Cassandra
14.30 Esquadrão Classe A
15.15 A Escolha É Sua!
16.15 A Hora do Recreio
17.15 Caprichos
18.15 O Preço da Paixão
19.30 Telejornal
20.00 Éramos Seis
20.30 MacGuyver
21.30 Amigos para Sempre
23.00 Novo Jornal
24.00 Fora de Jogo
00.15 Sinais e Leis

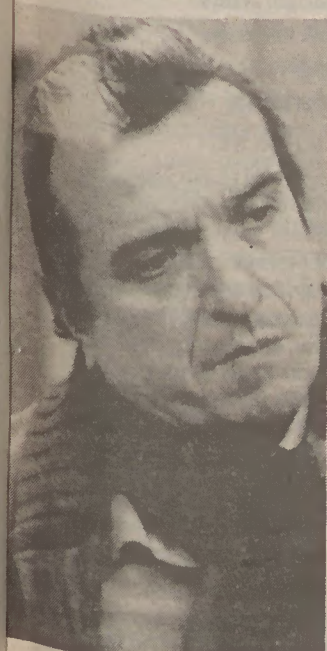
- 22.40 Vício-Versa
23.35 Retratos de Família
00.20 Módulos de Música Portuguesa

SIC

- 11.00 Mulher Proibida
12.00 Tropicallente
13.00 Notícias
13.30 Os Donos do Jogo
13.50 Olhos nos Olhos
14.50 A Grande Rosa (ver «Filmes na TV»)
16.45 Buéréré
17.50 Praça Pública
18.20 Vidas Cruzadas
19.25 O Juiz Decide
20.00 Jornal da Noite
20.40 A Viagem
21.40 Perdoa-me
22.40 Casos de Polícia
23.45 Último Jornal
24.00 Tostões e Milhões
01.00 Echo Parque (ver «Filmes na TV»)

QUATRO

- 11.00 Shopping Center
11.40 Animação
12.05 O Barco do Amor
13.00 Jornal da Uma
13.30 Cassandra
14.30 Esquadrão Classe A
15.15 A Escolha É Sua!
16.15 A Hora do Recreio
17.15 Caprichos
18.15 O Preço da Paixão
19.30 Telejornal
20.00 Éramos Seis
20.30 MacGuyver
21.30 Verdade ou Mentira
22.00 Trapos & Companhia
22.30 Picket Fences
23.30 Novo Jornal
00.30 Fora de Jogo



- 22.30 Acontece
22.45 Departamento de Homicídios
23.35 Músicas da Terra
00.25 Módulos de Música Portuguesa

SIC

- 11.00 Mulher Proibida
11.50 Tropicallente
13.00 Notícias
13.30 Os Donos do Jogo
14.00 Olhos nos Olhos
14.50 Sarilhos Conjugais (ver «Filmes na TV»)
16.45 Buéréré
17.45 Notícias
17.50 Praça Pública
18.20 Vidas Cruzadas
19.25 O Juiz Decide
20.00 Jornal da Noite
20.40 Alta Moda
20.50 A Viagem
21.50 Os Trapalhões
22.50 Especial Informação
00.20 À Noite da Má Língua
01.25 Último Jornal
01.40 Internacional SIC

QUATRO

- 11.00 Shopping Center
11.40 Animação
12.05 O Barco do Amor
13.00 Jornal da Uma
13.30 Cassandra
14.30 Esquadrão Classe A
15.15 A Escolha É Sua!
16.15 A Hora do Recreio
17.15 Caprichos
18.15 O Preço da Paixão
19.30 Telejornal
20.00 Éramos Seis
20.30 MacGuyver
21.30 Trapos & Companhia
22.00 A Boneca Mecânica (ver «Filmes na TV»)
23.45 Novo Jornal
00.45 Fora de Jogo

Por isto e por aquilo...

A Escolha do Amor

(Sexta, 21.30, Quatro)

Uma jovem de Oakland responde a um anúncio em que se procura uma rapariga «jovem e atraente» com «alguma» experiência de enfermagem. Ao chegar à morada indicada no anúncio, a jovem repara que os seus serviços são requisitados por um jovem que há anos sofre de leucemia e neste momento está a fazer tratamentos de quimioterapia. Mas logo o espectador percebe, às primeiras imagens, que o desenlace do filme é altamente previsível, o que torna este *melodrama*, independentemente da boa prestação de Julia Roberts, perfeitamente dispensável.

Duas Horas na Vida de uma Mulher

(Sexta, 23.50, TV 2)

Algo de radicalmente diferente é o que se passa com este outro filme. Durante as duas tensas horas de espera pelos resultados médicos que poderiam confirmar ou afastar a hipótese de um cancro, uma jovem cantora percorre um itinerário solitário em que é confrontada com a indiferença de uns e o egoísmo de outros. Depois de ter passado pelo obscurantismo das consultas ilusórias a uma cartomante, *Cléo* (Corinne Marchand) encontra por fim, nas ruas de Paris pela quais vagueia, a única pessoa que passa a interessar-se pelo seu destino - um jovem soldado em gozo de licença, que a reconforta e compreende. E, agora, independentemente do resultado dos exames, ela pode já tomar consciência da sua própria e lúcida indetentidade. *Duas Horas na Vida de uma Mulher* (cujo tempo real é precisamente o tempo que dura o itinerário de *Cléo* - entre as 17 e as 18.30 horas), é um dos mais belos filmes da *nouvelle vague* francesa, um melodrama brilhantemente encenado por Agnès Varda sem qualquer ponta de sentimentalismo (proeza quase única na História do Cinema), com uma esplendorosa imagem a preto-e-branco do grande director de fotografia desses tempos - Jean Rabier - e música de Michel Legrand. E com um espantoso *sketch*, a não perder, protagonizado por figuras como Jean-Luc Godard, Jean-Claude Brialy, Anna Karina, Eddie Constantine, Sami Frey e outros. Um dos melhores filmes da semana.

Amar não é Pecado

(Sábado, 17.30, TV 2)

Intensamente aclamado nos EUA pela crueza de um argumento que denunciava o conservadorismo que, à superfície, servia para esconder as hipocrisias moralistas que minavam a sociedade, sobretudo nas pequenas cidades, este filme nunca foi altamente apreciado pelo espectador europeu. Sem ser indispensável, a sua visão pode suscitar, entretanto, alguma curiosidade no contacto com uma realidade e um tempo intensamente contraditórios.

Grandes Ambições

(Sábado, 23.55, TV 2)

Ao contrário do que acontece com o «liberalismo» cavaquista e as suas trágicas consequências a todos os níveis para a sociedade portuguesa (que, em geral, parece não se terem minimamente reflectido nos argumentos dos filmes dos cineastas portugueses mais activos), o cinema britânico tem estado atento às terríveis chagas que o consulado da senhora Thatcher deixou naquele país. *Grandes Ambições* é, segundo indicam as referências, mais um excelente exemplo da eficácia e intervencionismo de um cinema que, em tom de comédia dramática, acompanha a evolução de personagens representantes dos vários estratos da sociedade. E parece ser um filme a não perder.

O Prisioneiro da Ilha dos Tubarões

(Sábado, 00.15, Quatro)

Com um notável argumento de Nunnally Johnson e brilhantemente realizado por John Ford, este filme conta-nos o drama real vivido por Samuel Mudd, o médico que, sem o saber, trata os ferimentos da perna do assassino de Lincoln e é acusado de cumplicidade naquele acto criminoso sendo condenado a prisão perpétua. Excelentemente interpretado por Warner Baxter, no papel do médico, e por John Carradine, no papel do intratável sargento da prisão de Shark Island, o filme interessa a Ford sobretudo pela temática da vocação do médico e do seu dever de tratar a pessoa humana, qualquer que ela seja. A não perder.

A Luz é para Todos

(Domingo, 18.00, TV 2)

Para melhor levar a **Um fotograma de «Harry & Tonto», um filme de Paul Mazursky**



Julia Roberts e Campbell Scott, intérpretes principais de «A Escolha do Amor», de Joel Schumacher



John Ford, Elia Kazan e David Lean - o cinema clássico na TV



Sarah Miles e Robert Mitchum, intérpretes principais de «A Filha de Ryan»

cabo uma tarefa de que é encarregado pelo chefe de redacção do seu jornal - uma peça de investigação sobre o anti-semitismo - um jornalista decide fazer-se passar por judeu e depressa chega à conclusão de que os problemas que encontra não são uma palavra vã. Independentemente de todo o esquema de produção corresponder às receitas de Hollywood - o que se reflecte contraditória e negativamente em todo o filme - é de realçar neste filme de Kazan o facto de, em meio da evolução dos costumes e do sistema de produção então vigentes, ter sido o primeiro a abordar este tema tabu no cinema americano.



Big

(Domingo, 21.30, SIC)

Uma despreocupada comédia na caixa-nha da televisão, com uma história que se conta em duas palavras: um jovem de 12 anos anseia por ser «grande» e, formulando um dia este desejo perante uma máquina numa «feira popular», meu dito meu feito: acorda no dia seguinte com o corpo de um homem de 30 anos (mas a mesma candura dos 12...) e nada menos do que na pele de um consultor de uma fábrica de brinquedos! E as confusões que depois se sucedem, nomeadamente no que à vida amorosa diz respeito, são fáceis de adivinhar... A realizadora Penny Marshall conseguiu com este filme um estrondoso sucesso de bilheteira, talvez por lidar com um sentimento cada vez mais arredado do nosso quotidiano - a inocência. E o destaque vai, naturalmente, para a impagável interpretação desse actor-adulto com cara de puto que é Tom Hanks. Mas já é a terceira vez que ele passa nas televisões...

Silverlake: Um Ponto de Vista

(Domingo, 22.30, TV 2)

Integrado na rubrica «Sempre ao Domingo», este filme inédito entre nós é uma obra fortíssima, corajosa e invulgar, um documentário rodado em forma de diário que acompanha os passos dos seus principais autores e protagonistas - Tom Joslin e Mark Massi - perante a dramática evolução da doença que a ambos atingiu, a SIDA.

Ratos e Homens

(Segunda, 14.50, SIC)

Adaptada do famoso romance de Steinbeck - que nos conta a história de dois homens acossados em plena época da Depressão - esta nova versão cinematográfica não atinge o nível da primeira versão de Lewis Milestone (1939) mas, em alguns aspectos, é talvez superior à mais recente de Gary Sinise (1992). O que é notável para um *teletfilme*, conhecidas que são as limitações e convenções do *formato*, que se diz conseguir ultrapassar com talento e desenvoltura.

Chuva Negra

(Segunda, 22.15, SIC)

Um filme policial de Ridley Scott que tem a particularidade de mostrar a luta de dois polícias contra uma mafia mais exótica do que a habitual - a mafia japonesa. Rodado num Japão ao mesmo tempo misterioso e ultramoderno e com a mesma destreza com que o realizador encenara o futurista *Blade Runner*, *Chuva Negra* acaba por longamente padecer da estrutura óbvia que, por vezes, aflige o *género*, embora cumpra eficazmente os seus últimos propósitos: entreter.

Harry & Tonto

(Terça, 14.50, SIC)

Crónica a um tempo amarga e irónica das andanças de um septuagenário que, após lhe terem demolido a sua casa de Nova Iorque, tem de procurar abrigo junto dos seus, viajando de cidade para cidade em companhia do seu gato - este filme de Paul Mazursky, apesar de alguma desigualdade e irregularidade na sua construção, é bem um exemplo das «comédias sérias» a que o realizador nos habituou e tem na interpretação do veterano actor Art Carney um dos seus principais trunfos.

A Escola Primária

(Terça, 22.45, TV 2)

Nomeado para o Oscar do Melhor Filme Estrangeiro (1992), *A Escola Primária* é o primeiro filme do checoslovaco Jan Sverak, uma crónica nostálgica de um professor primário depois da guerra, que se diz realizada com extrema sensibilidade e bom gosto. A confirmar.

A Filha de Ryan

(Quarta, 22.40, Canal 1)

História romântica sobre a paixão de uma jovem, casada com um simples professor, por um soldado inglês estacionado na Irlanda do Norte, este filme (realizado com os desproporcionados meios de uma superprodução) constituiu um clamoroso falhanço na brilhante carreira de um notável cineasta britânico - David Lean.

de FOICE Beduínos

Os nossos ministros andam saídos da casca. Seja porque o mandato está a chegar ao fim e não acreditam na possibilidade de repetir a dose, seja porque, almejando 'bis', pretendem refrescar a imagem, a verdade é que nos últimos tempos decidiram mandar a diplomacia às urtigas e desataram a dizer coisas, no mínimo, estranhas. Cavaco Silva, ou não fosse ele o homem do leme - navegando assim a modos que à bolina, é verdade, mas mesmo assim ainda a flutuar -, Cavaco Silva, dizíamos, deu o exemplo.

Na característica linguagem futebolística nacional, diríamos que o homem deu o 'pontapé de cabeça' que marcou o ponto de viragem da oratória ministerial, deixando-nos a todos, se não de cabeça à roda, pelo menos de boca aberta. Tudo começou, se bem se lembram, no dia em que Cavaco Silva, muito boliqueio e pouco sãobentino, investiu um perplexo jornalista sobre se já lhe tinha perguntado a que partido é que pertencia e a que cargos é que se candidatava, para já não falar da persistente interrogação, disparada a torto e a direito, sobre se já se tinham inscrito no pê-esse-dê. A minha tia Eugénia, que é a discrição em pessoa, seguiu o caso na TVI e ficou banzada. Benzeu-se três vezes e caiu na tentação de dizer o que lhe ia na alma: "Credo, cruces, mais um bocadinho e perguntava ao pequeno (é assim que na sua caridade cristã ela trata os jornalistas da 4) que número de cuecas usa! Isto são lá maneiras de um ministro?" Depois disto corou até à ponta dos cabelos e recolheu-se em retiro espiritual pela salvação do país, a clarividência dos governantes e a conversão da Rússia. Ele há hábitos que não se perdem.

Foi a sorte dela. Poujou-se assim ao ministro Ferreira do Amaral garantindo que tem a Renault de Cacia fechada na gaveta, à espera que aquela defina a sua estratégia, e a Faria de Oliveira a jurar a pés juntos que não queremos cá beduínos, nem que sejam europeus. Tudo isto a propósito da crise da indústria automóvel, mais do que previsível nos anos do oásis, quando o Governo ofereceu subsídios e benesses para que os patrões das quatro rodas viessem para Portugal explorar a mão-de-obra barata, nesta espécie de entreposto entre o Leste e a Ásia em que o país se tornou.

Não ficou esclarecido se Ferreira do Amaral abre de vez em quando a gaveta para brincar aos carrinhos, nem se Faria de Oliveira já foi encomendar um camelo, mas também não é preciso. É que, quase à mesma hora, outro ministro, Durão Barroso de sua graça, enfrentava os jornalistas de braço dado com o seu homólogo francês, Alain Juppé, que veio a Lisboa dizer o que sempre se diz no início das presidências da União Europeia, ou seja, que a luta contra o desemprego e a promoção do crescimento da economia são as prioridades mais prioritárias do semestre. Portugal apoia, claro, e Durão Barroso não deixou de manifestar a sua confiança no futuro garantindo aos presentes que Juppé não é candidato às presidenciais francesas, "por enquanto". Uma gracinha.

A prosseguir a incontinência verbal, os ministros nem com a lei da rolha de Laborinho Lúcio se salvam. Se um destes dias alguém chamar 'Coronel Tapioca' a Cavaco Silva ou a Teresa Patrício Gouveia nem sequer está a ser original. Com beduínos destes, não há imaginação que resista.

■ AF

Pela primeira vez em dez anos CNA recebida por ministro da Agricultura

A CNA - Confederação Nacional da Agricultura foi recebida segunda-feira, pela primeira vez em dez anos, pelo ministro da Agricultura, o que é motivo para a Confederação - que em comunicado diz que «valoriza» a audiência e que «aproveita para saudar todos os agricultores que ao longo destes dez anos, com enorme persistência, muito contribuíram» para a sua concretização - afirmar que «espera e reclama que o Ministério da Agricultura e o Governo normalizem este acto institucional e modifiquem profundamente o seu comportamento em relação à CNA».

Entre as questões levadas pela CNA ao ministro, conta-se o reconhecimento desta Confederação nos vários organismos e foruns nacionais e internacionais, ditos de «consulta e concertação» em matéria das políticas agrícolas.

A Confederação pretende também um estabelecimento de um protocolo com o Governo nos processos de candidaturas dos seus associados às ajudas à produção e ao rendimento, com apoios idênticos - designadamente técnicos e financeiros - aos concedidos a outras organizações.

Os dirigentes da CNA apresentaram ao ministro as dez propostas estratégicas definidas e aprovadas no seu recente Congresso e aproveitaram para reivindicar, em termos imediatos, a aplicação de uma série de medidas para a agricultura.

Essas medidas incluem os sectores da lavoura, leite, pecuária, subsídios e vinho.

Perdão das dívidas

Para a lavoura, a CNA pretende a cobertura e o perdão total das

dívidas acumuladas pelos agricultores «que têm investido e trabalhado com seriedade mas que têm sido verdadeiramente espoliados pela PAC (Política Agrícola Comum) e pela banca». A Confederação defende que sem essa medida, todas as outras apoios para o sector estão comprometidos, pois só assim se pode salvar da falência e das hipotecas dezenas de milhar de agricultores.

A CNA acha também que o actual PAMAF só terá efeitos reais se não fizer aumentar as participações dos agricultores nos projectos de investimento (actualmente esse aumento é de 10 por cento), devendo-se, ao contrário, aumentar as participações públicas.

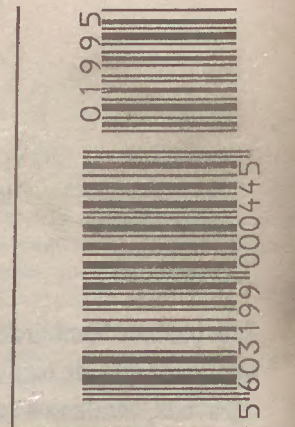
Para o leite defende-se o aumento do preço do leite na produção, a limitação das importações e o controlo da sua qualidade e apoio às recolhas junto dos pequenos e médios agricultores e regiões desfavorecidas, bem como o apoio financeiro ao sector cooperativo.

A CNA defende também o fim da comercialização dos chamados «produtos bancos» nas grandes superfícies comerciais.

Pagamento das dívidas

O pagamento das dívidas do Estado às Associações de Defesa Sanitária do gado e o aumento das indemnizações aos produtores pelo gado doente abatido, são outras reivindicações apresentadas no encontro com o ministro da Agricultura.

Carta verde especial para os motocultivadores, à semelhança das motorizadas, o aumento do subsídio do gasóleo e a revogação da reforma institucional da



Região Demarcada do Douro e a sua substituição por outra que respeite os direitos dos lavradores durienses e não retire parte importante das competências públicas da Casa do Douro, são outras das medidas defendidas pelos dirigentes da Confederação.

Encontro PCP-CNA



A CNA, para além de ter mantido um encontro com o ministro da Agricultura, tem estabelecido outros contactos com outras entidades, na sequência da realização do II Congresso da organização, no passado dia 4 de Dezembro.

Tal aconteceu, na passada quinta-feira, com o presidente da Assembleia da República e com uma delegação do PCP, que a foto documenta, onde esteve o secretário-geral do Partido, Carlos Carvalhas.

A ambas as entidades a CNA apresentou as principais conclusões do seu Congresso e as posições que tem sobre problemas dos agricultores que exigem resposta imediata.

Comunistas dos Açores preparam Congresso

A preparação do V Congresso Regional dos Açores do PCP, que se realiza a 4 e 5 de Fevereiro, está a processar-se com a concretização de um elevado número de Assembleias Plenárias para a eleição dos delegados e debate das questões de orientação e organização.

Marcadas por uma acentuada participação de militantes, segundo assinala o Gabinete de Imprensa do PCP/Açores, realizaram-se recentemente assembleias plenárias das freguesias urbanas de Ponta Delgada, no dia 13, que elegeu quatro delegados efectivos, e do Concelho da Ribeira Grande, no domingo, que elegeu três delegados efectivos. Nestas últimas assembleias participou o coordenador do PCP/Açores, José Decq Mota.

Ontem realizou-se ainda a assembleia plenária de Santa Cruz das Flores, estando para hoje agendada a de Lajes das Flores. Amanhã será a vez da cidade da Horta e, no sábado, de São Roque e Livramento.

Entretanto, o coordenador do PCP/Açores, José Decq Mota, está desde terça-feira em visita à Ilha das Flores. Até amanhã, Decq Mota participa nas Assembleias Concelhias do PCP de Santa Cruz e Lajes, que procedem à eleição dos delegados ao Congresso e à eleição das respectivas Comissões Concelhias.

Por outro lado, o dirigente regional do PCP encontra-se com autarcas da CDU de ambos os concelhos e de diversas freguesias e, em conjunto com o deputado regional do PCP, Paulo Valadão, inteirar-se-á de diversos problemas actuais daquela ilha.

O falecimento de Miguel Torga

Morreu, na tarde de terça-feira, o escritor e poeta Miguel Torga (pseudónimo literário de Adolpho Rocha), de 86 anos, três vezes proposto a uma candidatura ao Prémio Nobel da Literatura.

O nome literário de Miguel Torga foi usado pela primeira vez em 1934 no frontispício do livro «A Terceira Voz», depois de ter assinado várias obras anteriores com o seu nome de baptismo. O autor explicou então que «Miguel» constituía uma homenagem aos espanhóis Miguel de Molinos, Miguel de Cervantes e Miguel de Unamuno.

«Torga» representava um tributo ao torreão natal de Trás-os-Montes, onde essa planta silvestre, mais conhecida por urze, cresce fazendo malabarismo de estoicismo, alimentando-se das fragas que vai mordendo sem que por isso deixe de produzir flores mimosas no meio dos matagais.

O Secretariado do Comité Central do Partido Comunista Português enviou à família de Miguel Torga um telegrama onde se lê: «Expressando solidariedade para com a vossa dor, manifestamos sentidas condolências pelo falecimento de Miguel Torga, grande vulto da literatura e da cultura nacionais, insigne figura de antifascista e democrata, personalidade profundamente vinculada à defesa e afirmação da identidade nacional.»